

**DANILO ENRICO MARTUSCELLI**

**A CRISE DO GOVERNO COLLOR E A TÁTICA DO PT**

**Campinas  
2005**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Danilo Enrico Martuscelli**

**A CRISE DO GOVERNO COLLOR E A TÁTICA DO PT**

Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação, defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 24 de fevereiro de 2005.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (orientador)

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr.

**Campinas  
Fevereiro de 2005**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

<b>M367c</b>	<b>Martuscelli, Danilo Enrico</b> <b>A crise do Governo Collor e a tática do PT / Danilo Enrico Martuscelli. - - Campinas, SP : [s.n.], 2005.</b>
	<b>Orientador: Armando Boito Júnior.</b> <b>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</b>
	<b>1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Neoliberalismo. 3. Brasil. Presidente (1990-1992 : Fernando Collor). 4. Brasil – Política e governo. I. Boito Júnior, Armando. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</b>

Para Ana Luísa, Lila, Sonia e Thereza (*in memoriam*), os meus maiores amores.



## **Agradecimentos**

Ao Prof. Dr. Armando Boito Jr. pelos comentários críticos e valiosas sugestões, pelo estímulo intelectual, pelas conversas políticas e futebolísticas, pela amizade – aspectos fundamentais para a realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo pelas sugestões feitas ao projeto de pesquisa, pela convivência nos trabalhos do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) e por disponibilizar, na condição de Diretor, a infra-estrutura de computadores e a sala de leitura do Cemarx.

Ao Prof. Dr. João Quartim de Moraes pelos comentários feitos ao projeto de pesquisa.

À Profa. Dra. Rachel Meneguello pelas indicações feitas ao “extenso” escopo do projeto inicial e pela doação de livros de sua autoria que foram utilizados nesta pesquisa.

Aos professores Alvaro Bianchi e Plínio de Arruda Sampaio Jr. pelos perspicazes comentários feitos no exame de qualificação.

Aos queridos amigos: Claudete Soares, Daniel Romero, Henrique Amorim, Jair Batista da Silva, Paula Marcelino, Santiane Arias e Tatiana de Oliveira, pela estimulante jornada em busca do aprofundamento do conhecimento da teoria marxista, pelas interessantes críticas e sugestões feitas ao texto de qualificação, pela amizade que formamos ao longo dos últimos anos. Faço menção especial ao Daniel e ao Jair por terem feito apontamentos críticos importantíssimos ao texto final deste trabalho e à Paula por ter me arranjado um emprego num momento em que eu quase me tornava um “mestre desempregado”. Muito obrigado a todos pelo apoio dado.

Ao amigo Davisson de Souza pelas sugestões feitas, em cima da hora, ao terceiro capítulo desta pesquisa. À querida amiga Simone Frangella pela tradução do resumo deste trabalho para a

“língua do patrão” e pela convivência sempre alegre e divertida, a despeito da distância “além mar” que nos separam atualmente.

Aos companheiros do grupo de pesquisa *Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil*: Andréia Galvão, Andriei Gutierrez, Claudinei Coletti, Fernando Ferrone Côrrea, Patrícia Trópia, Sandra Zarpelon, Sidney Tanaka, Silvana Soares, Vanderlei Carvalho, pelos ricos diálogos que tivemos e pela inestimável contribuição intelectual. Sem esse suporte intelectual-acadêmico, muitas das linhas escritas nesta pesquisa não teriam sido concluídas. Destaco, em particular, o apoio dado pelo amigo Andriei Gutierrez com quem trabalho desde que ingressei na Unicamp. Leitor atento dos meus trabalhos, amigo nas horas difíceis e boas.

Ao Prof. Dr. Décio Saes pelos ensinamentos e pelas discussões, sempre estimulantes, de epistemologia que temos no grupo de estudos *Epistemologia das Ciências Humanas*. Faço menção aos outros membros do grupo com quem tenho a oportunidade de avançar nas minhas reflexões filosóficas: Aldo Duran, Andréia Pereira, Andriei Gutierrez, Angelita Mattos, Daniel Pansarelli e Marina Neves.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo suporte financeiro dado a esta pesquisa. Não poderia deixar de dizer que para obter essa bolsa de estudos foi necessário superar alguns obstáculos, que vão desde o aperfeiçoamento do projeto até a nítida censura político-ideológica do primeiro parecerista. Juntamente com o meu orientador, persisti na luta até conseguir a bolsa: foram necessárias duas respostas aos pareceristas para que fôssemos contemplados com a bolsa de estudos dessa Fundação.

Aos funcionários do Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo, e do Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas, por terem disponibilizado o rico material documental do Partido dos Trabalhadores.

Aos grandes amigos que, direta ou indiretamente, ajudaram na realização deste trabalho: André La Salvia, Aparecido Martins, Áurea da Cunha Gutierrez, Carlos Bovo, Carlos Pimentel, Carlos Aquino, Celso Ferreira, Fernando Alves da Silva, Flavio de Castro, Juliane Odino, Liliane Sansurjo, Luiz Leduíno, Luiz Fernando dos Santos, Luziano Lima, Mulumba Kabengele, Patrícia Gimeno, Salvador Guerrero, Simone Aranha, Vitor Cooke, entre tantos outros, com quem pude dar boas risadas, vivenciar ricos diálogos e passar bons momentos. Faço menção especial ao grande amigo Fernando, cujas indagações sobre a esquerda brasileira incentivaram-me a analisar o PT nos anos 90. Camaradas, aquele abraço!!!

Aos queridos amigos do Cupinzeiro: Anabela Leandro, Daniela Amoroso, Edu de Maria e Ênio Bernardes. Agradeço a vocês pelas rodas de samba – momento em que pude respirar um pouco de arte e de cultura popular – e pela amizade.

À querida vovó Thereza Martuscelli que perdi no meio do caminho desta dissertação, mas cujo amor nunca se apagará. Conselhos de vó a gente nunca se esquece. Que saudades que tenho da Dona Teca...

À querida mãe Sonia Martuscelli que sempre foi a minha inspiração intelectual, ajudando-me muitas vezes a corrigir os erros de português. Obrigado, minha linda, pelo carinho dado durante todo esse tempo. Findo esta pesquisa, espero poder visitá-la com mais tranquilidade.

À família Gomes Henrique, em especial, Dorgival e Maria da Paz, pelo espírito sempre alegre, pela acolhida e pelo imenso carinho. Ah! E também pelo salmão grelhado...

À pequena Ana Luísa com quem descubro a cada dia novos sonhos e novas alegrias.

À Marília Gomes Henrique por todo amor que construímos ao longo dos últimos dois anos, pela paciência e compreensão que teve comigo nesses momentos difíceis que foram os de elaboração do texto final desta pesquisa. Sem você, muitos dos meus sonhos e realizações perderiam sentido...



*Todo partido marcado para desempenhar fins decisivos acaba por ser posto diante da hora da verdade. (Florestan Fernandes)*



## Resumo

Esta pesquisa visa analisar a crise do governo Collor e a tática política do Partido dos Trabalhadores (PT) naquela conjuntura. A crise política ocorrida durante o mandato do primeiro governo neoliberal no país configurou-se como uma crise de governo e não uma crise da proposta neoliberal. A predominância da bandeira da ética na política no movimento pelo impedimento de Collor evidencia essa questão.

A despeito de o discurso da ética na política remeter, muitas vezes, a descontentamentos específicos e diversos causados, em diferentes setores sociais, pelo início da implantação do programa neoliberal, mesmo quando tais descontentamentos não eram verbalizados pelos agentes, o discurso hegemônico no movimento pelo *impeachment* de Fernando Collor foi um discurso moralista contra a corrupção, deixando de lado a crítica do modelo neoliberal.

O PT não fugiu à tendência dominante do movimento *pró-impeachment*, vindo a aderir à campanha pela ética na política e a atacar o presidente Collor a partir de um discurso moralista que relegou ao segundo plano a crítica e a denúncia do caráter de classe das políticas neoliberais e satisfez-se apenas com a denúncia da política recessiva do governo Collor, tática que se inscreve na luta contra os efeitos das políticas neoliberais e não propriamente contra essas políticas. Esse comportamento político pode ser considerado como um indicador do processo de aceitação passiva, por parte do PT, das propostas neoliberais.

Palavras-chave: Governo Collor, neoliberalismo, crise de governo, Partido dos Trabalhadores.

## **Abstract**

This research intends to analyze Collor's government crisis and the political tactics of the Workers' Party (PT) at that conjuncture. The political crisis that took place during the administration of the first neoliberal government in the country was characterized rather as a governing problem than as a crisis of the neoliberal proposal. The predominance of the ethical discourse in politics during the movement for Collor's impeachment indicates this question.

The ethical discourse in politics at that period referred many times to specific and diverse unsatisfactory feelings caused in different social sectors with the beginning of the implementation of the neoliberal program, even when these sensations were not cleared demonstrated. Nevertheless, the hegemonic discourse in the movement for Fernando Collor's impeachment was a moralist speech against corruption, putting aside the neoliberal political critics.

The Workers' Party didn't escape of the dominant trend of the pro-impeachment movement, adhering to the campaign for the ethics in politics and attacking president Collor from a moralist point of view, which relegated the critics and denouncement of the class character of the neoliberal politics to the second plan. The Party was limited to join the accusations about the recessionary trend of Collor's government, which meant a tactic inscribed in the fight against the effects of the neoliberal politics but not against its nature. This political behavior can be considered as an indicator of the process of passive acceptance of the neoliberal proposals from the PT.

Keywords: Collor Government, neoliberalism, government crisis, Workers' Party.

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>I – Governo Collor, neoliberalismo e relações de classe</b>	<b>7</b>
1. <i>Política neoliberal e relações de classe</i>	7
2. <i>O “neoliberalismo tardio” no Brasil: a vitória eleitoral de Collor em 1989</i>	9
3. <i>Governo Collor e plataforma política neoliberal</i>	13
3.1 Campo político conservador e neoliberalismo	21
3.2 O campo político progressista na defensiva	31
4. <i>Governo Collor e regime político</i>	39
<b>II – A conjuntura de crise do Governo Collor</b>	<b>49</b>
1. <i>As condições objetivas da crise</i>	49
1.1 O papel da mídia na crise do governo	53
1.2 A Constituição de 1988 e a prática de corrupção no governo	56
1.3 O isolamento político do governo e a prática de corrupção	59
2. <i>As condições subjetivas da crise</i>	62
2.1 O caráter de classe do movimento pró-impeachment	67
<b>III – A tática política do PT</b>	<b>81</b>
1. <i>O PT e o Governo Collor</i>	81
2. <i>O PT na crise do Governo Collor</i>	86
2.1 A polêmica interna do PT e a decisão sobre a conjuntura pós-Collor	94
<b>Considerações finais</b>	<b>105</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>111</b>
<b>Anexos</b>	<b>121</b>



## Lista de abreviaturas e siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEN	Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNF	Confederação Nacional das Finanças
CS	Convergência Socialista (tendência interna do PT)
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESEP	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DN	Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FENABAN	Federação Nacional dos Bancos
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Demanda Interna
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
MEP	Movimento pela Ética na Política
MPs	Medidas Provisórias
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSI	Organização Socialista Internacionalista
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S. A.
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SIDERBRÁS	Siderurgia Brasileira S.A.
STF	Supremo Tribunal Federal
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

## **Introdução**

### *Tema e hipótese geral da pesquisa*

Esta pesquisa faz parte do Projeto Integrado de Pesquisa “Neoliberalismo e trabalhadores no Brasil” que vem sendo desenvolvido por pesquisadores do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), sob a coordenação do Prof. Dr. Armando Boito Jr. O objetivo geral desse Projeto Integrado é realizar um balanço dos movimentos e organizações populares brasileiros na conjuntura de avanço político e ideológico do neoliberalismo, isto é, trata-se de estudar as lutas sociais nos quadros do capitalismo neoliberal no Brasil.

A hipótese mais geral, que norteia o campo diversificado de pesquisas individuais e possibilita a inserção dessas nesse Projeto Integrado, é a seguinte:

...o neoliberalismo logrou, a despeito do seu caráter antipopular, implantar uma nova hegemonia burguesa no Brasil. Nesse aspecto, há uma diferença fundamental entre o processo político dos anos 80 e o dos anos 90. Os anos 80 foram anos de crise: crise da forma ditatorial que o Estado burguês assumira no Brasil e crise da política desenvolvimentista, isto é, do bloco no poder do período ditatorial. Já os anos 90 foram os anos de recomposição da hegemonia burguesa (...). Dizemos que o neoliberalismo tornou-se hegemônico porque, na década de 1990, a plataforma neoliberal não só unificou politicamente a burguesia brasileira, como produziu um impacto popular, obtendo, inclusive, o apoio de parte dos trabalhadores. (BOITO JR., 2002, p.8-9)

A nossa pesquisa individual enquadra-se no temário e na hipótese principal desse Projeto Integrado por tratar das lutas sociais travadas na conjuntura do primeiro governo neoliberal no Brasil: o Governo Collor (1990-1992). Em especial, propomo-nos a caracterizar a crise deste governo, ocorrida em 1992, e a discutir a tática adotada, nessa conjuntura, pela principal

organização representativa dos trabalhadores no plano político-partidário: o Partido dos Trabalhadores (PT).

### *Problema de pesquisa e hipótese específica*

A crise política ocorrida durante o mandato do primeiro governo neoliberal no país configurou-se como uma crise de governo e não uma crise da proposta neoliberal. A predominância da bandeira da ética na política no movimento pelo impedimento de Collor evidencia essa questão. Apesar do discurso da ética na política remeter, muitas vezes, a descontentamentos específicos e diversos causados, em diferentes setores sociais, pelo início da implantação do programa neoliberal, mesmo quando tais descontentamentos não eram verbalizados pelos agentes, o discurso hegemônico no movimento pelo *impeachment* de Fernando Collor foi um discurso moralista contra a corrupção, deixando de lado a crítica do modelo neoliberal.

Para analisar esse fenômeno, muitas análises tendem a desconsiderar o impacto produzido pelo avanço da política e da ideologia neoliberal nas relações de classe da sociedade brasileira. O resultado disto é que tendem a tomar a denúncia de corrupção no governo como o fator principal e determinante para explicar a crise do Governo Collor. Distintamente dessa abordagem, operamos com a idéia de que as causas explicativas mais importantes para entender esse fenômeno encontram-se enraizadas nos efeitos da política neoliberal sobre as condições de vida da população brasileira e no crescente processo de isolamento político a que chegou o Governo Collor nessa conjuntura.

O discurso hegemônico da ética na política parece-nos justamente ser um dos indicadores do impacto ideológico do neoliberalismo na sociedade brasileira. Como veremos, no processo de agudização da crise do Governo Collor, setores organizados vinculados às classes trabalhadoras foram progressivamente adotando um comportamento defensivo diante do processo de ofensiva neoliberal.

As explicações para o abrandamento das propostas políticas das entidades representativas dos trabalhadores não encontram solo firme apenas nos fatores endógenos, que dizem respeito especificamente às relações de classes vigentes na sociedade brasileira, mas também nos fatores de ordem exógena, que se referem à dinâmica da luta de classes no plano internacional. Sobre este aspecto não podemos deixar de mencionar a crise do socialismo real e a desagregação da URSS como sinais do refluxo do movimento dos trabalhadores no plano internacional.

Essas alterações da correlação de forças sociais que se consubstanciaram na sociedade brasileira, principalmente, a partir dos anos 90, repercutiram direta e indiretamente no interior do PT. Como poderemos observar mais a frente, esse partido político não fugiu à tendência dominante do movimento pró-*impeachment*, vindo a aderir à campanha pela ética na política e a atacar o presidente Collor a partir de um discurso moralista que relegou ao segundo plano a crítica e a denúncia do caráter de classe das políticas neoliberais e satisfez-se apenas com a denúncia da política recessiva do Governo Collor, tática que se inscreve na luta contra os efeitos das políticas neoliberais e não propriamente contra essas políticas. Esse comportamento político pode ser considerado como um indicador do processo de aceitação passiva, por parte do PT, das propostas neoliberais.

### *Fontes de pesquisa*

Do ponto de vista das fontes, a pesquisa operou em duas frentes principais: a) análise de um conjunto de livros, artigos e textos que diz respeito ao tema geral e ao objeto de estudo desta pesquisa; e b) análise de fontes primárias que foram úteis para caracterizar o PT na conjuntura de crise do Governo Collor.

No tocante à primeira frente, procuramos realizar leituras que tratassem da conjuntura do Governo Collor. Como se constatará, num primeiro momento, fizemos leituras com o propósito de caracterizar a política econômica neoliberal, o bloco no poder, o comportamento político das diversas entidades representativas dos trabalhadores e o regime político durante o período do Governo Collor. Num segundo momento, visamos a destacar mais detalhadamente as condições objetivas e subjetivas que se condensaram na crise desse governo. Num terceiro momento, realizamos leituras bibliográficas para traçarmos uma caracterização geral do PT, em especial, da tática adotada por esse partido na crise do Governo Collor.

A análise das fontes primárias constitui a segunda frente de trabalho e pode ser subdividida em duas partes principais: a) leitura de algumas resoluções de encontros e congressos nacionais do PT, bem como de documentos essenciais para a trajetória política desse partido político, como, por exemplo, o Manifesto de Fundação e o Estatuto, entre outros; b) estudo sistemático de todas as atas, documentos e resoluções aprovados pelo Diretório Nacional (DN) e pela Comissão Executiva Nacional (CEN) ao longo do ano de 1992 quando o partido via-se às voltas com a crise do Governo Collor. De acordo com o regime estatutário do PT, o DN e a CEN são, em ordem decrescente de importância, as duas principais instâncias de decisão política do PT depois dos Encontros e Congressos nacionais. No entanto, observamos que se comparadas às decisões

tomadas pelo DN e pela CEN, as diretrizes elaboradas nos Encontros e Congressos Nacionais têm reduzida influência sobre a prática partidária.

Ao que nos parece, as resoluções do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional nunca foram trabalhadas diretamente por nenhuma pesquisa. O que se pode encontrar são referências às decisões tomadas nessas duas instâncias através de boletins e jornais divulgados por membros do PT, mas o trabalho direto com essa fonte parece ter início nesta pesquisa.

Cabe esclarecer os motivos que nos levaram a analisar essas fontes primárias. Grande parte da bibliografia sobre o PT tende a operar com o estudo das resoluções de encontros e congressos nacionais. No entanto, tais resoluções não nos permitem realizar um estudo mais detalhado sobre determinadas conjunturas políticas. Ao contrário, as decisões tomadas pelo DN e pela CEN são uma fonte mais rica de informações, à medida que nos permitem ter acesso aos debates internos no “calor dos acontecimentos”. Nesse sentido, se pretendemos fazer uma análise de uma situação concreta, essas fontes parecem ser mais adequadas.

É preciso esclarecer também que optamos por essas duas instâncias, pois elas configuram-se como as principais instâncias de decisão nacional do PT. A constituição do DN e da CEN respeita a proporcionalidade do número de votos obtidos por cada chapa concorrente nos encontros nacionais – e não nos congressos nacionais. No total, são eleitos 82 membros para o DN e 18 para a CEN. Em ambas instâncias, acresce-se mais dois membros: os líderes do PT na Câmara Federal e no Senado Federal. Ademais, as funções dessas duas instâncias do PT são complementares: a CEN põe em prática as decisões tomadas pelo DN, o que a leva a realizar um número superior de reuniões por ano, se comparado ao DN.

Esse material foi coletado através do Centro de Memória Sérgio Buarque de Holanda, que faz parte da Fundação Perseu Abramo em São Paulo. Empregamos “através”, pois as atas, os

documentos e as resoluções da CEN estão arquivados no Diretório Nacional do PT e o Centro de Memória, devido à nossa demanda, disponibilizou-nos com exclusividade. Algumas informações complementares foram encontradas no Fundo José Dirceu e no Fundo Perseu Abramo que estão disponíveis para consulta no Arquivo Edgard Leuenroth, localizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Feitos esses esclarecimentos, podemos dar início à análise.

# I – Governo Collor, neoliberalismo e relações de classe

## 1. Política neoliberal e relações de classe

Entre os *princípios doutrinários neoliberais*<sup>1</sup> – de defesa do Estado mínimo, de apologia do mercado, de incentivo à livre iniciativa empresarial e à concorrência – e as *políticas neoliberais* – de abertura comercial e desregulamentação financeira, de privatização, de desregulamentação do mercado de trabalho e de supressão dos direitos e gastos sociais – não há uma correspondência rigorosa. Isso ocorre por dois motivos principais: em primeiro lugar, porque a implementação das políticas neoliberais, apesar de representar uma mudança no padrão de intervenção do Estado, não se traduz necessariamente na “retração radical” de todas as atividades estatais;<sup>2</sup> em segundo lugar, porque as políticas neoliberais não são implementadas num “espaço vazio”, mas em formações capitalistas concretas, atravessadas por conflitos de classe e, portanto, por resistência a certos aspectos dessas políticas. Como afirma Saes (2001, p. 83), “os Estados capitalistas atuais praticam o ‘neoliberalismo possível’ nas condições sócio-econômicas vigentes”.

A noção de *bloco no poder*, desenvolvida por Poulantzas (1971), permite entrever o segundo motivo, com mais clareza, na análise da relação da burguesia com o neoliberalismo. Essa noção evidencia que embora a classe dominante, a burguesia, possua um interesse geral

---

<sup>1</sup> As primeiras tentativas de sistematização das teses neoliberais foram elaboradas por três escolas de pensamento principais: a escola austríaca liderada por Friedrich August von Hayek; a escola de Chicago (EUA) que tinha como seus maiores expoentes Theodore William Schultz, Gary Becker e Milton Friedman; e a escola de Virgínia ou *Public Choice* (EUA), a mais recente das três, cujo mentor intelectual foi James McGill Buchanan Jr. (MORAES, 2001)

<sup>2</sup> Como observam Duménil e Lévy (2003, p. 3): “...neoliberalism did not destroyed the institutions of Keynesian macroeconomics (monetary and even budget policies), but redirected them to the benefit of rulling classes (in particular by ensuring price stability and largely positive real interest rates, instead of full employment”. Tradução nossa: “...neoliberalismo não destruiu as instituições da macroeconomia keynesiana (monetária e até mesmo políticas

comum, esse fator não anula as diferenças de interesses das suas frações diante de uma determinada política econômica e social do Estado burguês. Ora, a política neoliberal, no seu conjunto, atende de maneira integral os interesses de apenas uma parte da burguesia, enquanto as demais parcelas desta podem ter seus interesses feridos por um ou mais aspectos dessa política. Assim, com a política de privatização, as grandes empresas e os grandes capitais, que podem adquirir as empresas públicas nos leilões de privatização, são favorecidos, em detrimento das pequenas e médias empresas, que são colocadas à margem do processo e têm suas posições cada vez mais ameaçadas pela concentração de capital. As políticas de abertura comercial e financeira, por sua vez, favorecem o grande capital bancário e o capital financeiro internacional, ao mesmo tempo em que o capital industrial nacional passa a sofrer maior concorrência estrangeira. Apenas a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de supressão dos direitos e gastos sociais é compatível com os interesses de todas as frações burguesas, à medida que ela possibilita a ampliação dos rendimentos dessas frações por meio da redução dos encargos sociais. (BOITO JR., 1999 e 2002; SAES, 2001)

A relação entre neoliberalismo e classes dominadas, por sua vez, configura-se como uma *relação de exclusão*, ou seja, nenhum dos eixos principais da política neoliberal contempla os interesses das classes subalternas. Muito pelo contrário, o neoliberalismo explora as contradições vivas no seio do povo, levando setores das classes dominadas não-incorporados pelas políticas de proteção social a se indisporem com aqueles setores que são beneficiados por essas políticas.

A política neoliberal logra apoio no campo das classes dominadas ao transformar, no plano do discurso ideológico, determinados direitos sociais, conquistados por elas ao longo do século XX, em “privilégios”. Nesse sentido, para garantir a “igualdade entre os cidadãos” que o

---

orçamentárias), mas as redirecionou em benefício das classes dominantes (em particular, assegurando estabilidade dos preços e em grande parte taxa de juros real positiva ao invés de pleno emprego)”.

intervencionismo estatal supostamente deforma, trata-se, segundo a lógica neoliberal, de restringir a estabilidade do funcionalismo público, reduzir o emprego formal, ampliar o setor privado nas áreas de educação e saúde. Na prática, isso tem representado uma precarização das condições de vida das classes trabalhadoras, assim como dos serviços usufruídos por elas. Ao invés da defesa da universalização e ampliação dos direitos sociais, a lógica neoliberal advoga em favor da focalização e da seletividade das políticas voltadas para as camadas sociais mais pauperizadas e da redução desses direitos.

Enfim, o neoliberalismo é uma política antipopular que visa suprimir ou revisar as reformas que o movimento operário e a luta antiimperialista impuseram tanto ao capitalismo quanto ao imperialismo no decorrer do século XX. (BOITO JR., 1999)

## **2. O “neoliberalismo tardio” no Brasil: a vitória eleitoral de Collor em 1989**

No Brasil, o neoliberalismo concretizou-se tardiamente em relação às outras experiências internacionais que implementaram políticas neoliberais ao longo das décadas de 1970 e 1980.<sup>3</sup> A primeira experiência brasileira de implementação das chamadas “reformas orientadas para o mercado”, no âmbito do poder federal, ocorreu somente a partir da eleição de Collor em 1989.<sup>4</sup> Isso não quer dizer que as propostas neoliberais não faziam parte da plataforma política de alguns

---

<sup>3</sup> O primeiro laboratório de implementação das políticas neoliberais ocorreu em 1973, no Chile, sob o governo ditatorial de Augusto Pinochet. Após essa experiência, temos os exemplos mais emblemáticos de aplicação dessas políticas: os governos de Margareth Thatcher na Inglaterra, iniciado em 1979, e o de Ronald Reagan nos EUA, a partir de 1980. (ANDERSON, 1995)

<sup>4</sup> Seguimos aqui uma posição quase consensual na bibliografia sobre a implantação do neoliberalismo no Brasil. Diferentemente, Petras (1999) considera que José Sarney teria participado da “primeira maré” de governos neoliberais que se estabeleceram na América Latina em meio ao clima dos processos de redemocratização. Entre eles, o autor inclui: Carlos Andrés Pérez, na Venezuela; Raúl Alfonsín, na Argentina; Sanguinetti, no Uruguai; Jaime Paz Zamora, na Bolívia; Alan García, no Peru; e Miguel de la Madrid, no México. No entanto, esse autor não apresenta qualquer argumento para justificar especificamente por que o primeiro governo neoliberal no Brasil foi o de Sarney.

setores da sociedade brasileira antes dessa data. Setores do grande capital bancário e financeiro, associados à Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e à Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), desde o final dos anos 70, anunciavam a defesa da privatização, da abertura comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho. (BOITO JR., 1999)

Se o grande capital bancário e financeiro sofreu derrotas importantes ao longo dos anos 70 e 80, na tentativa de aprovar as reformas neoliberais no país, esse fato se deve a algumas dificuldades ou obstáculos com que se defrontou a proposta neoliberal, inviabilizando-se a sua implementação como política no âmbito federal nesse período, bem como a sua difusão enquanto proposta hegemônica no seio da sociedade brasileira. Entre tais obstáculos, destacamos: a) a convocação da Assembléia Constituinte para elaboração e aprovação da Constituição de 1988, configurando-se como um pólo de oposição às políticas neoliberais, reservando importantes conquistas de direitos sociais aos trabalhadores. (LIMA, 2002); b) o forte movimento grevista que se iniciou no final dos anos 70 e prolongou-se nos anos 80; c) a criação de organizações que se tornaram instrumentos da luta dos trabalhadores, tanto da cidade como do campo, como, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criados, respectivamente, em 1980, 1983 e 1984, e reivindicando, em linhas gerais, a constituição de um Estado de bem-estar no país.

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1980, a resistência à plataforma política neoliberal começou a perder fôlego. De acordo com Boito Jr. (1999), quatro fatores teriam permitido o avanço da política neoliberal: 1) os acordos para a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, repondo na ofensiva as classes dominantes, após o movimento pelas Diretas-Já; 2) o insucesso do Plano Cruzado no combate à inflação, enfraquecendo-se a perspectiva desenvolvimentista que, até então, era arrolada nos planos de estabilização monetária no Brasil; 3) a pressão do Governo Reagan pela abertura comercial, causando grande impacto no

seio da burguesia brasileira; 4) a polarização das eleições presidenciais de 1989 entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, resultando em vitória “apertada” deste e permitindo o avanço das políticas neoliberais no poder federal.

A eleição presidencial de 1989 foi uma circunstância conjuntural que repercutiu em mudanças importantes no cenário político nacional. Representou, por um lado, o avanço da luta democrática, ao constituir-se como a primeira eleição direta para a escolha do presidente da República, depois de um período atravessado pelo cerceamento das liberdades democráticas no país; e, por outro lado, significando o retrocesso das conquistas dos trabalhadores no campo dos direitos sociais, dada a ascensão das políticas neoliberais no âmbito do poder federal com a vitória de Fernando Collor de Mello (PRN). Saliente-se que, através do Projeto de Reconstrução Nacional e dos diagnósticos e instrumentos voltados para a política social, o Governo Collor impôs uma visão assistencialista ao sistema de proteção social do país, contrariando, dessa maneira, a tendência de ampliação dos direitos universais expressa no período anterior, principalmente, com a Constituição de 1988. (MÉDICI; MARQUES; SILVA, 1995) Tal visão denota o retrocesso das conquistas sociais nesse governo.

Ainda quanto à repercussão das eleições de 1989, cumpre notar que tanto os partidos políticos representantes das diversas frações de classe do bloco no poder quanto os partidos políticos mais abertamente vinculados às classes trabalhadoras estavam divididos no primeiro turno. Nomes de peso político figuraram entre os pretendentes ao posto de presidente, entre eles: Aureliano Chaves (PFL), Guilherme Afif (PL), Paulo Maluf (PDS), Ronaldo Caiado (PDC), Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT) e Roberto Freire (PCB). No entanto, a vitória coube a um candidato pouco conhecido nos meios políticos nacionais, oriundo de um partido político de baixa representatividade. A votação dos candidatos cujos partidos estavam – ou estiveram – atrelados,

de alguma maneira, ao Governo Sarney e ao legado da política desenvolvimentista foi bastante reduzida. Aureliano Chaves, por exemplo, ficou somente com 0,8% dos votos; Ulysses Guimarães angariou apenas 4,4%. Ao passo que os candidatos que fizeram oposição ao Governo Sarney obtiveram uma porcentagem consideravelmente maior na soma de votos: Fernando Collor ficou em primeiro com 28,5%; Lula da Silva conquistou 16,1%; seguido de Leonel Brizola com 15,5%; e, um pouco mais atrás, Mário Covas com 10,8%. Enfim, essa votação expressou uma rejeição do eleitorado aos efeitos da política desenvolvimentista em processo de crise.

A candidatura Collor encontrava-se na oposição à política de Sarney, uma vez que visava romper com o modelo desenvolvimentista ainda executado por aquele e tencionava colocar em seu lugar a política neoliberal. Além disso, como observa Singer (2000, p. 56):

...entre 1987 e 1988, Collor vinha sendo projetado pela mídia como um jovem político moderno, impetuoso e decidido, frontalmente contrário a Sarney. Com base nessa imagem de ‘caçador de marajás’, já em março de 1989, depois de romper com o PMDB no ano anterior, (...) Collor declara-se candidato a presidente da República e atinge (...) 9% das intenções de voto.

No segundo turno, a polarização político-ideológica da disputa eleitoral atingiu graus mais expressivos entre os dois candidatos concorrentes. Collor e Lula procuravam responder a crise que o país atravessava a partir de perspectivas e de interesses de classe distintos.

Do lado conservador, Collor apresentou um programa de caráter nitidamente neoliberal, estruturando-se na tese do Estado mínimo como solução para a crise brasileira. Em sua campanha, atacou os “privilégios” do alto funcionalismo público, o “Estado cartorial”,<sup>5</sup> além dos monopólios, e sustentou um discurso populista, apoiando-se em motes que tinham fácil penetração e aceitação no seio das classes trabalhadoras, tais como: “caça aos marajás” e apelo

aos “descamisados”. A proposta neoliberal apresentada por Collor foi bem-sucedida nessa conjuntura eleitoral, conquistando apoio tanto dos grandes empresários e das grandes empresas de comunicação, quanto angariando a simpatia da população de baixa renda e de baixa escolaridade, como atestavam as pesquisas de intenções de voto. (SINGER, 2000) Ademais, durante o processo eleitoral, os representantes de duas importantes entidades da burguesia brasileira, a FEBRABAN e a FIESP, não hesitaram em declarar apoio às “reformas orientadas para o mercado” presentes no programa de governo de Collor, rechaçando a candidatura Lula, considerada um risco à estabilidade política do país.<sup>6</sup>

No campo progressista, Lula apresentou um programa de oposição às reformas neoliberais. As diretrizes principais do programa de governo de Lula, em linhas gerais, consolidavam as propostas elaboradas pelo PT e pela CUT nas mobilizações políticas dos anos 80. Essas diretrizes orientavam-se pela defesa de um Estado de bem-estar no Brasil, reservando, pois, ao Estado um papel importante no desenvolvimento econômico-social do país. Essa proposta articulou-se sob três eixos principais: distribuição de terra e de renda, ampliação da democracia e defesa da autonomia nacional, demonstrando, portanto, um posicionamento de resistência às teses neoliberais. A derrota de Lula nessas eleições foi, portanto, uma resposta negativa à intenção de editar um Estado de bem-estar social no país.

### **3. Governo Collor e plataforma política neoliberal**

---

<sup>5</sup> A denominação “Estado cartorial” designa um conjunto de práticas dos governos capitalistas, que fazem uso de cargos, promoções e salários para a formação de clientelas políticas.

<sup>6</sup> Nessa conjuntura, o presidente da FIESP, Mario Amato, chegou a declarar que haveria fuga de 800 mil empresários do país, caso Lula vencesse as eleições presidenciais.

O leque de apoio à candidatura Collor foi amplo, abarcando desde frações das classes dominantes, como as representadas pelo grande capital bancário e financeiro e o grande capital industrial, setores diversos das classes médias, até as frações pauperizadas do operariado. Estava então constituído o campo político conservador, que além de dar sustento às medidas neoliberais do governo, apresentava-se nessa conjuntura como uma oposição à candidatura de esquerda representada por Lula, pelo PT e, em linhas gerais, pelos setores organizados do movimento popular e sindical. Com a formação dessa base política, o Governo Collor conseguiu que as políticas neoliberais se tornassem hegemônicas no plano da ação estatal.

A constituição de uma hegemonia neoliberal no âmbito do Estado, não significou uma aplicação integral das políticas de desregulamentação da economia, mas a dominância das políticas neoliberais na implementação das políticas do Estado brasileiro. Uma análise das políticas empreendidas pelo Governo Collor revela a persistência, ainda que secundária, de medidas que conferem um padrão regulatório ao Estado sobre a economia. A implementação dos dois planos de estabilização monetária possibilita visualizar melhor essa questão.

Entre as principais diretrizes políticas do Plano Collor I, posto em prática em março de 1990, constavam: a abertura da economia brasileira com a redução das alíquotas de importações; a redução do quadro de funcionários públicos com a imediata colocação de cerca de 40.000 funcionários em disponibilidade; a privatização de empresas estatais, instituindo mais tarde, através da lei n. 8.031 de 12 de abril de 1990, o Programa Nacional de Desestatização; a desindexação da economia; o congelamento de preços e salários; e o confisco de ativos financeiros superiores a cinquenta mil cruzeiros, depositados nos bancos em conta corrente ou em cadernetas de poupança, e acima de vinte e cinco mil cruzeiros, no caso dos ativos aplicados em

*overnight*<sup>7</sup> – o que significou um bloqueio de um total de US\$ 115 bilhões, por 18 meses, no Banco Central do Brasil.

A abertura comercial foi anunciada como uma política de competitividade, que mobilizaria e modernizaria a produção industrial no país a partir da competição com os produtos estrangeiros inseridos no mercado interno; a demissão do funcionalismo público e as privatizações foram concebidas como instrumentos de contenção dos gastos públicos; a desindexação econômica foi tomada como um “progresso” no campo das negociações salariais, deixando “livres” das barreiras impostas pelo Estado brasileiro, trabalhadores e patrões.

O conjunto dessas medidas conferiu o caráter neoliberal à política governamental de Collor. Na prática, a aplicação dessas políticas produziu os seguintes efeitos: o ataque aos interesses do funcionalismo público, que representava o principal setor nas estatísticas de greves,<sup>8</sup> empurrou esse setor para uma postura defensiva; houve uma ampliação de investimento do capital estrangeiro no país; desvalorizaram-se as estatais nos leilões, permitindo a transferência do controle de empresas altamente rentáveis para o setor privado; procedeu-se a uma maior concessão de poderes ao patronato nos processos de negociação salarial, dificultando, dessa forma, a articulação dos sindicatos na luta por direitos trabalhistas.

Se essas medidas correspondiam aos pilares da política neoliberal, as políticas de congelamento de preços e salários e de confisco dos ativos financeiros expressavam uma reedição

---

<sup>7</sup> As aplicações em *overnight* eram operações financeiras realizadas no mercado aberto num determinado dia, para resgate no dia útil seguinte. Duravam não mais que 24 horas, isto é, eram de curtíssimo prazo.

<sup>8</sup> Durante os anos 80, o número de greves foi maior no setor privado que no setor público. No entanto, o volume de jornadas não trabalhadas mostra que as paralisações dos servidores públicos foram mais “longas e abrangentes” nesse período. De acordo com Noronha (1992, p. 53), entre 1978 e 1987, o setor privado “foi responsável pela maioria das paralisações (67,9%), mas por apenas 22,3% das jornadas perdidas. Para o [setor público] o quadro é invertido: suas ‘poucas’ greves foram responsáveis por mais de 70% das jornadas não trabalhadas”. Essa tendência não se alterou nos dois últimos anos da década de 1980. (ALMEIDA, 1996, p. 42-3)

da política intervencionista.<sup>9</sup> A política de congelamento de preços e salários havia sido articulada em outros planos de estabilização durante os anos 80 e seus efeitos foram de pequena amplitude por não conseguirem conter o crescimento inflacionário a médio e longo prazo. (FILGUEIRAS, 2001) O mesmo ocorreu com o Plano Collor I: se houve uma queda abrupta da inflação – de 81,3% registrados, em março de 1990, para 11,3%, no mês de abril do mesmo ano – , os índices inflacionários continuaram a subir no período seguinte. (IGP-DI *apud*: FILGUEIRAS, 2001, p. 84)

Ademais, a política de congelamento de preços combinada com a abertura comercial brusca – tal qual implementada pelo Governo Collor desde o primeiro ano de mandato – impôs sérias dificuldades para o crescimento da indústria no país, a qual não só foi posta em situação desigual de competição com os produtos de alta tecnologia advindos do estrangeiro, como ficou impedida de ampliar seus rendimentos, repassando o ônus para os preços das mercadorias. Por seu turno, o congelamento dos salários diante de um período de alta inflacionária produz efeitos perversos sobre o poder aquisitivo das classes trabalhadoras assalariadas.

No que se refere ao confisco “surpresa” dos ativos financeiros anunciado no primeiro dia de governo, essa medida consolidou-se como uma importante intervenção do governo, representando um duro golpe nos interesses das classes médias brasileiras, que possuíam investimentos de peso em poupança, conta corrente e também em *overnight*. Essas aplicações financeiras foram uma estratégia importante desses setores, nos anos 80, para escapar dos altos índices inflacionários que assolavam os seus rendimentos.

Em 31 de janeiro de 1991, o governo federal anunciou as diretrizes do Plano Collor II, dando continuidade à desindexação da economia, à política de abertura comercial, ao

---

<sup>9</sup> Em relação ao caráter intervencionista do Plano Collor I, Andrei e Sampaio (1995, p. 13-4) sustentam que esse Plano “...foi, em seu início, uma intervenção radical que pretendia estabilizar a economia em curto espaço de tempo

congelamento de preços e salários e à política de privatizações. Essa última diretriz ganhou grande impulso no segundo ano de mandato, lançando-se, sobretudo, para os setores siderúrgico e petroquímico. Durante o Governo Collor, foram privatizadas 18 empresas estatais, perfazendo-se um total de US\$ 4 bilhões nas vendas. No entanto, com a permissão do uso de “moedas podres” na compra das estatais, os processos de privatização – admitidos pelo governo como alguns dos instrumentos de superação da dívida pública – representaram uma arrecadação quase nula para os cofres da União. As “moedas podres” eram títulos da dívida pública negociados com desconto de até 50% do seu valor. Assim, se uma empresa fosse vendida, por exemplo, por US\$ 1,05 bilhão, e o comprador desse US\$ 1 bilhão em “moedas podres”, apenas US\$ 50 mil seriam pagos em dinheiro, sendo o restante recebido pelo governo como uma parcela de sua dívida em títulos que foram comprados pelo setor privado pela metade do preço. Na prática, isso significou a aquisição das estatais pela metade do preço anunciado. Entre as “moedas podres”, foram empregados como forma de pagamento, Cruzados Novos retidos no Banco Central, Certificados de Privatização, Títulos da Dívida Externa Pública já vencidos, debêntures<sup>10</sup> da SIDERBRÁS, Títulos da Dívida Agrária e Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento. (BIONDI, 1999)

As privatizações realizadas pelo Governo Collor deram-se, principalmente, no setor siderúrgico e, de maneira menos expressiva, no setor petroquímico. Em ambos os casos, a presença do grande capital bancário e financeiro foi marcante na compra das principais empresas estatais – o que expressa uma tendência que se ampliou ao longo dos anos 90, a da ampliação dos investimentos dos bancos no setor não-financeiro, iniciada com o controle das empresas estatais privatizadas, vindo a se materializar, posteriormente, no próprio controle das empresas privadas e, portanto, fortalecendo o processo de financeirização da economia brasileira.

---

através de um rápido saneamento financeiro do Estado e de uma recessão violenta”.

O Plano Collor II editou medidas que visavam conter a especulação financeira, atingindo principalmente os interesses do setor bancário e do capital financeiro internacional. Entre essas medidas constavam as seguintes: a extinção das operações financeiras em *overnight*; a criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF), que passou a centralizar as aplicações financeiras de curto prazo, dissolvendo, assim, o Bônus do Tesouro Nacional fiscal (BTNf), instrumento utilizado para indexação de preços; a utilização da Taxa Referencial Diária (TRD) com juros prefixados; e, por fim, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). (RUIZ, 2004)

Dois outros aspectos são relevantes para um balanço do Governo Collor: a política agrícola e as políticas sociais do governo. No que se refere ao primeiro aspecto, o governo federal imprimiu uma operação de desmonte do aparelho estatal voltado para a agricultura: reduziu os subsídios à produção agrícola, retirou a linha de crédito dos agricultores endividados, extinguiu o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, redirecionou a política de assentamento de famílias, transferindo essa atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Ministério da Agricultura, reprimiu duramente o movimento de luta pela reforma agrária e reduziu bruscamente o número de famílias assentadas.<sup>11</sup>

Na análise que fez do Plano Collor I, Graziano da Silva (1993, p. 204) salientou que houve um agravamento da comercialização da safra agrícola no primeiro ano de governo, ou melhor:

De um lado, o seqüestro dos recursos financeiros deixou a maioria dos agricultores com dificuldades para dar continuidade até mesmo às atividades da colheita. De outro, a correção dos financiamentos rurais (...) muito acima dos preços mínimos (...) impediu que os produtores pudessem saldar suas dívidas com os cruzados bloqueados.

---

<sup>10</sup> A debênture é um título de crédito de longo prazo que uma companhia faz junto a terceiros e que assegura a seus detentores direito contra a emissora do empréstimo, nas condições previstas pela escritura de emissão.

Na metade do segundo ano de governo, depois de ter passado um período realizando concessões aos grandes latifundiários, devido às pressões que fizeram por subsídios agrícolas e por apoio estatal para os setores endividados, Collor avançou na política agrícola neoliberal, incentivando o mercado, as bolsas de mercadorias e a ampliação das empresas agroindustriais. Lançou as bases iniciais para a criação de uma atividade muito rentável para as classes dominantes no campo: o agronegócio, que viria se expandir, principalmente, a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso.

No âmbito das políticas sociais, o governo federal também imprimiu fortemente a lógica neoliberal, eliminando gastos em setores estratégicos. As áreas mais atingidas pelo corte de gastos sociais foram as de educação e cultura e de saúde, que sofreram a redução de 49% e 30% de suas receitas ao longo de dois anos (1990 e 1991), respectivamente. Ademais, o Governo Collor realizou uma relevante centralização dos recursos e dos programas sociais que teriam sido utilizados como moeda de troca política do governo. Com isso, o par sucateamento dos serviços públicos e centralização dos recursos de programas sociais foi a tônica dada por Collor no âmbito das políticas sociais. (HENRIQUE, 1993)

Henrique observa ainda que, desde a década de 1970, as camadas médias e os trabalhadores das grandes empresas privadas passaram a usufruir, de maneira mais intensa, dos serviços privados, tais como assistência médica supletiva, aposentadorias complementares e educação privada. Nesse sentido, pode-se dizer que a política social engendrada a partir do Governo Collor radicalizou esse processo de ampliação dos serviços privados em detrimento dos serviços públicos. Esses passaram por uma contínua precarização, seja nos aspectos relacionados à infra-estrutura, seja quanto à capacidade de atendimento à população.

---

<sup>11</sup> Se no governo Sarney (1985-1989) haviam sido assentadas 115.070 famílias, esse número cairia para 494 entre 1990 e 1992: o menor número registrado em toda a década de 1990. (COLETTI, 2002)

Como já se mencionou, as principais políticas aplicadas pelo governo resultaram em efeitos diferenciados sobre os rendimentos e as condições de vida dos diversos setores sociais no país. Boito Jr. (1999, p. 120-1), com base nos indicadores do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (DESEP), apresenta sinteticamente a situação do país deixada pelo Governo Collor:

Em 1989, a economia crescera +3,3%. Collor assumiu o governo, em 1990, e empurrou a produção para baixo: -4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e -0,9% em 1992. (...) No triênio 1990, 1991 e 1992, o desemprego cresceu bruscamente. A taxa de desemprego (médias anuais em porcentagem da PEA) na Grande São Paulo, no ano de 1989, estava em 8,7%; no ano de 1990, subiu para 10,3%; no de 1991, para 11,7%; e no de 1992, para 15,2%. (...) Os salários também foram para baixo no governo Collor. Em dólares de dezembro de 1993, o salário mínimo era de US\$ 88,55 em 1988 e de US\$ 90,93 em 1989. Em 1990, começou a queda, e ela foi brusca: US\$ 64,22 em 1990, US\$ 62,41 em 1991 e US\$ 65,70 em 1992.

Em linhas gerais, então, a política adotada pelo Governo Collor, entre 1990-1992, conduziu à recessão, à queda da atividade econômica, ao crescimento do desemprego e à desvalorização dos salários; e imobilizou a poupança e os ativos financeiros aplicados pela classe média e por parte do empresariado. Além disso, a queda da alíquota das importações, adotada também por Collor, tornou a economia brasileira mais vulnerável à entrada de capitais estrangeiros e dificultou ainda mais a produção nacional, que despencou diante da concorrência com os produtos estrangeiros, de alto padrão tecnológico.

Este é, em síntese, um quadro dos primeiros passos da implementação das políticas neoliberais no Brasil, panorama que viria a se consolidar posteriormente com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder.

Na seqüência, procura-se analisar o comportamento do campo político conservador, que abrange tanto as classes dominantes quanto segmentos das classes médias e da classe operária, diante da ação política governamental da equipe de Collor.

### **3.1 Campo político conservador e neoliberalismo**

A análise do comportamento político dos setores do campo conservador é relevante por evidenciar o nível de aceitação do Governo Collor no seio da sua própria base de apoio eleitoral, ou melhor, por permitir entrever tanto as convergências quanto as tensões entre um e outro.

Via de regra, o setor do campo político conservador mais interessado na aplicação integral do programa neoliberal é o representado pelo capital financeiro internacional. O processo de desregulamentação das economias dos países capitalistas periféricos, principalmente a abertura financeira, ofereceu novas oportunidades de investimento para esse setor. Desse modo, a aplicação integral do programa neoliberal favoreceu a ampliação dos rendimentos do capital financeiro internacional, em detrimento das outras frações de classe da burguesia, o que permitiu que essa fração da burguesia exercesse a hegemonia política na nova etapa do capitalismo. Já os setores subalternos no campo conservador que tiveram seus interesses feridos por alguns aspectos da política neoliberal procuraram resistir a esse programa no que tangia à defesa de seus interesses. Segundo Saes (2001, p. 87-8),

...cada setor social subalterno da frente política conservadora tende a apoiar tão-somente a execução daqueles aspectos específicos do programa neoliberal que

correspondam aos seus interesses; ou, na melhor das hipóteses, a apoiar as medidas neoliberais que lhes pareçam não interferir nos seus interesses. Tal postura implica, portanto, resistir, de modo mais ou menos aberto conforme o caso e as circunstâncias, à execução daqueles pontos do programa neoliberal que se chocam com os seus interesses específicos.

No Brasil, as frações do grande capital bancário e financeiro nacional haviam aderido às propostas neoliberais ao longo dos anos 80, apresentando-se como a vanguarda política do neoliberalismo no país e umas das bases principais de apoio à política imperialista. As pressões que o empresariado financeiro realizou, entre o final dos anos 80 e os anos 90, pela extinção dos dispositivos constitucionais que distinguiam a origem do capital das instituições financeiras, permitem não só indicar a adesão desse setor às teses neoliberais, mas também salientar a aliança deste com o capital imperialista – uma vez que a luta política do grande capital bancário e financeiro é a luta pela desregulamentação do sistema financeiro, o que prevê, de um lado, a não participação e a não regulação estatal desse sistema (MINELLA, 2004) e, de outro, a abertura para a entrada de capital estrangeiro no país, significando, assim, que o processo de valorização dos capitais locais é dependente do processo de valorização do capital externo. (MACHADO, 2002)

Na análise do sistema financeiro brasileiro entre o final dos anos 80 e início dos 90, Minella (2004, p. 3) identifica treze características e tendências gerais que evidenciam, de modo direto e indireto, a hegemonia político-econômica desse setor na formação social brasileira:

1. Elevada rentabilidade das instituições financeiras em termos comparativos aos demais setores empresariais;
2. Vinculação com o padrão de financiamento adotado pelo Estado;
3. Diversificação dos investimentos para outros setores da economia;
4. Incremento do processo de automação bancária;
5. Processo simultâneo de

massificação e elitização dos serviços bancários prestados pelo sistema; 6. Incremento no processo de internacionalização do mercado; 7. Redefinição das relações trabalhistas e das negociações com os trabalhadores bancários; 8. Crescimento do número de instituições financeiras atuando no sistema a partir de 1988; 9. Deteriorização da imagem do setor frente à sociedade; 10. Elevado grau de concentração; 11. Participação marcante no processo de privatização; 12. Participação de empresários financeiros nos órgãos de decisão do Estado, nas instituições financeiras estatais e nas atividades políticas; 13. Ampliação e diversificação da estrutura de representação do setor, através da criação de novos órgãos associativos e de importantes alterações nos já existentes.<sup>12</sup>

O conjunto dessas características e tendências informa o desenrolar do comportamento político do setor financeiro diante do Governo Collor. Ou seja, interessava ao setor pressionar pela desregulamentação do setor financeiro, pela abertura comercial, pela privatização das empresas estatais do setor siderúrgico e petroquímico, pela desregulamentação do mercado de trabalho, entre outros aspectos. Essas pressões deram-se antes mesmo de Collor tomar posse, quando o presidente do complexo CNF-FEBRABAN-FENABAN – organização que representa o grande capital bancário e financeiro no país –, Wallace Junior, apresentou um conjunto de propostas que visava influenciar a política econômica do novo governo. Entre tais propostas constava a defesa de um plano ortodoxo de estabilização monetária, baseado em políticas neoliberais: Collor deveria minimizar o máximo possível o papel regulador do Estado na economia. (MINELLA, 1993)

---

<sup>12</sup> Em face dessas características, cumpre fazer dois breves comentários. Por um lado, a superioridade em termos de rendimento do setor financeiro em relação aos outros setores das classes dominantes, permite evidenciar a hegemonia política da fração financeira do bloco no poder. Por outro lado, a imagem negativa dos bancos na sociedade é compensada pela crença na virtude do modelo de desregulamentação que, em tese, favorecia a todos, mas que beneficia em específico a rentabilidade dos bancos.

No entanto, o Governo Collor, no anúncio do Plano Collor I, em março de 1990, não contemplava plenamente as reivindicações do empresariado financeiro. Como se mencionou, o governo aplicou um plano de estabilização, utilizando-se de instrumentos como o congelamento de preços para conter a inflação, o confisco de ativos financeiros aplicados em poupança, em conta corrente e em *overnight*. Em referência ao *overnight*, Wallace Junior havia sido taxativo ao defender a sua manutenção. Mas o governo, através da política de confisco, dificultou bastante a ativação de novas aplicações, acabando por extingui-la no Plano Collor II, o que, pois, contrariava os interesses do grande capital bancário e financeiro. (MINELLA, 1993)

Diante dos altíssimos índices inflacionários, os empresários do setor financeiro reivindicaram um controle monetário “razoável” – já que esse cenário econômico havia levado o Governo Collor a adotar medidas consideradas “excessivas e erráticas” no âmbito da economia, gerando rentabilidade diferenciada entre os grupos financeiros –, assim como uma contenção da carga tributária, visando garantir maior liberdade de empreendimento e rentabilidade para o setor. No entanto, como se viu, Collor procurou aumentar, no segundo ano de governo, o IOF.

Enfim, essas questões giravam em torno da defesa de um plano ortodoxo de estabilização monetária e foi justamente esse aspecto que levou o empresariado financeiro a pressionar por uma maior participação no processo de decisão de aplicação das medidas neoliberais – ou melhor, tratava-se de uma correção de rota. Por um lado, o grande capital bancário e financeiro foi amplamente contemplado pela política neoliberal de Collor, com a abertura comercial brusca, o enxugamento do quadro de funcionários públicos, os avanços na política de “livre negociação salarial”<sup>13</sup> (veja-se o caso das câmaras setoriais, analisadas mais adiante), a eliminação da política

---

<sup>13</sup> A proposta de livre negociação salarial tem nos anos 90 um conteúdo distinto do apresentado nos anos 80. Se nos anos 80 essa proposta representava uma resistência à intervenção estatal e associava-se à defesa da liberdade e autonomia sindical, nos anos 90 essa reivindicação sustenta-se sob a égide da ideologia neoliberal. Como afirma Galvão (2003, p. 182-3): “(...) nos anos 90 (...) enquanto os sindicatos combativos, ligados à CUT, continuam a

salarial que repunha automaticamente a perda salarial decorrente da inflação<sup>14</sup> e os incentivos à participação do capital bancário e financeiro nos processos de privatização. Por outro lado, o governo editou uma série de intervenções na economia que feriu os interesses econômico-corporativos do referido setor.

A solução para o caso deu-se através das pressões pela substituição de Zélia Cardoso de Mello e pela nomeação, para o cargo de ministro da Economia, de Marcílio Marques Moreira, que era mais afinado às teses liberalizantes e ao empresariado financeiro. Essa mudança resultou numa importante correção de rota da política econômica do Governo Collor, traduzindo-se, na prática, num significativo avanço da

liberalização das normas relativas ao capital estrangeiro e à articulação com o mercado financeiro internacional. O acesso de aplicadores estrangeiros nas bolsas de valores brasileiras foi ampliado, assim como foram relaxadas as condições para a remessa de lucros; e as condições de acesso ao crédito externo foram bastante facilitadas.

(ANDREI; SAMPAIO, 1995, p. 30)

O panorama acima indica que as relações entre o governo e a fração do capital bancário e financeiro foram marcadas por pontos de convergência e por tensões. Para implementar as medidas neoliberais, o Governo Collor isolou-se politicamente, não atendendo às reivindicações por participação política em sua política econômica. Com a edição de medidas intervencionistas, esse governo criou certos empecilhos para a ampliação dos rendimentos do grande capital bancário e financeiro. Certamente, a entrada de Moreira no Ministério da Economia, no segundo ano do mandato de Collor, amenizou as tensões, mas a continuidade da inflação, das medidas

---

encará-la como uma maneira de ampliar a participação sindical no processo de negociação coletiva, fortalecendo as organizações dos trabalhadores, a burguesia e parte do movimento sindical busca reduzir algumas formas de intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho, restringindo os constrangimentos legais à compra e à venda da força de trabalho. Assim, enquanto a primeira perspectiva está associada à tentativa de democratizar as relações de trabalho, a segunda vincula-se à limitação de direitos”.

regulatórias e a impossibilidade de uma participação política mais ampla do setor burguês hegemônico acarretaram o prosseguimento do estado de tensão. Por parte do empresariado financeiro, houve concordância em relação ao programa neoliberal, mas não em relação ao comportamento político do governo.

Assim como os banqueiros, a grande burguesia industrial também aderiu às propostas neoliberais, entendidas como forma de superar a crise fiscal do Estado. As políticas de abertura comercial, privatização e desregulamentação do mercado foram demandas desse setor durante o Governo Collor. No entanto, a implementação dos ajustes neoliberais não se deu sem incitar conflitos com os industriais que lutavam para preservar seus interesses corporativos.

A maneira brusca como o Governo Collor realizou a abertura comercial impôs sérias dificuldades à indústria brasileira, constituindo-se no alvo das principais críticas do setor. Uma das principais organizações políticas da grande burguesia industrial, a FIESP, procurou pressionar o governo pela redução do ritmo da política de abertura comercial. Isto é, apesar de apoiar a política de abertura econômica do país – entendida como meio de dinamizar a economia e torná-la mais competitiva –, os industriais consideravam que, para tanto, era necessário construir uma política de abertura gradual para que a indústria brasileira pudesse se adequar às novas exigências do mercado. No contexto de recessão econômica que achatava a produtividade das indústrias, uma política de abertura comercial ampla caracterizava-se como um grave óbice para a indústria brasileira. A propósito, Bianchi Mendez (2004, p. 229) assevera:

A combinação dessa política recessiva com a abertura comercial teve um impacto extremamente negativo sobre a indústria. A crescente exposição ao ambiente competitivo e o favorecimento do setor exportador reforçaram uma tendência, presente

---

<sup>14</sup> A lei 8.030/90 alterou a política salarial.

na década anterior, à queda da produção industrial. O impacto negativo da abertura comercial sobre a indústria era, entretanto, agravado pela recessão existente.

Diante desse quadro, desenvolveu-se um forte processo de desindustrialização no país, repercutindo de maneira diferenciada nos diversos ramos de atividade industrial. Como atesta Bianchi Mendez (2004), enquanto os setores da indústria mecânica, de plásticos e de vestuário foram duramente afetados pela abertura às importações, o mesmo não ocorreu com os setores de produtos alimentares, bebidas, fumo, perfumaria e de extração mineral, os quais obtiveram, no período, índices consideráveis de rendimento.

O confisco de 70% dos ativos financeiros do setor privado e o congelamento dos preços foram outras medidas do governo que geraram insatisfações no seio da burguesia industrial. (BIANCHI MENDEZ, 2004) O confisco, por prejudicar os rendimentos financeiros dos grandes industriais, e o congelamento, por não permitir o repasse dos custos da recessão para os preços.

Assim como ocorria em relação ao setor financeiro, as reivindicações da grande burguesia industrial circunscreviam-se ao âmbito corporativo, não apresentando uma alternativa global ao neoliberalismo. No caso dos industriais, o que se observava era uma oscilação entre um discurso liberalizante e outro que não descartava a intervenção estatal como forma de assegurar seus interesses corporativos.

Da mesma forma que os banqueiros, a grande burguesia industrial pressionou o governo, visando maior participação no processo de implementação da política neoliberal. Essa pressão deu-se, num primeiro momento, pouco tempo depois da vitória de Collor, quando os industriais indicaram o nome de José Serra para ministro da Economia, mas a operação foi malsucedida.

No decorrer do mandato, essas pressões retornaram, tanto que Collor isolou instâncias de formulação e implementação de políticas econômicas para se livrar das pressões do empresariado. Segundo Diniz e Boschi (2000), durante esse governo, foram extintos vários

conselhos e comissões de caráter consultivo e mesmo deliberativo os quais garantiam a participação dos interesses empresariais. Logo, conjuntamente com o setor financeiro, os industriais pressionaram o governo, principalmente a partir do final de 1990, quando os efeitos da política do governo exprimiam-se de maneira mais nítida. Defenderam o nome de Marcílio Marques Moreira para o Ministério da Economia. Com a posse de Moreira, a relação com o governo tornou-se mais harmoniosa, mas o desempenho fraco da economia durante o ano de 1991 e, principalmente, a antecipação em seis meses do cronograma de redução das tarifas alfandegárias, em fevereiro de 1992, fez as tensões entre o empresariado industrial e o governo aflorarem e ganharem uma certa centralidade no cenário político-econômico. (BIANCHI MENDEZ, 2004)

No conjunto das políticas aplicadas pelo Governo Collor, setores da grande burguesia industrial saíram ganhando. O governo promoveu a política de “livre negociação” articulada em torno das câmaras setoriais e do chamado “entendimento nacional”. Abriu o processo de privatização, que teve a participação de setores da grande burguesia industrial nos leilões das empresas estatais. Entretanto, o isolamento político do Governo Collor levou-o a conflitos com representantes da burguesia no país.

No tocante ao comportamento político dos segmentos da classe média e dos trabalhadores na conjuntura inicial dos anos 90, é possível dizer que a adesão à plataforma neoliberal, ao contrário dos dois setores apresentados acima, foi difusa. A ideologia neoliberal oferecia uma resposta à revolta popular contra as características antipopulares do modelo econômico e social herdado da política desenvolvimentista e populista. Nesse sentido, pode-se afirmar que a ideologia neoliberal soube explorar as contradições, debilidades e insatisfações populares relacionadas ao modelo econômico e social do período anterior, conseguindo apresentar o seu modelo como solução progressista para aquela herança. O individualismo secretado pelo mercado

e pelo direito, a ideologia meritocrática – forte particularmente na classe média – e a ideologia de ascensão pelo trabalho, presente no meio operário, representavam trunfos dos quais dispunha o neoliberalismo para difundir-se junto às classes trabalhadoras.

A criação da Força Sindical com o apoio do governo federal e da FIESP, em 1991, foi um importante acontecimento no cenário sindical brasileiro. Essa central sindical tornou-se um instrumento político determinante para a difusão do neoliberalismo no seio das classes trabalhadoras e para a descaracterização do sindicalismo combativo, liderado pela CUT. (TRÓPIA, 2002) Sendo composta majoritariamente por sindicatos do setor privado, a Força Sindical fomentou a difusão da ideologia antiestatista no seio do sindicalismo através da crítica ao funcionalismo público, aos incentivos do Estado às empresas estatais em detrimento das empresas do setor privado e à precariedade dos serviços públicos. (TRÓPIA, 2002)

No que se refere à ação prática da Força Sindical durante o Governo Collor, observa-se a articulação de duas frentes principais: participação ativa nos processos de privatizações das empresas estatais e de desregulamentação do mercado de trabalho, assim como em boicotes de greves gerais organizadas pela CUT e CGT.

Em 1991, ano que começou a ofensiva do Governo Collor contra as empresas estatais, a Força Sindical controlava os sindicatos de trabalhadores das maiores empresas siderúrgicas do país, entre os quais, o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), que representava os trabalhadores da primeira estatal privatizada por esse governo: a USIMINAS.<sup>15</sup> Essa presença da Força Sindical era uma condição extremamente favorável à consecução dos leilões de privatização. A Força Sindical contou ainda com o apoio do governo federal para engajar os

---

<sup>15</sup> O discurso da ineficiência das empresas estatais pregado pelo Governo Collor, nesse caso, mostrou-se pouco “realista”. Como observa Trófia (2002, p. 171): “Em 1991, a Usiminas tinha índices de desempenho comparáveis aos dos países desenvolvidos. Era a sétima maior empresa do país, segundo a classificação da revista *Exame*.”

funcionários das empresas estatais na proposta privatista. Em relação a esse fato, Boito Jr. (1999, p. 187) ressalta que:

As direções das empresas estatais e do BNDES reservaram (...) vários lotes de ações aos funcionários das empresas a serem privatizadas – eles poderiam adquiri-los a preço menor e com financiamento subsidiado, através de clubes de investimento ou de fundações que viessem a constituir. Esse recurso não só permitiu cooptar (...) a burguesia de Estado, como também neutralizou a virtual oposição dos trabalhadores à privatização das empresas nas quais trabalhavam.

No tocante à sua atuação no processo de desregulamentação do mercado de trabalho, a Força Sindical apostou na política de livre negociação entre capital e trabalho, defendendo a estratégia de participação nos lucros e resultados das empresas. Trópia (2002, p. 178) afirma que

...desde 1991, sindicatos da base da Força Sindical (comerciários de São Paulo, metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e de São Paulo) vinham realizando acordos coletivos que instituíam na prática a PLR [Participação nos Lucros e Resultados] em algumas empresas. Defendida como uma forma de melhoria das condições salariais do trabalhador, esta forma de remuneração do trabalho pulveriza as negociações e favorece o avanço da remuneração variável, isto é, dependente do desempenho da empresa.

Na verdade, essa central sindical já praticava, durante o Governo Collor, formas de flexibilização dos rendimentos, muito antes de tais procedimentos terem sido regulamentados pelo Estado, como ocorreu, em 1994, através da Medida Provisória 794, que regulamentou a PLR. Além desse aspecto, o principal sindicato vinculado à Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), no começo de 1992, adotou a flexibilização da jornada e do

---

Produzia 7,46 toneladas de aço líquido por homem ao ano, quase o dobro da média nacional. Segundo a *World Steel Dynamics*, a Usiminas ocupava o segundo lugar em eficiência entre as 153 principais siderúrgicas do mundo”.

contrato de trabalho durante um processo intenso de demissões no setor metalúrgico, propondo a “jornada flexível” como meio para se obter estabilidade no emprego. Assim, as empresas passariam a estabelecer a jornada de trabalho de acordo com sua produtividade. (TRÓPIA, 2002)

Em face desses aspectos, pode-se concluir que, a despeito das tensões políticas que marcaram a relação entre o governo e os setores dominantes, esses se colocaram na ofensiva durante o Governo Collor, procurando imprimir a todo custo a política neoliberal. Quanto a segmentos da classe média e do operariado é possível observar que sofreram o impacto da ideologia neoliberal, pelo fato de terem apoiado ativamente alguns dos pilares da política neoliberal no Brasil. A Força Sindical teve um papel importante nesse processo, tornando-se durante o Governo Collor um instrumento político de difusão das idéias neoliberais no seio do operariado brasileiro.

### **3.2 O campo político progressista na defensiva**

Na conjuntura do Governo Collor, é possível evidenciar um refluxo das principais forças políticas que compunham o campo político progressista. Em linhas gerais, esse campo político abrangia setores sociais e forças políticas que se opunham à aplicação das políticas neoliberais. Nesse sentido, as frações do bloco no poder e alguns segmentos da classe média e do operariado que aderiram ao neoliberalismo, não faziam parte desse campo político.

Enquanto a tendência mundial nos anos 80 era de crise do movimento político dos trabalhadores e ofensiva política e ideológica do neoliberalismo, no Brasil presenciamos algo totalmente distinto. Esse momento histórico foi atravessado por intensas mobilizações de massa que se colocaram em confronto com o regime autoritário e o modelo econômico desenvolvimentista.

Como já se destacou, nesse período de fortes mobilizações políticas no país, duas importantes organizações populares foram criadas e influenciaram decisivamente a luta dos trabalhadores no país: o MST e a CUT. A partir de uma convergência programática que apontava para a defesa da constituição de um Estado de bem-estar social no país, essas duas organizações políticas formaram alianças políticas entre si. Ademais, é preciso observar que a CUT e o MST não reivindicavam conscientemente um Estado de bem-estar. Quando inquiridos, respondiam que lutavam pelo socialismo, o que, por si só, é um fato político que, no mínimo, tem o efeito de preocupar a burguesia. O que sucedia era que o programa e a ação prática dessas organizações “apontavam” para a constituição de um Estado de bem-estar no Brasil, independentemente do que afirmassem defender. Vejamos como cada uma comportou-se diante da novidade de um governo neoliberal no país.

O MST adotou como linha mestra de sua política, ao longo dos anos 80, o desenvolvimento de cooperativas agrícolas no país – consideradas como meio não só de suprir as dificuldades de comercialização e de produção dos trabalhadores do campo, mas também como estratégia para conscientizá-los politicamente da necessidade da realização da reforma agrária. As palavras de ordem “ocupar”, “resistir” e “produzir” refletiam a postura do movimento de expansão dos assentamentos, de desenvolvimento de cooperativas agrícolas e melhoria das condições de vidas dos trabalhadores rurais. (STÉDILE; FERNANDES, 2000)<sup>16</sup> Para poder avançar, tal política necessitava de apoio estatal através de subsídios e créditos agrícolas e de uma correlação de forças favorável à ação do movimento de luta pela terra. No entanto, com o corte de subsídios agrícolas, com a retirada do apoio ao crédito rural e com a dissolução de

---

<sup>16</sup> A despeito de João Pedro Stédile (entrevistado) e Bernardo Mançano Fernandes (entrevistador) serem considerados autores, ressaltamos que esse livro contém uma longa entrevista com Stédile e, portanto, as observações feitas no corpo de nosso texto baseiam-se apenas nas suas declarações.

importantes instâncias voltadas para as políticas agrícolas, a política engendrada pelo Governo Collor prejudicou essa alternativa cooperativista. (STÉDILE; FERNANDES, 2000)

Nesse período, o governo federal, sob pressão dos grandes latifundiários, procurou também reprimir duramente os movimentos de luta pela terra, invadindo algumas secretarias estaduais do MST, por intermédio da Polícia Federal, detendo algumas das principais lideranças políticas e promovendo ações judiciais contra o Movimento. Uma das principais lideranças do MST, João Pedro Stédile, considera o período do governo Collor o “batismo de fogo” para o MST, que poderia ter-se dissolvido nesse momento. Segundo ele:

Se o governo dele durasse os cinco anos previstos e nos apertasse mais um pouquinho, poderia ter nos destruído. Não os assentamentos em si, porque estes já estão consolidados, mas como movimento social. (STÉDILE; FERNANDES, 2000, p. 105)

Enfim, o MST ficou na defensiva durante o Governo Collor. Foi um período em que o movimento teve que se articular para dentro, isto é, desenvolver a construção orgânica dos assentamentos, em detrimento da mobilização política dos trabalhadores rurais e da expansão das ocupações. Exemplo disso ocorreu, principalmente, com a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), de onde se originou, em maio de 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), reunindo em torno de 55 cooperativas de produção e comercialização na base e 7 cooperativas centrais estaduais. Se houve mínimos avanços organizacionais, por um lado, o reduzido número de ocupações realizadas entre 1990-1992 (COLETTI, 2002) – proporcionalmente o menor na Nova República – evidencia, por outro lado, as dificuldades que o MST encontrou para articular-se politicamente nessa conjuntura.

O recuo do MST, em particular, e dos movimentos de luta pela terra, em geral, na conjuntura do primeiro governo neoliberal, não foram fenômenos que ocorreram isoladamente. A

maior central sindical do país, a CUT, também entrou na defensiva. Ao contrário do MST, que havia alcançado uma reduzida influência política, nesse período, no âmbito nacional entre os trabalhadores rurais, a CUT já vinha se consolidando em diversos sindicatos do país. Logo, a sua importância política no plano nacional era mais expressiva que a do MST. Ao menos na conjuntura 1990-1992, as mudanças ocorridas no sindicalismo cutista tiveram maior repercussão que as ações do MST – daí a necessidade de detalhar-se um pouco mais os resultados do comportamento político da Central nesse período.

As tendências gerais de desarticulação do movimento operário e socialista a partir dos anos de 1970 evidenciam a crise desse movimento em escala internacional e indicam, direta e indiretamente, os possíveis rumos que o sindicalismo brasileiro seguiria diante da ofensiva neoliberal. Embora, o comportamento do sindicalismo de uma determinada formação social tenha suas particularidades, podendo se desenvolver de maneira distinta dos outros países. Prova disso foi que, durante os anos 80, enquanto se observava o refluxo do sindicalismo europeu duramente golpeado pelos governos neoliberais,<sup>17</sup> concomitantemente, no Brasil, ocorriam importantes mobilizações, nas quais o sindicalismo cutista exerceu importante papel na luta por direitos sociais e políticos.

No entanto, a partir dos anos 90, a CUT abandonou essa postura combativa e aderiu a uma linha política afeita à conciliação com o governo federal e com o patronato. Essa nova política, ainda em fase gestacional na conjuntura do primeiro governo neoliberal, levou a CUT a adotar uma prática política oscilante: ora assimilando elementos do discurso neoliberal, ora contrapondo-se, ainda que de modo pontual, às políticas neoliberais. Segundo Galvão (2003, p. 127), foi constituído nessa fase o sindicalismo propositivo, que se caracteriza

---

<sup>17</sup> Como foi o caso, para darmos uma indicação, da repressão à greve dos mineiros no governo Thatcher na Inglaterra, em 1984.

por priorizar a ação institucional, em detrimento do trabalho de organização e mobilização das bases, e por negociar de maneira “realista”, sem se confrontar com as propostas apresentadas pelo governo e pelo patronato. As críticas que lhes são dirigidas são pontuais e não requerem a mudança da política dominante, nem a reversão das formas de gestão da força de trabalho.

Fatores de ordem exógena e endógena levaram a Central a adotar essa postura. Entre os primeiros, destacam-se:

a) a crise do movimento operário internacional a partir dos anos 70, que, de certa maneira, repercutiu sobre a prática sindical da Central nos anos 90;

b) a vitória do projeto neoliberal nas eleições de 1989, colocando o movimento sindical na defensiva, visto que – por um lado, o conteúdo das políticas neoliberais permitiu, entre outros fatos: a precarização das relações trabalhistas através da proposta de “livre-negociação salarial”; a cooptação do sindicalismo em torno do projeto neoliberal através das câmaras tripartites, favorecendo a adoção da linha propositiva em detrimento da linha combativa; a demissão em massa do funcionalismo público, resultando num duro golpe contra o sindicalismo mais ativo do país naquela conjuntura; a cooptação dos funcionários das empresas estatais para a defesa da privatização, oferecendo-lhes lotes de ações dessas empresas; e, por outro lado, a aplicação das políticas neoliberais teve como efeitos principais o crescimento do desemprego e a queda da renda dos trabalhadores, desarmando, portanto, os trabalhadores no plano da luta sindical, dado que os constrangimentos econômicos, como o medo do desemprego e de demissão, causam importantes obstáculos à consecução de uma prática sindical combativa;<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Como aponta Boito Jr. (1999, p. 121): “A recessão de 1990/1992 contribuiu para que a atividade grevista diminuisse muito – se em 1990, 12,4 milhões de trabalhadores tinham participado de greves em todo o país, em 1991, esse número caiu para 8,8 milhões e, em 1992, despencou para apenas 2,9 milhões”.

c) o terceiro fator de ordem exógena que levou a CUT à defensiva foi a concorrência com o sindicalismo da Força Sindical, que aderiu ao neoliberalismo e agiu conjuntamente com o governo federal para minimizar a influência da CUT no meio operário, realizando, até mesmo, boicotes de greve, como se deu no caso da greve geral de 1991.

Em relação aos fatores de ordem endógena salientam-se: as mudanças do estatuto da CUT no 3º. CONCUR (1988) e o fortalecimento da hegemonia da corrente Articulação Sindical no interior da Central. As alterações estatutárias realizadas nesse Congresso provocaram inflexões políticas no interior da Central Única dos Trabalhadores, fortalecendo o poder político representado pelas direções, em prejuízo das bases e oposições sindicais, conduzindo a Central à burocratização e à institucionalização. Alterava-se o critério de representação, isto é, substituía-se o critério do número de trabalhadores na base para a escolha dos delegados do congresso pelo critério do número de trabalhadores sindicalizados, dissolvendo, assim, os congressos de massa com forte representação dos delegados de base, em nome da formação de congressos de quadros.<sup>19</sup>

A prática política do sindicalismo cutista diante do Governo Collor permite evidenciar de forma mais clara a opção política da conciliação. Primeiramente, é preciso ressaltar que a CUT aceitou participar das reuniões das câmaras tripartites, constituídas por membros da equipe governamental, do empresariado e dos sindicatos dos trabalhadores. Essas reuniões, que ficaram conhecidas como “entendimento nacional”, foram convocadas pelo governo federal, em setembro de 1990, visando o controle da inflação, a ampliação da base de apoio, com conquistas nas eleições para governador e deputados nesse mesmo ano, e a redução das atividades grevistas.

---

<sup>19</sup> Os resultados dessa operação foram visíveis no 4º. CONCUR, realizado em 1991. Como aponta Jácome Rodrigues (1997, p. 185), se no 3º. CONCUR a diretoria dos sindicatos representava 49,2% dos delegados e os trabalhadores da base 50,8%, no 4º. CONCUR, ocorreu uma profunda transformação na composição dos delegados dos Congressos,

Nessas negociações, a CUT buscava priorizar a realização de acordos, em vez de promover a mobilização social contra a política econômica, reduzindo, portanto, suas reivindicações à mera proposta de reposição das perdas salariais.

Devido ao fato de o Governo Collor não ter contemplado nenhuma proposta do movimento sindical, não se estabeleceram acordos entre as partes, e o “entendimento nacional” malogrou, em dezembro do mesmo ano.

No tocante aos direitos trabalhistas, é possível identificar pontos de assimilação do discurso neoliberal na proposta de contrato coletivo de trabalho elaborada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, posto de comando da corrente hegemônica da CUT, a Articulação Sindical. Essa proposta – ao contrário do que se poderia supor – não tinha como objetivo a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, mas o endosso das prerrogativas da “livre-negociação” entre o patronato e os trabalhadores, minimizando a intervenção estatal nesse campo de atuação. Opunha-se, assim, a contratação coletiva do trabalho às normas constitucionais de proteção ao trabalhador e à política salarial.

De acordo com Boito Jr. (1999), essa concepção fomentada pela corrente Articulação Sindical e aplicada pela CUT facilitou a política do Governo Collor de desindexação dos salários, em maio de 1990. Essa central sindical, apesar de se opor à desindexação salarial, não criticou os princípios que a informavam, concentrando sua oposição nas “circunstâncias adversas da conjuntura”. A postura da CUT desnudou-se na conjuntura de ofensiva neoliberal como uma proposta que desarmou o movimento sindical combativo. Ou, como conclui o autor:

Embora colida, pelo simples fato de ser uma ação sindical, com a ideologia neoliberal, impedindo a livre circulação e contratação de trabalhadores atomizados, a livre

---

vale dizer, houve um aumento considerável do número de diretores, que passaram a representar 83% dos delegados, e uma redução drástica dos trabalhadores de base, que constituíram apenas 17% dos delegados.

contratação coletiva faz apelo à ideologia do contrato entre partes supostamente livres e iguais, fragmenta o coletivo de classes em setores, é refratária à regulamentação estatal, e permite, pelo menos, a desregulamentação das relações de trabalho nos setores pouco organizados. O contratualismo sindical é uma espécie de adaptação do liberalismo pelo e para o sindicalismo. (BOITO JR., 1999, p. 158)

Outro aspecto que permite vislumbrar uma assimilação passiva das propostas neoliberais no seio do sindicalismo cutista revela-se no caso das câmaras setoriais. Já se disse acima que a proposta de câmaras tripartites não foi bem-sucedida no primeiro ano do governo. No entanto, dois anos depois, em março de 1992, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tomou a iniciativa de firmar um acordo com o governo federal e os empresários na câmara setorial da indústria automobilística.<sup>20</sup> Essa medida, tomada à revelia da CUT, posteriormente, passou a ser assimilada pela Central, estimulando a prática da conciliação em vez da resistência. O “pragmatismo” que repercutia nas posições adotadas pela CUT nesse período, levou-a a participar da definição da política governamental, mas com a condição de renunciar à política de confronto com o modelo econômico, assim como de abandonar a luta e a denúncia do conjunto da política neoliberal.

A CUT, apesar de todas as concessões que fez às políticas neoliberais, manteve-se na oposição à política de privatização do Governo Collor. A disposição para a negociação, nesse caso, foi rarefeita. Em 1991, a CUT chegou a fazer parte do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON), que se lançou contra a privatização da USIMINAS; organizou, em 1992, o Comitê de Defesa das Estatais da Baixada Santista, visando barrar, principalmente, a

---

<sup>20</sup> De acordo com Galvão (2002, p. 114): “O acordo reduziu, por 90 dias, o preço dos veículos leves em 22%, mediante o corte nas alíquotas do IPI e ICMS e nas margens de lucro das montadoras, dos fornecedores de autopeças e das concessionárias; estabeleceu correção mensal dos salários e estabilidade no emprego pelo mesmo período para toda a base metalúrgica cutista do estado de São Paulo. Essa última medida abrangeu até mesmo setores não relacionados à cadeia automotiva”.

privatização da COSIPA, e lançou, em Volta Redonda, uma campanha nacional contra as privatizações. O que é curioso observar aqui é que apesar de haver interesses por parte das lideranças cutistas em barrar a política de privatizações de Collor, foi reduzida a participação dos trabalhadores nas manifestações em defesa das empresas estatais.

É digno de destaque mencionar que foi durante o Governo Collor que a CUT organizou a primeira das duas únicas greves gerais da década de 1990,<sup>21</sup> em maio de 1991, combatendo as perdas salariais diante de outra tentativa malsucedida do governo de combate à inflação, com o Plano Collor II. Essa atividade pode ser considerada outro indicador da persistência da linha combativa da Central. Essas oscilações da linha política da CUT corresponderiam à fase gestacional do sindicalismo cutista de conciliação, que só ganharia maior expressividade a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso.

\*\*\*\*

Esse recuo político da CUT somado à crise do MST, no início da década de 1990, são aspectos importantes que informam a situação das forças políticas progressistas num momento de ofensiva do campo político conservador. Diante desse fato, entende-se que a configuração da correlação de forças no país favorecia o fortalecimento da proposta neoliberal na sociedade brasileira. Tais elementos, como se verá mais à frente, ajudam a compreender por qual motivo o discurso da ética na política ganhou centralidade nas mobilizações *pró-impeachment* do presidente Collor, em 1992.

Até aqui, a análise concentrou-se nas principais características da política do Governo Collor e na ação política das classes e frações de classe mais propriamente no campo corporativo, ou dos interesses específicos. A fim de oferecer mais elementos para a discussão da crise do

*impeachment*, é necessária a caracterização do regime político no período 1990-1992. É o que se faz na seção seguinte.

#### **4. Governo Collor e regime político**

A política econômica e social implantada por Collor e sua equipe política conduziram a uma redução bastante expressiva da participação política de setores sociais nas instâncias de formulação e implementação das políticas neoliberais. Como se viu, as resistências a essas práticas políticas surgiram desde o primeiro ano de mandato do presidente, gerando grande insatisfação em frações da burguesia que deram apoio à candidatura Collor e à sua plataforma política neoliberal. Na prática, as tensões que surgiram entre o governo e as frações de classe do bloco no poder estavam localizadas no campo da ação corporativa, pois eram justificadas quase sempre por interesses específicos de cada setor da burguesia, o que não ocorria no conjunto da política neoliberal. Assim, as pressões principais exercidas por esse bloco em relação ao governo deram-se em torno de questões tais como a ampliação ou redução do ritmo de aplicação das políticas neoliberais e os ajustes de alguns “excessos” de intervencionismo estatal.

A experiência das câmaras setoriais do ramo automotivo da indústria brasileira parece ser a contraprova do isolamento político do Governo Collor, por ter sido a única câmara tripartite que, durante o seu governo, logrou fazer acordos. No entanto, como se tratou de um caso isolado, que atendeu apenas os interesses das montadoras de veículos e que ocorreu às vésperas do momento de exarcebação da crise do governo, ela não deve expressar a linha dominante de conduta do governo durante a maior parte de sua gestão.

---

<sup>21</sup> A segunda greve geral organizada pela CUT durante a década de 1990 ocorreu em 1996.

Antes de proceder à análise específica do regime político desse período com o objetivo de desnudar a prática política do governo nas instâncias políticas do Estado brasileiro, cumpre tecer algumas observações preliminares, de ordem teórica.

O Estado burguês caracteriza-se como um fator de unidade política das classes e frações dominantes sob a égide da classe ou fração hegemônica. Essa unidade política oferece maior coesão aos interesses específicos de cada fração burguesa transformando-os em interesses políticos, em proveito da classe ou fração hegemônica. Na fase do capitalismo neoliberal, por exemplo, o Estado burguês opera como um fator de organização hegemônica da burguesia financeira. Nesse sentido, considerar o Estado burguês como uma unidade política da burguesia significa dizer que as frações de classe do bloco no poder por si só são incapazes de se erguerem no plano hegemônico através de seus próprios partidos na cena política. Quanto a isso, Poulantzas (1971, p. 147) destaca que:

Entregues a si mesmas, as classes e frações ao nível da dominação política, não só se esgotam em fricções intestinas, como se afundam, a maior parte das vezes, em contradições que as tornam incapazes de governar politicamente.

Pois bem, partindo dessa concepção de Estado, a análise da relação entre a esfera executiva e a esfera legislativa deve ser tomada de maneira integrada, pois, a despeito de possuírem competências distintas, essas duas esferas de poder conformam a unidade do poder institucionalizado. A compreensão dessa relação passa pela negação da tese da separação de poderes e, por conseguinte, pela defesa da tese da unidade do poder, isto é, o executivo pode interferir no legislativo, assim como o legislativo pode exercer um direito de vigilância sobre o executivo e interferir também no judiciário. (ALTHUSSER, 1972)<sup>22</sup> Essa unidade confere a

---

<sup>22</sup> Nessa obra, o autor procura trazer à luz da reflexão a obra de Montesquieu. No capítulo 5, denominado “O mito da separação de poderes”, Althusser apresenta suas críticas acerca da idéia de separação de poderes e, baseando-se em teses de Eisenmann sobre esse assunto, assevera que a idéia de “separação dos poderes” é uma interpretação

dominância de um dos ramos do aparelho do Estado sobre o outro, constituindo o “ponto nodal do poder de Estado”. Esse ponto, ou “instância”, é o lugar no qual se concentra a relação entre o princípio da unidade política do povo-nação e o princípio da unidade política do bloco no poder, sob a égide da classe ou fração hegemônica, ou melhor, “...é o lugar onde se constitui, por intermédio do Estado, a organização política da classe ou fração hegemônica face à ‘sociedade’ e face ao bloco no poder”. (POULANTZAS, 1971, p. 155) Essas observações merecem um tratamento concreto. Vejamos, portanto, como se exprimiu a relação entre o executivo<sup>23</sup> e o legislativo<sup>24</sup> no Governo Collor, assim como os efeitos práticos dessas relações sobre a conjuntura.

Dois pontos principais evidenciam a relação entre o executivo e o legislativo: 1) a aplicação de medidas provisórias, conferindo uma centralização acentuada do poder na esfera do executivo; e 2) a composição ministerial do governo, indicando as alianças que o executivo procurou realizar com o legislativo, em especial os partidos políticos que compõem o bloco no poder.

De acordo com o artigo 62 da Constituição brasileira de 1988, em condições de urgência e de temas relevantes, o presidente da República pode adotar o dispositivo das medidas provisórias, que entram em vigor no momento de sua edição. Essas medidas devem ser enviadas ao Congresso Nacional, que tem o prazo de 30 dias para aprová-las, sem o que elas prescrevem. É importante ressaltar que a Constituição não impõe nenhuma espécie de constrangimento aos casos de reedição de determinada medida provisória, mesmo que esta tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional.

---

equivocada que fizeram de Montesquieu, isto é, na obra deste, não há espaço para a idéia de separação, mas para a de “combinação”, “fusão” de poderes.

<sup>23</sup> De acordo com o art. 76 da Constituição brasileira, “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado”.

No caso do Governo Collor a edição e reedição de medidas provisórias (MPs) concentraram-se no primeiro ano de seu mandato, tendo o presidente editado 90 MPs e reeditado outras 73, incluindo-se aí reedições de medidas provisórias rejeitadas pelo Congresso Nacional. Nos dois anos seguintes, esse número caiu bastante.<sup>25</sup> Sob pressões do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, o Governo Collor praticamente abandonou esse artifício político. (SKIDMORE, 2000) O número de MPs desse governo pode, no entanto, ser considerado muito baixo, se comparado ao dos governos seguintes.<sup>26</sup>

Collor, no final do seu primeiro ano de governo, perdeu, portanto, uma arma poderosa. Com a revolta gerada no interior do Congresso Nacional em relação à aplicação ininterrupta de medidas provisórias, além do quadro de crise da situação social que atingiu o país no final de 1990, o governo federal recuou e deixou de fazer uso intensivo de tal instrumento político. Nesse sentido, a adoção de medidas provisórias não pode ser considerada nem o aspecto dominante da política do Governo Collor nem muito menos o principal fator explicativo do isolamento político do governo, visto que esse expediente foi limitado tanto em termos numéricos quanto em termos de duração temporal.

A composição ministerial desse governo, por sua vez, engendrou maior impacto no plano político, resultando num fortalecimento do executivo e também no isolamento político do governo. Tanto no que diz respeito ao número e à disposição dos ministérios por área de competência governamental, quanto à participação dos partidos políticos que representavam o

---

<sup>24</sup> O art. 46 da Constituição estabelece que “O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”.

<sup>25</sup> Em 1991, o governo federal editou apenas nove MPs e reeditou duas; e, em 1992, esse número baixou para sete e três, respectivamente. (SOUZA, 2000)

<sup>26</sup> Itamar Franco editou, em 1993, 47 MPs e reeditou 49, esse número cresceu no ano seguinte para 93 e 312, respectivamente. O recordista de MPs foi Fernando Henrique Cardoso, que, no primeiro ano de mandato, em 1995, editou 30 MPs e reeditou 407. Observamos também que as medidas provisórias não foram editadas pela primeira vez com Collor. Antes dele, Sarney havia editado 108 MPs e reeditado 19, entre 1988 e 1989. (SOUZA, 2000)

bloco no poder na composição dos ministérios, os conflitos entre o legislativo e o executivo manifestaram-se de maneira mais clara e constante durante o Governo Collor.

Quando Sarney deixou a presidência da República em 1990, o número de cadeiras ministeriais era quinze. Collor, ao assumir o poder, promoveu uma redução considerável desse número para nove postos ministeriais. (MENEGUELLO, 1998) Desse modo, é possível indicar que houve uma centralização interna das competências do executivo, a qual ocorreu pela via da redução das pastas ministeriais. No entanto, a mudança mais importante encontra-se na disposição dos ministérios por área governamental. Esse governo realizou um afinilamento drástico do número de ministérios, principalmente na área econômica, referentemente à qual se assistiu à queda de sete para três ministérios. Na área social, essa queda foi de seis para quatro, e o número de ministérios da área política manteve-se igual. (MENEGUELLO, 1998) Na prática, essas mudanças resultaram numa maior centralização de decisões na esfera da economia e uma diminuição considerável da zona de influência política dos partidos políticos sobre essa área. Como se afirmou, Collor procurou esvaziar as instâncias políticas de elaboração e formulação da política econômica.

A título de ilustração, Tosi Rodrigues (2000) observa que o Plano Collor II, implementado em janeiro de 1991, possibilitou uma maior concentração de poderes na tecnocracia do Ministério da Economia. Na verdade, durante o Governo Collor, ocorreu um duplo processo, a saber, de centralização do poder na esfera do executivo e de concentração de poderes na área econômica. Essa parece ser, aliás, uma tendência dos governos neoliberais. Não foi por acaso que o Banco Central do Brasil passou a adquirir uma maior relevância no campo da implementação e da elaboração da política econômica. Como observa Novelli (2001), a partir do Governo Collor, o Banco Central do Brasil passou a ter um papel mais ativo na implementação da política econômica brasileira, vindo a se consolidar, no Governo FHC, como a principal

instituição nessa área. O autor constata ainda uma tendência geral dos governos neoliberais em relação a esse aspecto:

As atribuições dos bancos centrais foram se alterando ao longo da crise econômica dos anos 1970 e 1980 e da ascensão das idéias econômicas neoliberais. (...) Em decorrência desse processo, os bancos centrais converteram-se no principal instrumento garantidor da estabilização de preços, revertendo sua posição subordinada em relação aos Ministérios das Finanças e tornando-se uma instituição-chave na elaboração e na implementação das políticas estatais. (NOVELLI, 2001, p. 191)

Se houve uma concentração de poderes na área econômica dos ministérios, resta saber qual foi a participação dos partidos do bloco no poder nessa composição ministerial. E, nesse caso em particular, encontra-se a maior evidência do isolamento político do Governo Collor. Diferentemente dos outros governos brasileiros da fase da Nova República os quais contemplaram, através da distribuição de pastas ministeriais, os partidos políticos do bloco no poder, o Governo Collor apresentou uma baixa representatividade desses partidos. Entre 1990 e 1991, esse governo representava, a partir da distribuição das pastas ministeriais, aproximadamente 28% das cadeiras do Congresso Nacional. Dos nove ministérios, apenas três eram preenchidos por partidos políticos, sendo dois pelo PFL (Educação e Cultura, e Saúde) e um pelo PDS (Justiça). (MENEGUELLO, 1998) A área econômica do governo, que correspondia aos Ministérios da Agricultura, da Economia, Fazenda e Planejamento e da Infra-estrutura, foi totalmente preenchida por técnicos especialistas sem vínculos partidários. Tal fato gerou descontentamento do legislativo em relação ao executivo. O Governo Collor não só conferiu maior poder à instância do poder executivo, como procurou excluir o Congresso Nacional das principais áreas de implementação das políticas neoliberais.

Com a reforma ministerial de fevereiro de 1992, o governo aumentou sua base no Congresso para 47% das cadeiras. A nova composição ministerial ampliou a base de partidos – mantendo o PFL, que passou a ocupar quatro ministérios (Educação e Cultura, Saúde, Previdência Social e Ação Social), e o PDS com um ministério (Minas e Energia) –, incorporando o PRN (Agricultura), o PL (Trabalho e Administração), o PTB (Transportes e Comunicação) e anexando o PDC. Contudo, como observa Meneguello (1998), o novo perfil identificava-se mais como uma política de busca de alianças do que uma consequência de pressões partidárias sobre o controle político das políticas governamentais – o que se poderia, portanto, interpretar como uma tentativa do governo para sair do isolamento no qual se encontrava, em vez de uma aproximação dos partidos do bloco no poder em relação a esse governo. Ademais, é preciso insistir que, a despeito de ter havido uma maior participação dos partidos políticos no comando dos ministérios após essa reforma ministerial, as instâncias principais do processo decisório da política governamental pertencentes à área econômica, de modo geral, continuaram fora do alcance da intervenção dos partidos do bloco no poder.

O que se intentou salientar é que, além de Collor ter promovido uma centralização do poder na esfera do executivo, em especial na tecnocracia econômica, esse governo isolou-se politicamente ao fechar os circuitos ministeriais à participação dos partidos do bloco no poder.

\*\*\*\*

O fortalecimento e a centralização do executivo constituíram-se num dos principais artificios utilizados pelos governos neoliberais latino-americanos para amenizar as pressões advindas da classe burguesa ou frações desta no campo da ação corporativa, consubstanciando o que Saes (2001, p. 91) chama de *novo autoritarismo civil*:

É incumbência desse autoritarismo civil emergente não propriamente sufocar um poderoso movimento de oposição popular (...), e sim neutralizar as reticências conservadoras – de caráter sempre localizado e não genérico, (...) – diante do programa neoliberal. Mais claramente: o fato de que os governos neoliberais da América Latina enfrentam por ora reticências conservadoras, e não o movimento de massas, explica em parte que tais governos se inclinem para práticas autoritárias de cunho ainda moderado (novo autoritarismo civil), e não radical (ditadura militar).

A despeito de o fortalecimento do executivo em detrimento do legislativo corresponder a uma característica dos governos neoliberais na América Latina, de uma maneira geral, esse fenômeno exprime, nos limites do Estado burguês, as dificuldades da classe ou fração dominante do bloco no poder para estabelecer a sua hegemonia na esfera do legislativo, passando a organizar-se no interior do executivo.<sup>27</sup> É compreensível que essas dificuldades devam manifestar-se de maneira mais acentuada nas fases de recomposição do capitalismo, como ocorreu na fase inicial de implementação do neoliberalismo no Brasil, no período do Governo Collor.

Enfim, o Governo Collor parece ter levado às últimas conseqüências o autoritarismo civil, neutralizando as forças conservadoras reticentes tanto no plano da ação corporativa quanto da parlamentar. Como resultado desse processo, o governo caiu no isolamento político. A condensação de tensões e conflitos no domínio político especifica a dinâmica das relações de classe no período aberto pela crise do Governo Collor, em 1992 – a qual se analisará no capítulo seguinte.

---

<sup>27</sup> Sobre isto, ver: POULANTZAS, 1971.



## **II – A conjuntura de crise do Governo Collor**

### **1. As condições objetivas da crise<sup>28</sup>**

---

<sup>28</sup> Não nos valem da concepção de crise como disfunção dos equilíbrios naturais de um determinado sistema, pois essa concepção remete à idéia equivocada de um sistema funcionando de maneira harmoniosa e auto-regulada

A conjuntura de implantação da política neoliberal no Brasil, iniciada com o Governo Collor, conduziu o país a um período de forte recessão econômica, crescimento das taxas de desemprego, elevação dos índices inflacionários, deterioração dos serviços e infra-estrutura públicos – principalmente da área de educação e de saúde –, desindustrialização e arrocho salarial, dentre outras conseqüências deletérias. Apesar de os efeitos produzidos pela política neoliberal terem repercutido de maneira desigual sobre os rendimentos das classes médias, do operariado e das frações do bloco no poder, no geral, foram bastante prejudiciais para os rendimentos dos estratos inferiores desses setores sociais.<sup>29</sup>

O descontentamento social gerado pela implementação da política neoliberal nesse período apresentou-se sob a forma de pressões sobre o ritmo de aplicação e sobre os efeitos dessa política. Enquanto que setores vinculados ao grande capital industrial reclamavam do acelerado processo de abertura comercial, o grande capital bancário e financeiro mostrava-se insatisfeito com a morosidade do governo federal para aprovar as medidas de desregulamentação da economia. No plano do movimento popular e sindical, as reivindicações relacionavam-se, sobretudo, à desvalorização salarial e à queda do número de empregos. Isso significa que essas insatisfações criadas pelo início da implantação do modelo neoliberal no Brasil manifestaram-se, com mais intensidade, como lutas econômico-corporativas, ocultando-se ou subdimensionando-se a denúncia da política neoliberal e o caráter de classe desta.

---

internamente. (POULANTZAS, 1977) A conceituação de crise política, realizada por Dobry (1992), parece aproximar-se dessa tese da disfunção dos equilíbrios naturais, quando o autor contrapõe as “conjunturas rotineiras” (de normalidade) às “conjunturas críticas” (de crise). Para efeitos de análise, cumpre caracterizar uma crise política como uma situação de acúmulo de contradições ou conflitos no domínio do político. (POULANTZAS, 1976 e 1977)

<sup>29</sup> Como indicadores dos efeitos perversos produzidos pelas reformas neoliberais sobre o conjunto da classe trabalhadora, citamos, entre outros: a tendência de redução do assalariamento com registro e de ampliação do desemprego e de ocupações não-organizadas, que são aquelas que não assumem uma característica tipicamente capitalista. Esses indicadores são sinais do fenômeno de desestruturação do mercado de trabalho no início dos anos

As insatisfações provocadas pela aplicação da política neoliberal repercutiram não só no plano da ação econômico-corporativa, mas também no terreno dos partidos políticos, resultando no surgimento de conflitos localizados entre o executivo e o legislativo durante o Governo Collor. A centralização do poder na esfera do executivo e a concentração de poderes na área econômica foram aspectos importantes que contribuíram para elevar o grau de descontentamento dos partidos do bloco no poder em relação ao governo federal. Esse descontentamento pode ser evidenciado nas insistentes pressões desses partidos políticos por maior participação na elaboração e na implementação da política econômica e social. Ao longo dessa conjuntura, tais pressões foram acumulando-se e intensificando-se, todavia o governo dificultava a abertura de espaços de participação política para os partidos do bloco no poder, o que o conduziu progressivamente ao isolamento político.

Essas condições são propícias para o aparecimento de uma crise de governo num sistema presidencialista, como é o caso do sistema de governo brasileiro. De acordo com Saes (1998), quando se projeta a ausência de apoio parlamentar à presidência, tornam-se mais favoráveis as condições para o surgimento de crises de governo “positivas”. Isso significa que

...o processo de resolução da crise de governo tende a ser longo e difícil, pois depende da utilização de um instrumento excepcional: o *impeachment*. Esse tipo de crise, pelo seu caráter diluído e desconcentrado, tende a produzir efeitos modestos no plano da mobilização popular e abre um reduzido espaço institucional para a crítica popular à orientação de classe da política estatal. (SAES, 1998, p. 141)

A despeito de os elementos supracitados corresponderem a muitos dos aspectos presentes na crise deflagrada durante o Governo Collor, é necessário analisar ainda o papel das denúncias

---

90 no país. (POCHMANN, 1999) Para uma análise do impacto da política neoliberal sobre os rendimentos dos estratos inferiores do bloco no poder, ver: MINELLA, 1993; BIANCHI MENDEZ, 2004.

de corrupção contra esse governo nessa conjuntura, a fim lograr obter uma caracterização mais rigorosa das condições objetivas dessa crise.

As denúncias de corrupção envolvendo membros da equipe governamental difundiram-se com muita rapidez durante os dois primeiros anos do Governo Collor (1990-1991). Entre as formas mais conhecidas de corrupção constavam: *superfaturamento* de bens e serviços vendidos ao governo; *agilização de pagamentos* aos empreiteiros em troca de propina; *facilitação de contratos* com o governo através de “taxas de intermediação”; *fraudação de licitações públicas*; *manipulação das regras* para fornecimento de subsídios e incentivos fiscais para pessoas físicas ou jurídicas; *venda de informação* privilegiada das decisões governamentais; *arrecadação ilegal de fundos de campanha eleitoral* junto aos empresários. (GEDDES; NETTO, 2000)

A primeira denúncia grave de corrupção no governo apareceu já em outubro de 1990, quando o presidente da PETROBRÁS, Luís Otávio da Mota Veiga, acusou o empresário e tesoureiro da campanha eleitoral de Collor, Paulo César Farias (daqui em diante, PC Farias), de tráfico de influências. Tal episódio resultou na demissão de Veiga do cargo de presidente da PETROBRÁS. Em abril de 1991, o Ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, foi acusado de receber propinas de empreiteiros. Quatro meses depois, Rosane Collor, esposa do presidente Collor, deixava o cargo de presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) sob graves suspeitas de corrupção. Em janeiro de 1992, era a vez do ministro da Saúde, Alcení Guerra, renunciar ao cargo sob a acusação de ter aprovado contratos públicos escusos. (SOUZA, 2000; TOSI RODRIGUES, 2000, p.165-173 *passim*.) Diante dessa onda de casos de corrupção envolvendo a cúpula governamental, em 15 de março de 1992, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma matéria que contabilizou 30 denúncias graves de corrupção, desde o início do governo, e a instalação de 200 inquéritos na Procuradoria Geral da República. (FOLHA DE SÃO PAULO *Apud*: BOCCHI, 1996)

No mesmo mês de março daquele ano, as investigações do patrimônio do empresário PC Farias foram iniciadas na Polícia Federal e na Receita Federal. PC Farias havia sido tesoureiro na campanha eleitoral de Collor, em 1989, e era suspeito, entre outras atitudes, de tráfico de influência e fraude eleitoral. No Congresso Nacional, o deputado federal José Dirceu e o senador Eduardo Suplicy, ambos do PT, estiveram à frente dessas investigações.

Em 5 de maio de 1992, numa entrevista concedida à revista *Veja*, Pedro Collor, irmão de Fernando Collor, fez sérias denúncias contra o presidente, acusando-o de participar de negócios escusos com PC Farias. Tais denúncias, somadas às investigações que vinham sendo realizadas, deram origem, em 1º de junho de 1992, à abertura da CPI do caso PC Farias.<sup>30</sup> Esse acontecimento político foi o elemento detonador da crise do governo. Na verdade, as denúncias envolvendo a participação do presidente da República em casos de corrupção tiveram a função de radicalizar um processo de crise política em curso, isto é, essas denúncias surgem num momento político em que a tolerância em relação ao Governo Collor já estava bastante reduzida.<sup>31</sup>

Para aprofundar a análise do lugar ocupado pelas denúncias de corrupção, aponta-se para a avaliação de três pontos importantes: a) o papel exercido pela mídia nesse momento político; b) as características constitucionais de resolução de prática de corrupção, envolvendo a participação do presidente da República; e c) a relação entre o isolamento político do governo federal e a prática de corrupção no Estado burguês.

---

<sup>30</sup> A presidência da CPI do caso PC Farias ficou com o deputado federal Benito Gama (PFL) – ligado a Antonio Carlos Magalhães – e a relatoria com o senador Amir Lando (PMDB) – que era aliado do governo nas votações do Senado Federal. Essa era uma composição favorável ao governo federal, no entanto, cabe observar que das 22 vagas da CPI mista do Congresso, 12 delas foram delegadas aos parlamentares de oposição ao Governo Collor. (TOSI RODRIGUES, 2000) O conjunto de relatórios, produzidos pela CPI de PC Farias, pode ser encontrado em: CARVALHOSA, 1995.

<sup>31</sup> Para comprovar esse dado, tomamos como referência não só a baixa representatividade do governo federal no Congresso Nacional, mas também as pesquisas de opinião pública que atestavam uma queda progressiva da popularidade do Governo Collor desde o início de sua gestão. De acordo com essas pesquisas realizadas no município de São Paulo, se em março de 1990, apenas 6% dos entrevistados consideravam esse governo ruim ou muito ruim, em março de 1991, esse número atingia a casa dos 40%, e, finalmente, em maio de 1992, quando são

## 1.1 O papel da mídia na crise do governo

O descontentamento do grande empresariado em relação ao Governo Collor atingia grandes proporções no primeiro semestre de 1992. Os grandes empresários dos meios de comunicação, os mesmos que se somaram à campanha eleitoral de Collor em 1989, expressavam insatisfações em relação ao governo federal.<sup>32</sup> Como já foi observado, no início do mês de maio, a revista *Veja* publicou uma entrevista em que Pedro Collor acusava o presidente da República de participação em negócios escusos. No dia 25 de junho, a revista *Istoé* divulgou a entrevista com Francisco Eriberto Freire França, motorista particular da secretária de Collor (Ana Acioli), o qual relatava que os depósitos das empresas de PC Farias eram feitos na conta dessa secretária. Esse episódio engendrou um deslocamento do foco da CPI do empresário PC Farias para o presidente Collor. (GIANNOTTI, 1993)

O debate instaurado pela grande mídia, a partir dessas denúncias, deu-se em torno da revelação dos conflitos entre os membros da família Collor de Mello, não assumindo, pois, a função de crítica do caráter de classe do Estado. Nesse sentido, os grandes meios de comunicação exerceram um papel ativo de despolitização das massas populares, tratando das denúncias de corrupção de modo a ofuscar a discussão sobre os efeitos políticos e sociais e o caráter de classe da política neoliberal implementada pelo Governo Collor.

---

divulgadas as denúncias de Pedro Collor, o grau de rejeição ao governo alcançava aproximadamente 60% dos entrevistados. (DATAFOLHA *Apud*: SOUZA, 2000)

<sup>32</sup> A despeito de destacar os aspectos gerais da atuação da grande mídia, consideramos que há diferenças de posicionamento entre os diferentes órgãos e empresas da imprensa na conjuntura de crise do Governo Collor. Entre os jornais impressos, por exemplo, observamos que enquanto o jornal *Folha de São Paulo* participou de forma ativa da divulgação dos resultados da CPI desde o início das investigações, o jornal *O Estado de São Paulo* adotou esse posicionamento apenas no momento em que as manifestações de rua já haviam adquirido um caráter de massas. Por se tratar de uma discussão polêmica e que está fora dos nossos objetivos de pesquisa, apresentamos apenas de modo indicativo as diferenças de posicionamento dos órgãos de imprensa.

A exposição da intimidade da vida familiar contrapôs-se ao espetáculo da política.<sup>33</sup> O drama das disputas familiares, amplamente explorado pela mídia, produziu um efeito de despolitização das massas. Tudo se passou como se a corrupção tivesse origem nos conflitos familiares e fosse descolada do caráter parasitário do Estado burguês.<sup>34</sup> Não se tratou de conceber a corrupção no Governo Collor como um problema crônico do Estado burguês, mas como um problema intrafamiliar, indissociável da prática patrimonialista, herdada dos tipos “tradicionais de organização da vida cotidiana”.<sup>35</sup> Nesse sentido, a família Collor reeditaria o coronelismo típico de sua região de origem, em nível nacional, confrontando-se diretamente com o suposto “projeto de modernização” que estaria sendo implantado no país.

Na análise que faz sobre o papel da mídia na apuração dos casos de corrupção, Marrach (1993, p. 144) salienta que

Na cobertura do escândalo imperou a ideologia neoliberal vista como incompatível com a prática oligárquica. Mas as causas históricas do fenômeno foram esquecidas e a prática oligárquica foi reduzida à prática de corrupção. A recessão e a crescente miséria foram abordadas como produtos de uma ação política distorcida, ou seja, de um neoliberalismo apenas retórico. O papel da política econômica neoliberal na reprodução ampliada da crise social não foi sequer tocado.

---

<sup>33</sup> A relação entre a exposição da intimidade da vida familiar e a espetacularização da política não é de incompatibilidade. Na verdade, essa relação se dá “como se à amplitude de uma abordagem que descontextualiza os fatos políticos, correspondesse, num outro plano, a profundidade do mergulho ‘nas almas’ dos que se oferecem à contemplação”. (SENRA, 2001, p. 44)

<sup>34</sup> Como observa Marx (1977), o “parasitismo” é uma característica fundamental do Estado burguês, ou seja, o desperdício, a improdutividade e a corrupção são práticas inerentes a esse Estado e elementos funcionais para a dominação política de classe da burguesia. Sob essa perspectiva, é insuficiente definir a corrupção apenas como “atos ilegais praticados por funcionários do governo para enriquecer, levantar fundos de campanha ou ‘comprar’ apoio dos membros do Legislativo e administradores públicos, bem como de grupos de interesse”. (GEDDES; NETTO, 2000, p. 52). Caberia acrescentar a essa definição que a prática de corrupção não é um elemento de desequilíbrio do Estado, mas de sustentação da dominação de classe capitalista, sendo, além disso, uma prática inerente ao Estado burguês. Dito de outra maneira: o funcionamento do Estado burguês depende estruturalmente da troca, não raro escusa, de favores políticos.

<sup>35</sup> Para Avritzer (2000), os problemas de corrupção no Governo Collor representam uma continuidade não-superada da prática patrimonialista, supostamente herdada da era Vargas.

Como Pedro Collor era irmão do presidente, a mídia expôs ao máximo a trama dos vínculos familiares entre o acusador e o acusado. As tensões no interior da família Collor, que tinham origem na disputa pela direção das Organizações Arnon de Mello de comunicação, passaram, então, a ganhar enorme projeção no cenário político nacional.<sup>36</sup> Como atesta Senra (2001, p. 54-55):

O impacto da entrevista do irmão de Collor e do chofer de sua secretária particular devem ser considerados no contexto desta “politização” da vida familiar, cujas raízes mais remotas encontram eco nas telenovelas – com seus conflitos de sangue e de honra, seus golpes sujos e traições – um contexto de que o presidente vinha se valendo com sucesso até então. No entanto, agora os fatos estavam se voltando contra ele e opunham (...) dois portadores do mesmo sangue num combate mortal. (...). O impacto das revelações partidas do âmbito familiar ou doméstico do presidente provocou forte abalo político, ultrapassando o alcance de uma telenovela de verdade (...).

Acredita-se que esse “abalo político” provocou o surgimento do movimento pela ética na política, cujo discurso hegemônico – o discurso da ética – relegou ao segundo plano ou mesmo eliminou os problemas concretos relacionados com a implantação da política neoliberal no país. Analisando os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, no período de junho a dezembro de 1992, Carvalho (2002) observa que o discurso centrado na ética e na mudança dos políticos foi a saída encontrada pelos grandes empresários dos meios de comunicação para lograr a substituição do presidente sem que se alterasse o programa econômico. Nesse sentido, pode-se sustentar que a despeito de a grande mídia ter tido um papel progressista na luta pela deposição do presidente da República, o conteúdo de seu discurso

---

<sup>36</sup> Depois da publicação das denúncias, a mãe do presidente, Leda Collor, tentou defendê-lo, difundindo a idéia de que Pedro Collor vinha sofrendo de problemas psicológicos (problemas de “cabeça”) e que suas declarações não tinham nenhuma validade jurídica. (TOSI RODRIGUES, 2000)

assumiu uma feição conservadora, à medida que previa a manutenção de uma política econômica que deteriora – ao invés de elevar – as condições sócio-econômicas de amplas camadas da população e, dissimulava o fato de que a prática de corrupção configura-se como um expediente inerente ao Estado burguês. Esse caráter conservador da crítica à corrupção no Governo Collor contrapôs-se à politização das massas populares, a qual poderia se efetivar através da denúncia da política neoliberal, ou mesmo, mediante a crítica do parasitismo do Estado burguês. A grande mídia brasileira taticamente procurou despolitizar as massas populares nessa conjuntura política, fundando a crítica moralista à corrupção no governo dentro dos limites da moral de classe da burguesia.<sup>37</sup>

## **1.2 A Constituição de 1988 e a prática de corrupção no governo**

Quanto ao segundo ponto das denúncias contra o governo, observa-se, de acordo com o artigo 85 da Constituição brasileira de 1988, que são considerados crimes de responsabilidade, os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, em especial, contra:

- I – a existência da União; II – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV – a segurança interna do País; V – a probidade na administração; VI – a lei orçamentária; e VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

---

<sup>37</sup> Ao contrário da análise empreendida por Rodrigues (1997), não entendemos que as mobilizações estudantis, surgidas no segundo semestre de 1992, tenham sido mero reflexo, no plano das representações simbólicas e políticas, das narrativas produzidas pela mídia. Como colocamos nesta seção, o papel da grande mídia é extremamente importante para discutir o conteúdo das alternativas apresentadas na conjuntura de crise do Governo Collor, mas não deve ser tomado como única variável explicativa para o entendimento das manifestações estudantis nesse período. Na segunda seção deste capítulo, quando explorarmos o caráter de classe do movimento estudantil *pró-impeachment*, trabalharemos essa questão com mais profundidade.

As acusações dirigidas ao presidente da República evidenciavam que ele havia infringido dois pontos importantes desse artigo, isto é, Collor teria procedido de modo incompatível com a “dignidade”, a “honra” e a “decência” do cargo e teria permitido a infração da lei e da ordem pública.

Para os propósitos deste estudo, é relevante discutir o encaminhamento constitucional oferecido pelo artigo 85 no caso de abertura de processo de *impeachment* do presidente. Ou seja, de acordo com a Constituição Federal, esse processo é definido como um processo criminal. Nesse sentido, Collor seria afastado do cargo de presidente da República, caso fosse responsabilizado pelo crime de agir contra a “proibidade na administração” e o “cumprimento da lei e das decisões judiciais”.

Sobre o caráter criminal do processo de *impeachment* do presidente, é interessante a análise histórica das Constituições brasileiras feita por Comparato (2000). De acordo com esse autor, desde a formulação da primeira Constituição republicana brasileira, em 1891, houve uma nítida influência da tradição de responsabilização criminal nos processos de *impeachment* do presidente da República. Isto é,

No sistema jurídico brasileiro, delitos passíveis de *impeachment* são de fato crimes e, portanto, em contradição com o modelo americano [que define o *impeachment* como um processo político] (...). (COMPARATO, 2000, p. 114)

A consequência principal desse tratamento criminal conferido ao processo de *impeachment* parece ser a de reforçar o efeito ideológico produzido pelo funcionamento da instituição presidencial no Estado democrático-burguês sobre as massas populares, que Saes (1998) chamou de “dupla personificação do Estado”. Isto é, esse tratamento contribui, por um lado, para dissimular a existência de um complexo aparato estatal, gerando, nas massas populares, a sensação de que esse aparato resume-se em um único indivíduo: o presidente da

República; e, colabora, por outro lado, para ocultar o caráter de classe da ação política das lideranças partidárias, tornando possível a personalização da ação política dessas lideranças e fomentando a relação entre estas e as massas populares em termos de traços psicológicos ou condutas individuais, em vez de plataforma política.<sup>38</sup>

Na crise do governo Collor, é possível perceber a combinação desse duplo efeito ideológico. O primeiro efeito fez sobressair mediante o alcance limitado que tiveram as denúncias de corrupção contra o presidente Collor, não abrindo espaço para o questionamento da corrupção como um expediente inerente ao Estado burguês. Isto é, as denúncias de corrupção no governo tiveram como alvo privilegiado a conduta suspeita do indivíduo-presidente e ocultaram a dimensão estrutural da corrupção no Estado burguês. O segundo efeito ideológico pode ser identificado nos motes moralizantes supostamente universais,<sup>39</sup> em defesa da ética na política, que vieram à tona com significativa força nas mobilizações pró-*impeachment*, em detrimento da denúncia da política econômica implementada pelo governo. Ou melhor, o discurso hegemônico dessas mobilizações tratou de condenar a ação corrupta ou a figura do presidente Collor, relegando ao segundo plano a denúncia da política neoliberal.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> O caso recente do referendo venezuelano é a contraprova da despolitização incitada pelo dispositivo de *impeachment* na Constituição brasileira. A Constituição Bolivariana da Venezuela, aprovada em 1999, prevê que todos os cargos e magistraturas que dependem de eleição popular são revogáveis, isto é, transcorrida a metade do período para o qual a pessoa foi eleita, um número não menor que 20% dos eleitores inscritos pode solicitar a convocação de um referendo para revogar o mandato. No referendo, realizado em 15 de agosto de 2004, o acirrado debate político animou a discussão em torno da continuidade da política econômica e social implementada por Hugo Chávez. Muito mais que a escolha de um nome, a continuidade ou não do presidente Chávez no poder polarizou politicamente a sociedade venezuelana. Estava em jogo, na verdade, a escolha de uma política para o Estado venezuelano que fosse mais ou menos recalcitrante à política estadunidense. Nesse sentido, entendemos que o dispositivo do referendo possibilitou uma maior politização das massas. A resolução prevista pelo dispositivo do *impeachment* na Constituição brasileira, ao contrário, deu mostras do seu caráter eminentemente despolitizador e moralista na conjuntura do Governo Collor.

<sup>39</sup> Segundo Trotsky (s/d, p. 17): “A moral não é mais do que uma das funções ideológicas desta luta [de classes]. A classe dominante impõe seus fins à sociedade e a habitua a considerar como imorais os meios que se choquem com esses fins. Esta é a função essencial da moral oficial. Ela procura ‘a maior felicidade possível’, não em favor da maioria, mas de uma minoria cada vez mais restrita. (...) O cimento da ética lhe é indispensável”. Em outras palavras: “a moral tem um caráter de classes”.

<sup>40</sup> Algumas análises dessa conjuntura deram excessivo destaque à crítica das características pessoais do presidente Collor, taxando-o de “arrogante”, “provinciano”, “figura messiânica”, “aventureiro”, “consumidor de drogas”,

### 1.3 O isolamento político do governo e a prática de corrupção

Como se mencionou, a mídia exerceu um papel importante, logrando tratar a crise do governo como um problema familiar, através de um discurso que advogava em favor da ética. Os trâmites constitucionais para abertura do processo de *impeachment* também empurravam a sociedade brasileira para uma resolução moralista da crise.

O que parece ser central para discutir o lugar ocupado pelas denúncias de corrupção na crise política de 1992 é o isolamento político do Governo Collor. Esse isolamento possibilitou a abertura do processo de *impeachment* contra o presidente da República. Uma comparação pode ser estabelecida com um episódio parecido ocorrido com o Governo Sarney.

Durante esse governo, foi instalada uma CPI para investigar os atos do Ministério do Planejamento, acusado de liberar recursos para estados e municípios que apoiavam o presidente Sarney. Contudo, o governo logrou apoio parlamentar para barrar o processo de *impeachment*. Isto é, o Governo Sarney, diferentemente do Governo Collor, contava com uma sólida base de apoio político, principalmente, no Congresso Nacional. Esse fato foi de fundamental importância para a sustentação de Sarney no poder. (AVRITZER, 2000)

O apoio parlamentar é um importante trunfo do qual deve dispor um governo capitalista para impedir a abertura de uma CPI, o prolongamento desta ou mesmo a abertura de um processo de *impeachment* contra o presidente. A ausência de apoio parlamentar somada às insatisfações sociais em relação à política do Governo Collor tornaram bastante frágil a possibilidade de que este impedisse a abertura do processo de *impeachment*.

---

“falsificador”, “*bon vivant*”. Ver, por exemplo, os seguintes textos: OLIVEIRA, 1992; NEVES; FAGUNDES, 1993; SKIDMORE, 2000.

Sobre o apoio parlamentar, resta comentar ainda que a adoção de determinadas políticas econômicas que favoreçam certos segmentos sociais e/ou a distribuição de cargos públicos não são os únicos trunfos à disposição de um governo capitalista para ampliar e fortalecer o seu poder na esfera do legislativo. O uso ilegal de verba pública, visando a conquista de apoio político é outro elemento a ser considerado. Como assegura Giannotti (1993), em 1992, o Governo Collor tentou comprar votos de deputados para impedir a votação do *impeachment*. Segundo o autor, em meio às investigações do caso PC Farias, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, chegou a liberar 3,4 trilhões de cruzeiros do orçamento da Previdência Social do FGTS para financiar a compra de votos. Tal manobra, no entanto, não foi suficiente para conter as manifestações contra o governo, no segundo semestre de 1992, as quais conferiram uma diluição ainda maior da base de apoio político de Collor.

Com o esgarçamento da frente de apoio do Governo Collor, as denúncias de corrupção contra o Governo Collor tiveram a função de potencializar os conflitos que haviam se aglutinado naquela conjuntura, ou melhor, as denúncias de corrupção envolvendo o presidente surgem numa conjuntura em que a sua base de apoio já estava bastante fragilizada e as insatisfações sociais em relação aos efeitos da política neoliberal atingiam níveis crescentes.

Entende-se aqui que, numa situação de crescimento econômico, a tolerância em relação à corrupção no governo poderia ser mais ampla. Ocorre que num momento em que a própria base de apoio do Governo Collor estava desgastada e a recessão econômica produzia efeitos deletérios sobre os rendimentos de diversos segmentos sociais, o aparecimento de denúncias de corrupção contra o governo tende a ter um impacto negativo para a continuidade deste no poder.

Diante dos argumentos apresentados e das ponderações feitas ao longo deste trabalho, pode-se sustentar que a crise política desencadeada durante o Governo Collor *não se configurou como uma crise do bloco no poder neoliberal*, pois a despeito das tensões existentes entre esse

governo e certas frações do bloco no poder, produzidas por alguns dos efeitos gerados pela aplicação da política econômica neoliberal e pela ausência de participação dessas frações no processo de implantação dessa política, não se questionaram as causas desses efeitos, isto é, não se desnudou, como se assinalou no capítulo anterior, a crítica do modelo econômico representado no Estado. As críticas das frações do bloco no poder à política econômica do Governo Collor foram pontuais – e não globais – e visavam contemplar determinados interesses econômico-corporativos afetados por essa política. Essa *crise também não se definiu como uma crise do regime político em vigor*, visto que “ela deu ensejo à reafirmação do ordenamento jurídico estabelecido pela Constituição de 1988, cujos dispositivos criados para resolver o tipo de problema em questão – a comissão parlamentar de inquérito, a figura do *impeachment* – revelaram-se eficazes (...)”. (CRUZ, 1997, p. 403) Afirma-se, assim, que o conflito executivo/legislativo exprimia uma *crise de governo* provocada pelo modo como o Governo Collor vinha implantando a plataforma neoliberal. Enfim, a crise política de 1992 não é uma crise dessa plataforma, mas é produzida pelos efeitos políticos e sociais da transição ao modelo neoliberal.

Resta ainda tratar das condições subjetivas dessa crise. Chama-se aqui de condições subjetivas aquelas associadas mais propriamente à capacidade de determinadas classes e frações de classe de conduzir ações suficientes para afastar do poder, no caso da crise do governo brasileiro, o presidente da República.<sup>41</sup> Vejamos, então, quais as características principais das mobilizações na conjuntura de crise do Governo Collor.

## 2. As condições subjetivas da crise

As condições objetivas da crise política ocorrida em 1992 não engendraram efeitos negativos sobre o bloco no poder neoliberal e nem sobre o regime político democrático no Brasil. Isso ocorreu porque os aspectos centrais dessa crise expressaram-se, principalmente, através dos conflitos entre o executivo e o legislativo e foram, em grande medida, motivados pelos efeitos da implantação da política neoliberal no país. Os efeitos da implantação do modelo neoliberal expressaram-se no conflito entre o legislativo e o executivo, e não o contrário. Ou ainda: o legislativo, na sua luta contra o executivo, expressava as insatisfações variadas com os efeitos da implantação do modelo neoliberal. Como foi observado, as denúncias de corrupção aprofundaram o processo de crise do Governo Collor, operando no sentido de “racionalizar” o Estado burguês e manter a prática de corrupção sob controle, não atingindo o bloco no poder neoliberal – o que poderia colocar em crise o próprio modelo econômico.

Com altos níveis inflacionários, recessão econômica, desemprego crescente, entre outros fatores, houve um declínio do movimento sindical no Brasil. Os indicadores de participação de trabalhadores nas mobilizações grevistas são dados importantes para evidenciar esse quadro de refluxo do movimento sindical, principalmente em comparação com os índices obtidos no decorrer dos anos 80. Como se indicou no capítulo anterior, essa participação decaiu de 12,4 milhões de trabalhadores, em 1990, para apenas 2,9 milhões, em 1992.<sup>42</sup>

A despeito desse recuo do movimento sindical, é possível dizer que a partir do segundo semestre de 1991, o lema “Fora Collor” foi motivo de acirrados debates e aos poucos foi obtendo

---

<sup>41</sup> A idéia de condições objetivas e subjetivas foi inspirada na tese leniniana de crise revolucionária. (LÊNIN, 1979)

<sup>42</sup> De acordo com Giannotti (1993), três importantes manifestações foram organizadas pela CUT a partir do final de 1991: Fora Collor Já (em 13 de dezembro de 1991), Dois Anos de Collor: dia nacional de luta (em 13 de março de

certa repercussão, principalmente, em entidades representativas do operariado e das classes médias, tais como a CUT, a UNE e o PT.

No 4º. Congresso da CUT (CONCUT), realizado em setembro de 1991, houve uma cisão da Central em dois blocos principais. De um lado, situava-se o bloco representado pela tendência majoritária da Central, a Articulação Sindical, e pelas tendências aliadas (Nova Esquerda, Vertente Socialista e Unidade Sindical). De outro lado, estava o bloco composto pelas tendências CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista e outros pequenos grupos.<sup>43</sup>

O bloco capitaneado pela Articulação acreditava que a superação da crise só poderia ser possível com a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda. (GIANNOTTI, 1993; JÁCOME RODRIGUES, 1997) Entre as principais diretrizes desse modelo de desenvolvimento constavam: aumento de 147% do valor das aposentadorias, política salarial e de emprego que contemplassem os mais amplos setores da sociedade brasileira, defesa das estatais e do serviço público, reforma agrária e suspensão do pagamento da dívida externa. (TATAGIBA, 1998) De acordo com Giannotti (1993, p. 17): “Nesta visão admite-se, no fundo, que Collor deve ficar até o final do mandato e que é possível, neste governo, implementar outras saídas que não sejam aquelas levadas adiante por ele”. A palavra de ordem utilizada pela Articulação Sindical para caracterizar essa tese foi “Diga não a Collor”, isto é, a CUT deveria fazer oposição ao Governo Collor, mas não se tratava de pedir o *impeachment* do presidente da República nesse momento.

O outro bloco propunha-se a lutar pelo aprofundamento da “ingovernabilidade” do Governo Collor. Como afirma Giannotti (1993, p. 73): a “...ingovernabilidade [nesse caso] não

---

1992) e Rock do Fora Collor (em 1º. de maio de 1992). No entanto, em nenhuma delas, a manifestação logrou assumir um caráter de massas.

<sup>43</sup> A distribuição dos delegados do 4º. CONCUT, segundo as vinculações políticas com cada corrente, era a seguinte: o primeiro bloco perfazia um total de 52,38% dos delegados, compondo a maioria absoluta da Central – Articulação Sindical (48,19%), Vertente Socialista e Nova Esquerda (2,35%) e Unidade Sindical (1,84%) –; já o segundo bloco perfazia um total de aproximadamente 42% dos delegados – CUT pela Base (17,99%), Corrente Sindical Classista

significa caos, significa não reconhecer legitimidade a esse governo”. A palavra de ordem que sintetizava as propostas desse bloco era “Fora Collor Já e Eleições Gerais”, ou melhor, o significado do aprofundamento da “ingovernabilidade” do Governo Collor traduzia-se na defesa do *impeachment* de Collor e na realização de novas eleições gerais para presidente da República.

Com o avanço da crise política do Governo Collor, em 1992, a Articulação Sindical adotou o lema “Não Colla Mais”, passando a defender, em julho de 1992, na 5ª. Plenária Nacional da CUT, o mote “CPI pra valer, *impeachment* e pelo fim do Governo Collor”. Tal posicionamento significou aceitar a posse de Itamar Franco, vice-presidente da República, como algo dado. É possível observar aqui uma moderação da política da Articulação Sindical, à medida que essa tendência da CUT passa a secundarizar a oposição à política econômica do governo federal e restringir a luta contra esse governo dentro dos limites constitucionais. Em vez de radicalizar o debate político instaurado pela crise do governo, denunciando a política neoliberal implementada pelo governo federal e defendendo eleições gerais, a corrente majoritária da CUT optou por uma intervenção moderada e legalista nessa conjuntura política.<sup>44</sup>

O posicionamento adotado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) esteve diretamente vinculado às posições tomadas pelo PCdoB, visto que a tendência majoritária dessa entidade estudantil, a União da Juventude Socialista (UJS), era composta por membros desse partido político. Em linhas gerais, é possível observar que o PCdoB oscilou de uma postura crítica à

---

(14,68%), Convergência Socialista (6,29%) e Força Socialista (2,73%). (VITO GIANNOTTI E SEBASTIÃO LOPES NETTO *Apud*: JÁCOME RODRIGUES, 1997)

<sup>44</sup> Tatagiba (1998) aponta para uma visão um pouco distinta a respeito do que denominamos intervenção legalista. Segundo essa autora, ao participar do Movimento pela Ética na Política (MEP), a CUT apresentou um diferencial em relação às outras entidades participantes, ou melhor, a CUT distanciava-se do viés predominantemente legalista das organizações pertencentes ao MEP, à medida que tinha uma descrença em relação ao corpo legislativo e organizava protestos e mobilizações contra o governo. Retificando a tese da autora, entendemos que a organização de mobilizações contra o governo é um dado insuficiente para caracterizar a CUT como distante do legalismo, pois o que nos parece capital, para tanto, são as propostas mobilizadas pela Central que, como vimos, restringiam-se à luta pelo cumprimento constitucional do dispositivo do *impeachment*. Faltou, além disso, à análise de Tatagiba uma observação importante: as mobilizações e protestos contra o Governo Collor foram decisões tomadas pelas tendências de oposição à Articulação Sindical no interior da CUT.

política do governo federal a uma postura mais moderada. Em meados de 1991, o PCdoB, apresentando-se como crítico da política neoliberal do Governo Collor, apontava para a necessidade de defender a palavra de ordem “Fora Collor” e proceder à realização de novas eleições gerais para presidente da República. (GIANNOTTI, 1993) No entanto, em maio de 1992, esse partido político retirou a defesa das eleições gerais, pretendendo “ampliar” o leque de alianças para derrubar o presidente. A crítica à política neoliberal foi colocada em segundo plano e o posicionamento favorável ao *impeachment* ganhou centralidade. Tais mudanças ocorridas no PCdoB repercutiram no posicionamento tático da UNE. Em maio de 1992, a palavra de ordem “Fora Collor e Eleições Gerais” foi aprovada por ampla maioria dos estudantes no 42º Congresso da UNE (CONUNE). Contudo, um mês depois, a direção da UNE redefiniu seu posicionamento diante da conjuntura, defendendo a proposta do “*Impeachment Já*”. (GIANNOTTI, 1993)<sup>45</sup> Isto significou, na prática, o abandono da proposta de eleições gerais e a defesa da posse de Itamar Franco.<sup>46</sup> Ou seja, o enquadramento constitucional do movimento e da crise.

O 1º Congresso Nacional do PT, realizado no final de 1991, também foi palco de ferrenhos debates entre as tendências internas no que diz respeito às políticas a serem adotadas diante do Governo Collor. A tendência hegemônica desse partido político, a Articulação, defendeu a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, vinculando-a à realização de amplas reformas democráticas no Estado. Não descartou a tese do *impeachment* de Collor, mas também não colocou em questão a redução do mandato desse governo. Prova disto, é observável no lema de campanha “Feliz 94”, adotado pela corrente Articulação, que aludia às expectativas em torno de uma possível vitória do PT nas eleições presidenciais de 1994. (GIANNOTTI, 1993)

---

<sup>45</sup> Ao fazer um balanço dos dez anos de *impeachment*, Carvalho (2002) omite essa oscilação do posicionamento da UNE, não distinguindo o conteúdo do “Fora Collor” nas duas situações descritas acima. Quando escreveu esse artigo, Carvalho era membro do Comitê Estadual do PCdoB de São Paulo.

As tendências Convergência Socialista e O Trabalho assumiram uma posição mais contundente em relação ao governo federal. Essas correntes petistas apostavam no fim do mandato de Collor, fazendo uso da palavra de ordem “Fora Collor” e defendendo a realização de eleições gerais.

A proposta vencedora foi a apresentada pela corrente Articulação, o que colocou o PT numa perspectiva mais moderada frente às questões palpitantes da conjuntura de crise do Governo Collor.<sup>47</sup> A tese aprovada demonstra claramente que o PT centrava sua posição na crítica aos efeitos da política neoliberal e nos casos de corrupção envolvendo o Governo Collor. Radicalizar a oposição ao Governo Collor com a defesa de eleições gerais e a denúncia do caráter de classe da política neoliberal não estava no horizonte desse partido político. O diagnóstico da conjuntura política, feito pelos petistas, evidencia o que este estudo vem afirmando:

O governo Collor é, hoje, o principal instrumento de aprofundamento da crise. Fartas denúncias de corrupção, amplamente divulgadas pela imprensa, cercam o seu governo, envolvendo ministros, assessores diretos e até mesmo sua família. Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebrados. Ao mesmo tempo em que faz exatamente o contrário dos mais veementes compromissos que assumiu durante a campanha, de forma autoritária viola, segundas vezes, até a própria Constituição. Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descalabro da Previdência Social. Por isso mesmo, cresce entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor. (...) Caso se caracterize jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente Collor, o

---

<sup>46</sup> Apresentamos uma caracterização sumária do posicionamento da UNE nesse momento político devido à ausência de estudos mais sistemáticos sobre o movimento estudantil brasileiro. Quase que a totalidade dos estudos sobre esse movimento restringe-se à conjuntura política da década de 1960.

<sup>47</sup> A polêmica interna do PT nessa conjuntura será discutida de modo mais aprofundado no capítulo seguinte.

PT não hesitará em recorrer ao *impeachment* em defesa da democracia.  
(RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 539)

Esse panorama que se traçou a respeito das organizações mais representativas dos setores de classe média e do operariado possibilitou evidenciar alguns dos arranjos políticos presentes na conjuntura de crise do Governo Collor. Como se observou, houve um nítido deslocamento da tática política das organizações analisadas para um posicionamento moderado diante do Governo Collor. Ainda se faz imprescindível caracterizar o conteúdo de classes das manifestações de massa do segundo semestre de 1992 as quais pressionaram pela saída do presidente Collor do poder federal.

### **2.1 O caráter de classe do movimento pró-*impeachment*.**

Por paradoxal que possa parecer, com o progressivo acirramento da crise política no Brasil, as críticas feitas à política econômica e social implementada pelo governo federal perderam fôlego. Em contrapartida, a aposta no avanço das investigações de corrupção na base governamental, a defesa da ética na política e o chamado do *impeachment* de Collor passaram a ser a tônica da luta das forças sociais de oposição ao governo. Apesar de a luta contra a corrupção no governo ter sido o discurso hegemônico das mobilizações pelo *impeachment* do presidente da República, resta saber se ela foi o principal elemento ativador das insatisfações dos manifestantes que ocuparam as ruas contra o governo.

Como já foi observado, as denúncias de corrupção aceleraram um processo em curso, no qual a tolerância de diversos segmentos sociais em relação ao modo de implementar a política econômica e aos efeitos políticos e sociais desta havia atingido níveis bastante reduzidos. Nesse sentido, parece ser problemático superestimar, para fins de análise, a tese na qual a disposição

para luta contra a corrupção teria sido o elemento ativador mais importante das manifestações de massa pró-*impeachment*. Entende-se aqui que o discurso hegemônico da ética na política é uma manifestação da insatisfação *difusa* com os efeitos da política neoliberal. Vejamos algumas evidências que corroboram nosso argumento.

Ao analisar o comportamento político da CUT, da OAB, do PNBE e da CNBB, que faziam parte do Movimento pela Ética na Política, Tatagiba (1998) observa que a despeito de haver um consenso entre essas entidades em torno do “princípio articulatório” da ética na política, a forma como tratavam a política econômica implementada pelo governo era diferenciada. Assim, enquanto o PNBE defendia a política de privatização e de abertura comercial, as outras três organizações teciam críticas ao programa neoliberal, sendo que a CUT enfatizava a questão do “direito dos trabalhadores”, a OAB defendia a “soberania nacional” e a CNBB a “dignidade da pessoa humana”. O problema central da análise de Tatagiba (1998) é a superestimação do lugar ocupado pelo discurso da ética na política no movimento pró-*impeachment*. Ocorre, no entanto, que os próprios argumentos da autora levam à constatação de que havia questões de fundo que ativavam essas entidades para a luta contra o governo e que não correspondiam necessariamente à luta contra a corrupção, mas sim diziam respeito à forma de aplicação e aos efeitos da política econômica do Governo Collor.

As pesquisas de opinião parecem também aludir para o fato de que não foi apenas a corrupção no governo que despertou as manifestações de massa contra o presidente Collor. Em pesquisa realizada com 5.484 eleitores de dez capitais brasileiras, no início de julho de 1992, inquiridos sobre o que fazer diante de uma suposta renúncia ou *impeachment* de Collor, 54% dos eleitores defenderam o estabelecimento de eleições gerais para presidente da República e apenas 19% apoiaram a posse do vice-presidente Itamar Franco. Esse quadro se inverteu entre os 439 congressistas entrevistados: apenas 8% deles foram favoráveis à proposta de eleições gerais,

sendo que a ampla maioria, formada por 77% dos entrevistados, defendeu a posse de Itamar Franco. (DATAFOLHA *Apud*: SOUZA, 2000) Depreende-se dessa pesquisa que para a maioria dos parlamentares, cujos vínculos mais estreitos se dão com os partidos do bloco no poder, não interessava colocar em risco a continuidade da política neoliberal. No caso dos eleitores, essa questão é mais complexa, já que a defesa de eleições gerais poderia representar tanto insatisfações em relação à corrupção no governo quanto aos efeitos da política econômica neoliberal. Se os dados apresentados não permitem classificar uma ou outra postura como a mais representativa, parece também não ser procedente adotar a abordagem simplista de que tudo se resume à luta contra a corrupção, à medida que a defesa de novas eleições gerais parece exprimir uma insatisfação difusa com a política governamental vigente.

A vitória de Paulo Maluf – o candidato do “rouba, mas faz” –, por larga margem de votos nas eleições para prefeito de São Paulo (pólo de concentração das maiores manifestações pró-*impeachment*), é uma outra evidência de que a luta contra a corrupção não era, a rigor, a principal motivação dos manifestantes que pediam o *impeachment* do presidente Collor.<sup>48</sup> É interessante lembrar também que Maluf foi eleito com o discurso contra a recessão, o desemprego, contrariando, portanto, os efeitos da política econômica implementada pelo presidente Collor. Se esse presidente “roubasse, mas fizesse”, ou melhor, se a corrupção no governo fosse denunciada num período de crescimento econômico, de queda das taxas de desemprego, de constituição de sólida base política no Congresso Nacional, é provável que as manifestações contra o governo não tivessem o mesmo caráter massivo que lograram obter no segundo semestre de 1992. No entanto, o quadro recessivo no qual ingressou a economia brasileira durante a sua gestão e o

---

<sup>48</sup> Para Pierucci e Lima (1993), as eleições de 1992 representaram uma escalada das forças sociais conservadoras na cidade de São Paulo. Ainda que tenha tido maior dificuldade de penetração entre o eleitorado da periferia paulistana, Maluf foi o mais votado entre os mais “ricos” e os mais “pobres”, para utilizarmos o conceito desses autores. Esse

modo centralizador de governar alimentaram mais insatisfações que contentamentos em relação ao governo, não permitindo a continuidade de Collor no poder. Indagando-se sobre o caráter das críticas à corrupção e da luta pela ética na política, presentes nas manifestações a favor do *impeachment* de Collor, Marrach (1993, p. 50) faz os seguintes apontamentos:

Parecia, então, que no Brasil todos eram democratas, todos acreditavam na necessidade de se respeitar a ética relativa e defendiam as leis iguais para todos.

Mas as reações aos fatos posteriores – o massacre na Casa de Detenção [do Carandiru] apoiado por 60% da população e a vitória de Maluf em São Paulo com 52% dos votos – mostram que *as massas também aprenderam a simular*.

Esses aspectos parecem indicar a fragilidade da tese na qual a luta contra a corrupção teria inquestionavelmente a motivação de fundo das mobilizações *pró-impeachment*. A participação das classes médias nessas mobilizações, como se verá a seguir, é outro fator que reforça a idéia na qual a ética na política é resultado de uma insatisfação deformada e difusa com os efeitos da política neoliberal. Vejamos alguns dos desenvolvimentos dessas mobilizações.

Até junho de 1992, os protestos contra o governo não se caracterizaram por uma participação massiva da população, mas a oposição havia conseguido importantes avanços na CPI do caso PC Farias, colocando cada vez mais o presidente Collor numa situação difícil. A partir de 25 de junho, a CPI deixou de ser uma comissão para avaliar apenas os atos do empresário PC Farias, e se converteu, sobretudo, numa comissão para apurar os atos do presidente Collor e de seus assessores mais diretos. (GIANNOTTI, 1993)

Nesse período, o governo articulou uma contra-ofensiva em duas frentes principais: 1) aliciando fisiologicamente parlamentares e distribuindo cargos públicos, na tentativa de ampliar a sua base de apoio, já bastante desgastada; e 2) estigmatizando setores de oposição ao governo, os

---

dado parece, no mínimo, problematizar com a idéia na qual a necessidade da “moralização da política” haveria

quais foram taxados como articuladores de um possível golpe contra o presidente. A CUT e os grupos políticos vinculados a essa Central foram chamados de “sindicato do golpe” pelo presidente da República. O governo recuperou fôlego no Congresso Nacional e fez as investigações da CPI retrocederem. No entanto, a crise política do governo atingia grandes proporções, e as manifestações contra ele começam a intensificar-se, adquirindo um caráter de massas.<sup>49</sup>

As primeiras grandes manifestações ocorreram nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 11 de agosto, e tiveram forte presença de estudantes que defendiam o “Fora Collor” e sustentavam que o movimento *pró-impeachment* deveria ser suprapartidário. A idéia do caráter suprapartidário era a de ampliar a adesão a esse movimento, já que a identificação com algum partido poderia gerar o efeito inverso. O Governo Collor tentou revidar e pediu para que a população saísse de verde e amarelo, no dia 16 de agosto, em sinal de apoio ao seu governo. Neste dia, as ruas foram tomadas pelas cores pretas em protesto ao pedido de apoio do governo. Os estudantes compunham novamente a principal categoria social, pintavam seus rostos com a inscrição “Fora Collor”, adotavam as palavras de ordem “Impeachment Já” e “Cadeia para os corruptos”, e cantavam a música “Alegria, alegria” de Caetano Veloso, que havia servido de abertura da minissérie “Anos Rebeldes”, apresentada pela *Rede Globo*, em julho de 1992.

Essas manifestações desempenharam um papel ativo no processo de crise do Governo Collor, tornando mais favoráveis as condições para a aprovação do *impeachment* desse presidente. O caráter massivo dessas manifestações colocou a base aliada do governo numa situação difícil – isto é, o apoio ao governo, num momento pré-eleitoral, poderia repercutir

---

“tomado a cabeça” da população paulistana com o surgimento das manifestações *pró-impeachment*.

<sup>49</sup> Para uma descrição dos locais e do número aproximado de manifestantes presentes em cada ato, ver: GIANNOTTI, 1993; BOCCHI, 1996; TOSI RODRIGUES, 2000.

negativamente sobre o cômputo geral dos votos dos candidatos às eleições municipais de 1992.<sup>50</sup>

A decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 23 de setembro de 1992, selou de vez a sorte do governo, ou melhor: por oito votos a um, esse tribunal definiu que o regime de votação da admissibilidade do afastamento de Collor na Câmara Federal seria aberto. Essa decisão foi uma importante conquista das forças de oposição ao governo. (BOCCHI, 1996)

Analisando o processo de *impeachment* de Collor, Nobre (1992, p. 118) sustenta que “o Congresso Nacional é muito menos o autor e o articulador do processo do que vítima das obrigações constitucionais que ele mesmo se impôs”, o que exprime, segundo esse autor, uma “situação de emperramento do mecanismo de funcionamento institucional, em que uma Constituição de cunho marcadamente parlamentarista convive com o presidencialismo”. Noutras palavras, para Nobre, o processo de *impeachment* é resultado do próprio arranjo institucional promovido e garantido pela Constituição de 1988, que “obrigou” o Congresso a abrir a CPI de PC Farias. Todavia, essa análise equivocou-se por superestimar o peso da Constituição Federal sobre a decisão dos membros do corpo legislativo e conferir uma importância diminuta às manifestações de massa que pediam o afastamento do presidente da República. Além disso, observa-se que a defesa da posse de Itamar Franco, por parte dos partidos do bloco no poder, não se revelou como uma simples “obrigação” prevista pela Constituição 1988, pois havia por trás dessa proposta a possibilidade de uma “transição” sem maiores riscos para a continuidade da política neoliberal.

Se o discurso hegemônico das mobilizações pró-*impeachment* não exigiu a realização de eleições gerais e a implementação de uma nova política econômica e social, isso não quer dizer que as manifestações não desempenharam efeito qualquer sobre o “arranjo institucional”. Parece ser inegável a pressão exercida pelas manifestações de massa pela aprovação do afastamento de

---

<sup>50</sup> A maioria dos parlamentares do PFL, principal partido da base de sustentação do governo, retirou o apoio a este e passou a defender o *impeachment* de Collor. Dos 87 deputados federais desse partido político, 64 votaram a favor da

Collor do poder federal. A proximidade das eleições municipais, o grande número de manifestações com dezenas e, até mesmo, centenas de milhares de participantes nas ruas contra o presidente e o avanço das investigações de corrupção no governo, foram elementos que se combinaram e tornaram irreversível a aprovação do *impeachment*.

No dia 26 de agosto de 1992, o relatório da CPI foi aprovado por 16 votos a 5, confirmando o envolvimento de Collor em práticas de corrupção. No dia 29 de setembro, a Câmara Federal votou a aprovação do afastamento do presidente da República. Dos 480 deputados votantes, 441 votaram a favor, 38 contra, um absteve-se e ainda houve 23 ausências. Collor deixou o Palácio do Planalto no dia 2 de outubro. O processo de *impeachment* seria ainda encaminhado ao Senado Federal, que teria 180 dias, a contar do dia da votação na Câmara, para proceder à votação. Caso a votação no Senado não ocorresse no prazo, Collor retornaria ao cargo. Como tentativa de protelar o julgamento por crime de responsabilidade, Collor renunciou ao cargo de presidente da República, no dia 29 de dezembro, o que deixaria seus direitos políticos intocados. No entanto, os senadores decidiram dar prosseguimento ao julgamento e, um dia após a renúncia de Collor, cassaram os direitos políticos, tornando-o inelegível por oito anos. A Era Collor chegaria ao fim, mas “sem estudantes ou populares nas ruas”. (TOSI RODRIGUES, 2000, p. 242-52 *passim*.)

A despeito do curto período em que as manifestações *pró-impeachment* lograram obter um caráter de massas, cabe aqui tecer alguns comentários sobre a participação massiva dos estudantes nessas manifestações.

Segundo Foracchi (1965), na análise da prática estudantil, os determinantes escolares não podem ser dissociados dos determinantes sociais (produção, manutenção).<sup>51</sup> Por um lado, o movimento estudantil assume uma “forma específica” devido à especificidade do aparelho escolar e das condições de ação reivindicativa ou política, o que equivale a dizer, respectivamente, que a mobilização dos recursos educacionais é marcada pela estrutura de classes (FORACCHI, 1965) e que o movimento estudantil não traduz integralmente o movimento da classe ou fração que ele representa. (SAES, 1978) Por outro lado, é a família que fornece as condições necessárias para o jovem tornar-se estudante, isto é, os vínculos de dependência entre o estudante e a família constituem-se como caução de uma relação que não é só econômica, mas também ideológica. (FORACCHI, 1965; SAES, 1978)

Cabe esclarecer aqui que a família não pode ser caracterizada como uma entidade abstrata, pois ela “realiza, em sua vivência social, uma situação concreta de classes (...)”. (FORACCHI, 1965, p. 82) É, portanto, a relação de dependência ou manutenção entre o estudante e a família que define a situação de classe particular do movimento estudantil. (SAES, 1978)

No caso brasileiro, as classes médias compõem a maior categoria social no ensino médio e superior. Num país marcado por fortes desigualdades sociais, o acesso ao ensino restringe-se a

---

<sup>51</sup> Algumas análises tendem a dissociar os determinantes escolares dos determinantes sociais para compreender a prática estudantil. Certos autores, por exemplo, atêm-se à discussão sobre as diferenças existentes entre o comportamento dos estudantes e o comportamento da população em geral, afirmando que os estudantes têm uma participação mais ativa na vida política por três motivos principais: a) pelo fato de a situação dos estudantes ter um caráter temporário, haveria, por parte destes, uma desobrigação em relação às exigências profissionais; b) os estudantes estariam submissos a uma constante pressão pedagógica; c) os estudantes teriam um grau de instrução superior ao da população em geral e, por consequência, um nível de informação relativamente alto. (HABERMAS; FRIEDEBURG; OEHLER; WEITZ, 1968) Isto é, esses autores só dão atenção aos determinantes escolares. Outro exemplo desse tipo de enfoque pode ser encontrado em: LIPSET, 1968. Ianni (1968), por seu turno, trata apenas das diferenças entre o comportamento dos jovens e o comportamento da população em geral, sustentando que o radicalismo ou o inconformismo juvenil está referido na ampliação da sociabilidade dos jovens, antes restrita ao convívio familiar. Esse tipo de problematização do tema leva o autor a desconsiderar as diferenças existentes entre o comportamento dos jovens em geral e o comportamento dos estudantes, e, portanto, a secundarizar os determinantes escolares.

uma pequena parcela da população, ou melhor, aos filhos das famílias de classe média e da burguesia. Esse processo de exclusão da população acentua-se proporcionalmente conforme mais elevado for o grau de ensino. Assim, o ensino superior incorpora um número menor de pessoas – é mais elitista -, se comparado ao ensino fundamental e médio.

A compreensão do caráter de classe das manifestações *pró-impeachment* passa necessariamente pelo estudo da situação de classes dos estudantes. Se as classes médias são a principal camada social no sistema escolar/universitário brasileiro, para um melhor entendimento da disposição dos estudantes para a luta contra o presidente da República, deve-se reportar aos elementos que ativaram as insatisfações das classes médias em relação ao governo. Em linhas gerais, pode-se elencar uma série de fatores que se chocam com o processo de diferenciação social das classes médias em relação ao conjunto dos trabalhadores. A recessão econômica, os efeitos negativos da inflação, o arrocho salarial, o aumento do desemprego e a precarização do sistema escolar estão entre os aspectos da política do governo que contrariavam os interesses desse setor social.

O processo inflacionário crônico, que atingiu a sociedade brasileira nos anos de 1980, teve impacto negativo sobre os rendimentos das classes médias. A saída para esse setor foi realizar investimentos em cadernetas de poupança, entre outros meios, como forma de amenizar os efeitos provocados pela inflação. Collor foi eleito com a promessa de “modernizar” o Estado brasileiro, e de acabar com a inflação. No entanto, o primeiro lance dado por esse governo selou a sorte das classes médias: Collor confiscou, com a edição da medida provisória 168, um importante instrumento de defesa das classes médias – a poupança. Isso ativou insatisfações desse setor social em relação ao governo federal.

Caracterizando o movimento estudantil surgido na conjuntura de crise do Governo Collor, o presidente da UNE, Lindbergh Farias (1992, p. 37), evidencia alguns aspectos que corroboram a argumentação deste estudo:

O movimento que envolve a juventude hoje é muito amplo. Uns vão para as ruas porque o Collor é ladrão. Outros porque ele aumentou as mensalidades. Mas mesmo o cara que tem uma banda de rock e está sem espaço para se apresentar porque o mercado de trabalho diminui a cada dia está protestando. Os que se formam e não conseguem trabalho também.

Ao contrário da análise convencional que encontra no poder da mídia os elementos ativadores das manifestações estudantis contra o presidente corrupto, entende-se aqui que a raiz desse processo está nos efeitos produzidos pela política econômica do governo Collor. No discurso das entidades estudantis, tais como a UNE e a UBES, as críticas ao programa de privatizações das empresas estatais do Governo Collor, ao quadro recessivo da economia, à dependência ao FMI foram temas que, no mais das vezes, não encontraram ressonância entre a grande massa de manifestantes que participaram das mobilizações a favor do *impeachment* do presidente. A crítica à política econômica foi, nesse caso, difusa, ora aparecendo como indignação com o aumento das mensalidades escolares, ora como descontentamento com a corrupção na cúpula governamental.

Desse modo, para discutir os motivos que levaram os estudantes às ruas, retoma-se a idéia segundo a qual não é possível dissociar os estudantes de sua situação de classe. As multidões de estudantes que estiveram nas ruas, principalmente os secundaristas (MARTINS FILHO, 1994), expressavam as insatisfações das classes médias em relação ao governo.

Saliente-se que a proposta de discutir o caráter de classe do movimento *pró-impeachment* e, em especial, das imensas manifestações estudantis surgidas – é bem verdade, num curto

período de tempo (agosto e setembro de 1992) – coloca esta análise numa problemática bastante distinta daquela que deposita no poder da mídia a explicação para o aparecimento dessas manifestações. Essa visão tem enraizamento numa concepção elitista de sociedade, que considera a massa como sendo sempre irracional, isto é, não tendo condições de tomar posições racionalmente fundadas em matéria política – o que caberia apenas à grande mídia, que manipularia a massa amorfa.

De modo similar, a presente análise distingue-se do argumento fundado nos pressupostos da teoria liberal para explicar os motivos que levaram os estudantes às ruas contra o presidente corrupto. Esse tipo de análise tende a abstrair as condições conjunturais que deram sustentação ao comportamento político dos agentes sociais, ou melhor, tende a focar, por exemplo, a adesão dos estudantes à luta pela ética na política como uma escolha racional que se alinha aos valores e objetivos mais “substantivos” da vida em sociedade. Daí advindo, com certo exagero, a afirmação do “consenso possível”, da “única alternativa”, do “caminho natural”, o que levou alguns autores a tomar a bandeira da ética na política como a motivação de fundo dos manifestantes contra o governo e dar diminuta importância às insatisfações em relação aos efeitos da política neoliberal.

O que se pode afirmar a partir dessas indagações é que o movimento *pró-impeachment* e, em especial, os estudantes orientavam-se por uma perspectiva mais próxima da política burguesa. Abordando as convergências existentes entre o movimento estudantil francês de 1986 e o brasileiro de 1992, Martins Filho (1994, p. 14) apresenta algumas indicações entre a proximidade das orientações políticas dos estudantes e a política das classes dominantes:

Ambos [os movimentos estudantis] se deram numa conjunção de avanço neo-liberal, inexistência em cena de um discurso visível de esquerda, extensa influência dos meios de comunicação (...) e ausência de repressão. Tanto um como outro levantaram

objetivos bastante gerais; centraram-se num único alvo, de conteúdo ético geral e limitado estritamente às regras do jogo político.<sup>52</sup>

Ao contrário da abordagem liberal, associou-se a situação de classe do estudante secundarista/universitário brasileiro a uma situação de classe média. Isso coloca este estudo diante de numa problemática distinta, visto que as orientações políticas das camadas médias (origem social dos estudantes) não são mera identificação racional com determinada corrente de opinião, mas estão sempre relacionadas com a evolução da política burguesa e da política operária.<sup>53</sup> Quando se procurou desvendar os interesses de classes, que estão por trás da prática estudantil na crise do Governo Collor, tencionou-se evidenciar as orientações políticas das classes em movimento. E isso, seguramente, conduziu a um tratamento mais concreto da conjuntura política.

Por fim, é importante fazer uma distinção importante que diz respeito à hierarquia das forças constituintes do movimento *pró-impeachment*. Apesar de determinados setores das classes médias, em especial, os estudantes terem sido a principal base social ou a *força motriz* do movimento *pró-impeachment*, considera-se aqui que esses setores não foram a *força dirigente* desse movimento. A prova disso é que a classe média não chegou ao poder com a ascensão de Itamar Franco à presidência da República, isto é, a política neoliberal foi mantida por esse governo, não atendendo as reivindicações desses setores das classes trabalhadoras.

Os parlamentares que, em sua grande maioria, pertencem aos partidos do bloco no poder foram quem dirigiram o movimento *pró-impeachment*. A resolução do *impeachment* de Collor com a posse do vice-presidente Itamar Franco, como prevê a Constituição Federal de 1988, e a

---

<sup>52</sup> O movimento estudantil francês de 1986 manifestou-se contrariamente ao projeto do governo (Lei Devaquet) que previa atacar os pilares do sistema universitário francês: a centralização das medidas relativas à escola superior e o livre acesso às faculdades para os portadores do *baccalauréat*. (MARTINS FILHO, 1994)

manutenção da política neoliberal, parecem ser evidências importantes que comprovam esses argumentos.

Cabe ainda analisar a polêmica interna travada entre as tendências do PT, bem como caracterizar as posições oficiais tomadas por esse partido nessa conjuntura política. Essas questões são importantes como objeto de investigação, uma vez que remetem diretamente aos problemas e desafios encontrados pela esquerda brasileira em geral e pelo principal partido de esquerda do Brasil, na fase inicial de ofensiva político-ideológica do neoliberalismo no país. No entanto, isso será matéria de discussão do próximo capítulo.

---

<sup>53</sup> Na análise do comportamento político da classe média, Saes (1979, p. 18) sustenta que “a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, do modo pelo qual se articulam e se opõem à prática política burguesa e à

---

prática política proletária, de seus problemas e de suas tensões”.

### **III – A tática política do PT na crise do Governo Collor**

“Acho que o tempo do protesto como proposta política acabou. Ou superamos essa fase da política como negação e como denúncia, por uma política da afirmação, da construção e da alternância, ou dificilmente vamos encontrar uma resposta aos problemas da sociedade”. (Aloizio Mercadante, *Revista Exame*, 15 de maio de 1991)

#### **1. O PT e o Governo Collor**

Desde o final das eleições de 1989, o PT colocou-se na oposição ao Governo Collor. Essa tática de oposição articulou-se em duas frentes principais: ao modo como esse governo implementava a sua política econômica e aos efeitos dessa política.

Nos debates ocorridos no 7º Encontro Nacional em 1990, o PT apontava para o fato de que o Governo Collor estava implementando a sua política econômica de “cima para baixo” sem nenhuma negociação, seja com as instâncias legislativas, seja com os setores organizados da sociedade brasileira, o que contribuía, segundo o partido, para ampliar o processo de

“privatização da coisa pública”.<sup>54</sup> Para o PT, “...a ação do Governo Collor vai no sentido de violar a Constituição, passar por cima dos partidos políticos e anestesiar os movimentos sociais”, assim esse partido sustentava que não poderia aceitar, de forma alguma, “...os atos ilegais do governo e a utilização das Medidas Provisórias como decretos-leis”. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 463). Caracterizando o Governo Collor como centralizador e autoritário na condução da política econômica, o PT propunha que as forças de oposição ao governo deveriam dar ênfase à questão democrática, “tomando a defesa intransigente do estado de direito e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas da sociedade” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 457). Essa proposta foi reforçada, durante o 1º. Congresso Nacional em dezembro de 1991, quando o PT colocou-se como “um aliado de todos aqueles que (...) querem dar um basta à corrupção, à impunidade, à violência e à espoliação (...)”, vindo a assumir a defesa da antecipação do plebiscito sobre sistema de governo, como maneira de fomentar a mobilização contra o Governo Collor, e a apoiar condicionalmente o *impeachment* desse presidente, isto é, desde que as investigações comprovassem jurídica e politicamente o envolvimento de Collor em negócios escusos. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 540-1)

As resoluções aprovadas no 1º. Congresso, em certa medida, colocaram o PT na ofensiva em relação ao Governo Collor, visto que, em outubro de 1991, temendo os “riscos institucionais” que as propostas de antecipação do plebiscito e de pedido condicional do *impeachment* ofereciam, o Diretório Nacional do PT havia aprovado a seguinte resolução:

---

<sup>54</sup> O combate à “privatização da coisa pública” é uma idéia que começa a ser difundida nas resoluções petistas, com mais intensidade, durante os anos 90. Essa idéia está diretamente vinculada à concepção de democracia como “meio e fim” defendida pelo PT, vindo sugerir, dessa maneira, que, no capitalismo, não haveria obstáculos estruturais para a ampliação e expansão da democracia. Tudo se passa como se as massas trabalhadoras pudessem conquistar a hegemonia nas instituições políticas do capitalismo e, assim, “desprivatizar a coisa pública”. Ou ainda, como se a hegemonia burguesa sobre os aparelhos do Estado não fosse uma característica da sociedade capitalista atual. Para uma crítica da democracia como valor universal, ver: TOLEDO, 1994.

Propor antecipação do parlamentarismo ou “impeachment” ao governo Collor, sem termos resolvido o problema da correlação de forças e da hegemonia no campo dos movimentos sociais e da disputa política na sociedade, é na verdade abrir a possibilidade de golpes de direita, de soluções institucionais que favoreçam a direita. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1991, p. 10)<sup>55</sup>

O temor de um novo golpe político dos setores de direita no Brasil era um fator que levava o campo majoritário do PT a adotar uma posição moderada em relação ao Governo Collor. Cabe observar, no entanto, que se houve uma radicalização do discurso no 1º. Congresso Nacional em relação ao documento aprovado no Diretório Nacional, isso não significou a adesão desse partido a uma proposta que visasse romper com o bloco no poder neoliberal, ou mesmo, com os procedimentos previstos pela Constituição de 1988 para a deposição do presidente da República, mas sim o posicionamento favorável ao enquadramento constitucional da oposição ao Governo Collor, isto é, o PT visava pressionar o Congresso Nacional para que as normas constitucionais, estabelecidas para os casos em que o presidente da República se envolvesse em crimes de responsabilidade, fossem cumpridas.

Quanto ao debate em torno da política econômica do governo, o PT procurou situá-lo nos termos da denúncia dos efeitos sociais produzidos por essa política. Para esse partido, a política neoliberal implementada pelo Governo Collor havia conduzido a economia brasileira para um agravante quadro, pois

Desorganizou a economia, destruiu a credibilidade do sistema financeiro, impôs, especialmente aos trabalhadores e pequenos produtores, perdas salariais e de renda, além de imobilizar novamente o governo, já que inviabilizou sua política fiscal e monetária. A tendência recessiva manifesta-se pela queda do nível de emprego,

---

<sup>55</sup> Os documentos produzidos pelo Diretório Nacional e pela Comissão Executiva Nacional, apresentados daqui em

diminuição do consumo, arrocho salarial, criando um círculo vicioso que, somado ao seqüestro da liquidez, desorganizou e paralisou parte do sistema produtivo. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 455)

Como proposta para superar os efeitos deletérios dessa política, o PT arrolava uma série de medidas a serem tomadas pelo próprio Governo Collor em caráter emergencial, dando destaque para as seguintes:

escalada móvel dos salários;

controle dos fundos sociais e seu redirecionamento para investimentos sociais e seguro-desemprego;

instituição do imposto-solidariedade e sobre grandes fortunas;

política agrícola de emergência;

realização da reforma agrária com um plano imediato de assentamento, voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade;

combate à corrupção;

garantia de preços estáveis para a cesta básica, com isenção dos impostos diretos e abastecimento diretamente do produtor ao consumidor, sem intermediários.

(RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 540)

Propunha ainda uma alternativa de governo a ser negociada com a sociedade, condensada nas seguintes propostas:

- a) Reforma do Estado, incluindo o saneamento, desprivatização e democratização das empresas estatais;
- b) Reforma tributária, com forte caráter progressivo e taxaço das grandes fortunas;
- c) Reforma financeira e monetária, combatendo duramente a especulação e a sonegação;
- d) Implantação imediata da reforma agrária e de uma política agrícola, que assegure o abastecimento dos gêneros de

---

diante, estão indicados na parte “b” das referências bibliográficas.

primeira necessidade; e) Política salarial, que assegure a reposição da inflação para os salários e o controle efetivo dos preços. Garantia da elevação progressiva do salário mínimo; f) Combate à corrupção e fim da impunidade dos crimes de colarinho branco; g) Definição de uma política de defesa do emprego e proteção dos trabalhadores desempregados; h) Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos serviços públicos; i) Combate à recessão – crescimento econômico com distribuição de renda; j) Amplas reformas políticas democráticas no sistema eleitoral partidário, representação proporcional dos estados na Câmara dos Deputados, redefinição do papel do Senado; k) Política educacional que assegure uma escola pública de qualidade, democrática e para todos; l) Instituição de um programa de garantia de renda mínima. (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 541-2)

Essa divisão existente entre medidas de emergência, que seriam apresentadas ao Governo Collor, e programa do eventual novo governo, que seriam implementadas por um futuro governo do PT, tiveram origem com a criação do Governo Paralelo do PT, após a derrota eleitoral da candidatura petista nas eleições para presidente da República em 1989. Os objetivos centrais que fomentaram a criação dessa instância política eram, de um lado, avaliar e fiscalizar a política do Governo Collor e, de outro lado, apresentar propostas a esse governo.

A separação entre políticas a serem apresentadas ao Governo Collor e programa de governo para a sociedade brasileira levou o PT a adotar uma política ambígua frente a esse governo e ao bloco no poder neoliberal. Ora o PT aceitava negociar com o governo federal, alimentando as mesmas ilusões que o sindicalismo propositivo vinha criando nos trabalhadores através da participação no “entendimento nacional” e nas câmaras setoriais, como analisamos no primeiro capítulo; ora o PT orientava a sua linha política para o cronograma das atividades

eleitorais previstas para 1994, quando lançaria novamente uma candidatura presidencial.<sup>56</sup> Nessas duas orientações táticas, a despeito de sustentar genericamente que a política neoliberal interessava ao “conjunto do capitalistas”, o PT parecia descartar a existência de um bloco no poder neoliberal, o que o levava a sugerir que a mudança da política econômica aplicada pelo Governo Collor poderia ocorrer, por um lado, através de pressões pela alteração da conduta do presidente da República e de sua equipe de governo, como indicavam os objetivos do Governo Paralelo e, por outro lado, a partir da troca da equipe governamental, como apontava a proposta voltada para as eleições presidenciais de 1994.

Enfim, a ênfase na crítica ao modo como o governo federal implementava a sua política e aos efeitos dessa, levaram o PT a adotar uma tática que não confrontava com o bloco no poder neoliberal. Isso, possivelmente, conduziu esse partido a desarmar-se para a luta contra o projeto hegemônico das classes dominantes quando ocorreu a crise do Governo Collor em 1992. Tratemos de analisar a intervenção do PT nessa crise.

## **2. O PT na crise do Governo Collor**

Em linhas gerais, é possível distinguir na tática política do PT, na conjuntura de crise do Governo Collor, três fases principais:

A primeira delas surge nos debates do 1º Congresso Nacional, realizado em dezembro de 1991, quando o PT mostra-se disposto a analisar os casos de corrupção no governo, reivindica a antecipação do plebiscito sobre sistema de governo e confere apoio condicional ao *impeachment*,

---

<sup>56</sup> A metáfora utilizada por um dos membros da direção do PT, Aloízio Mercadante, estabelecendo semelhanças entre o prazo de garantia de cinco anos que uma conhecida marca de televisores oferecia a seus clientes e o prazo que o PT dava ao Governo Collor para a sua continuidade no poder, exprime os limites da tática de oposição do PT a esse governo.

que só seria encampado pelo partido caso o processo de investigação do governo caracterizasse crime de responsabilidade do presidente da República. O PT não adota a defesa do *impeachment* como política oficial, alegando os riscos institucionais que essa proposta poderia oferecer, isto é, a proposta de estimular “atitudes golpistas” por parte dos setores conservadores. Essa fase é marcada por intensa polarização entre as tendências internas do PT. Enquanto as tendências da esquerda socialista, em especial, a Convergência Socialista e O Trabalho, defendiam, nesse momento, o *impeachment* do presidente, o campo majoritário do PT preferia aguardar os processos de investigação contra o governo.<sup>57</sup>

A segunda fase inicia-se em maio de 1992, após a expulsão da tendência Convergência Socialista do PT e as denúncias de Pedro Collor na revista *Veja*, quando o PT apóia a abertura de CPI do caso PC Farias e descarta a defesa da antecipação do plebiscito sobre sistema de governo, mantendo, no entanto, a mesma postura em relação ao pedido de *impeachment* do presidente Collor.

A terceira fase começa com a eclosão das diversas manifestações de massa contra o Governo Collor, no começo de julho de 1992, quando o PT avalia a necessidade de aprofundar as investigações na CPI, defender o *impeachment* de Collor e descartar qualquer possibilidade de convocação de eleições gerais. O PT apóia a posse do vice-presidente Itamar Franco, mas recusa-se a participar desse governo. Nessa fase, parece haver uma reedição do acirramento das discussões internas, mas com intensidade e abrangência menores que as da primeira fase. O PT

---

<sup>57</sup> A Convergência Socialista foi formada, em 1978, a partir do Movimento Convergência Socialista, por ex-membros do Partido Socialista dos Trabalhadores. Este foi criado, em 1977, unindo a Liga Operária, uma organização de ex-exilados brasileiros no Chile, e o Partido Socialista dos Trabalhadores da Argentina, cuja principal liderança foi Nahuel Moreno. A Convergência Socialista é filiada à Liga Internacionalista dos Trabalhadores (LIT) e, em 1994, veio a constituir o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). (GUERRERO GUTIERREZ, 2004) A tendência O Trabalho foi formada por membros da Organização Socialista Internacionalista (OSI), criada em 1976, que reunia militantes de duas organizações trotskistas: a Organização Marxista Brasileira e o Grupo 1º de Maio. Como observa Guerrero Gutierrez (2004), no final dos anos 70, a OSI agruparia uma parcela de estudantes,

abre para discussão interna a questão do futuro pós-Collor. Vejamos com mais detalhes os desenvolvimentos de cada uma dessas fases.

Até o final de 1991, a convocação do *impeachment* de Collor, traduzida no lema “Fora Collor”, era entendida pelo campo majoritário do partido como uma política de risco institucional, uma vez que as atividades de mobilização social estavam em descenso naquele momento e que, portanto, estava aberta a possibilidade de golpes políticos por parte dos setores dominantes. Nesse sentido, os petistas avaliavam que o acúmulo de forças do campo popular era insuficiente para pedir o afastamento do presidente.

Esse posicionamento, no entanto, não era consensual no interior do partido. As correntes trotskistas, Convergência Socialista e O Trabalho, orientadas por uma crítica rígida ao capitalismo, fomentavam oposição à orientação de classe da política econômica do Governo Collor, propondo a convocação do *impeachment* deste já naquele momento, mas de modo a superar o enquadramento constitucional da crise do governo, defendido pelo campo majoritário do PT.<sup>58</sup> Tal política chocava-se diretamente com a posição dominante no interior do PT, e culminou, meses mais tarde, com o processo de expulsão da Convergência Socialista.

---

constituindo a corrente estudantil Liberdade e Luta (LIBELU). Em maio de 1978, ocorreria a publicação do jornal *O Trabalho* que daria origem ao nome dessa tendência interna do PT.

<sup>58</sup> É interessante observar que, na discussão do “Fora Collor”, a corrente trotskista Democracia Socialista preferiu alinhar-se ao campo majoritário do PT. (OZAÍ DA SILVA, 2001) A Democracia Socialista é a principal corrente trotskista do PT. Segundo Guerrero Gutierrez (2004, p. 60-1): “O surgimento da Democracia Socialista esteve diretamente relacionado com a publicação do jornal Em Tempo. Este, em sua fase inicial, contou com a participação de membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, conhecido por MR-8, e de membros da Ação Popular que optaram por sair posteriormente, no início de 1979 (...). Outras duas correntes, ambas de inspiração trotskista, participavam do projeto do jornal. Uma delas era formada por militantes mineiros, oriundos do movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Católica e de Juiz de Fora, além de militantes na oposição metalúrgica de Belo Horizonte. Esta corrente era denominada pela sigla O. (de Organização). A outra corrente, conhecida como Nova Proposta, foi formada a partir de estudantes do Rio Grande do Sul, em 1974. (...) em, um congresso, organizado em 1979, nasceria a corrente Democracia Socialista”. Essa corrente, ao longo dos anos 80, foi identificada como Organização Marxista Revolucionária – Democracia Socialista, vindo no decorrer dos anos 90, a ser conhecida apenas por Democracia Socialista. A referência internacional da Democracia Socialista é o Secretariado Unificado da IV Internacional.

Via de regra, até o surgimento das denúncias de Pedro Collor sobre o envolvimento de PC Farias e do presidente da República em casos de corrupção, no final de maio de 1992, o PT manteve a postura de não defender o *impeachment* de Collor. Na reunião realizada pelo Diretório Nacional em 2 de fevereiro, estabeleceu-se um “Plano de mobilização para os meses de fevereiro e março”, prevendo a realização de atos públicos em todo Brasil, no dia do aniversário de posse de Collor (15 de março), com o objetivo de denunciar o apoio do governo à recessão, ao fisiologismo e a ligação de Collor com os casos de corrupção no Planalto. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1992a) Além disso, nessa mesma reunião, o PT reafirmou não assumir a proposta de *impeachment* como sua política oficial, não desvalorizando, porém, as iniciativas dos setores organizados de oposição ao governo que questionavam a conduta do presidente. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992a)

Posteriormente, a Comissão Executiva Nacional, reunida em 17 de fevereiro, orientou a Bancada Federal do PT para convocar o plebiscito sobre sistema de governo. Nessa resolução, estabeleceu-se que “O PT é favorável à antecipação da data do plebiscito sobre Parlamentarismo. Assim votará pela antecipação, mas com a ressalva de que as eleições gerais devem acompanhar o plebiscito”. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992b, p.2) O PT avançava, então, na luta contra o governo, sustentando a defesa da antecipação do plebiscito e do parlamentarismo. No entanto, essa proposta restringiu-se às resoluções dessa reunião da CEN, não aparecendo mais entre as propostas apresentadas pelo campo majoritário do partido. Ademais, posteriormente, o partido rejeitou a proposta do parlamentarismo, entendendo que devia levar essa questão para uma discussão interna mais aprofundada. Nas deliberações da reunião do Diretório Nacional, ocorrida nos dias 14 e 15 de março, o PT apontava para a necessidade de realizar um debate sobre sistema de governo. Percebe-se aqui que a defesa do parlamentarismo já não aparece mais de forma tão incisiva:

...o DN estabeleceu que o nosso Partido defenderia em princípio o parlamentarismo, (...) desde que fossem implementadas reformas democráticas no sistema institucional implantado a partir da Carta de 88, (...)

Logo, o PT pode ficar com o presidencialismo, se a proposta do parlamentarismo for uma manobra das elites ou, pior, um agravamento do caráter oligárquico e anti-democrático do sistema de governo brasileiro (...).

(DIRETÓRIO NACIONAL, 1992b, p.1-2)

Em março, o Diretório Nacional autorizou a Bancada Federal a constituir a CPI para apurar os casos de corrupção do governo, com o objetivo de consolidar uma base política para o pedido de impeachment do presidente Collor por crime de responsabilidade. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1992c) O PT entrava na ofensiva contra o governo, centralizando suas críticas no combate à corrupção, mas não deixando de remeter duras críticas aos efeitos da política econômica de Collor que, segundo os petistas:

sucateou [os] serviços públicos e [a] infra-estrutura, desmantelou [o] processo de desenvolvimento tecnológico, expôs [a] indústria à competição internacional sem nenhuma política compensatória, lançou milhões ao desemprego, aumentou como nunca os problemas sociais e a miséria. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1992d, p. 2)

Nessa perspectiva, esse partido articulou a sua tática eleitoral, visando às eleições municipais de 1992, em torno de alianças com partidos que se opunham ao Governo Collor e apoiavam o programa democrático-popular. O PT tomou, nesse momento, o PSDB como um importante aliado, mas entendeu que esse partido poderia vir a alinhar-se ao governo, criando obstáculos para formar alianças eleitorais com o PT. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL,

1992c)<sup>59</sup> Tratava-se de minar as forças políticas de Collor nessas eleições, visando fortalecer, portanto, a oposição institucional a esse governo.

Nesse mesmo período, a polêmica interna do PT intensificou-se. Em abril de 1992, a Comissão Executiva Nacional do PT aprovou o texto escrito por José Dirceu, na época Secretário Geral do PT e membro da Articulação,<sup>60</sup> que solicitava ao Diretório Nacional um prazo para a Convergência Socialista adequar-se às resoluções do 1º. Congresso Nacional. O texto expressava-se de forma ambígua, pois, ao mesmo tempo que buscava alicerçar uma política de negociação com a Convergência Socialista, estabelecendo prazos para que a tendência reconsiderasse o seu posicionamento político de crítica à direção, deixava claro que não interessava mais ao PT a permanência da mesma dentro do partido. Como asseverava Dirceu (1992):

A justificativa para a presente proposta é a realidade, e o que é público e notório dispensa provas, como dizem o direito das gentes, a tradição, os costumes e a própria lei. A prática da CS é um escárnio à democracia petista e afronta à militância. Não só a existência de um partido dentro do PT, com direção, instâncias e disciplinas próprias, finanças, relações internacionais, sedes próprias em número declarado de 30 (esse

---

<sup>59</sup> Em abril de 1992, a Executiva do PSDB decidiu não participar do governo Collor. Essa questão foi resolvida em meio a uma forte polarização interna. De um lado, estava o grupo liderado por Mario Covas que defendeu a não participação no governo e contou com oito votos dos membros da direção, de outro lado, estava o grupo encabeçado por Fernando Henrique Cardoso que foi favorável à participação e também recebeu oito votos. A decisão coube ao voto de minerva do presidente do PSDB, Tasso Jereissati, que preferiu aliar-se aos simpatizantes da proposta de não participação no governo. (GIANNOTTI, 1993)

<sup>60</sup> A tendência Articulação era conhecida inicialmente pelo número de seus componentes, isto é, por “Articulação dos 113”. Em sua formação, essa tendência reunia, entre seus membros: “sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da extinta ALN – Aliança Nacional Libertadora – e, a partir de 1987, os dissidentes do grupo trotskista O Trabalho”. (AZEVEDO, 1995, p. 79) O documento de fundação da Articulação, lançado em 2 de junho de 1983, apontava para a necessidade de superar a crise que atravessava o PT após a derrota eleitoral de 1982 e conquistar a direção estadual do PT de São Paulo. Brandão (2003, p. 71) observa que: “Este documento era composto por propostas que buscavam recuperar o poder dos movimentos sociais, ressaltava a importância da democracia na estrutura do PT, além de propor um debate democrático acerca dos rumos do partido”. No entanto, o autor também ressalta que esse grupo teria sido muito criticado por outros militantes do PT por se formar como “um grupo fechado que, ao mesmo tempo que pregava a democracia, fechava-se em seus próprios valores e conceitos”. (BRANDÃO, 2003, p. 71) É interessante observar ainda que a Articulação nos encontros nacionais sempre se constituiu como maioria absoluta no partido, o que, na prática, assegurava-lhe a maioria dos cargos na Direção e na Comissão Executiva Nacional do

número já foi de 140); jornal com 4 mil exemplares (já foi de 10 mil), atos públicos e manifestações próprias, política e palavras de ordem própria e ultimamente oposição pública e declarada à política do PT e ao próprio PT.

A permanecer essa política, teremos inclusive duas campanhas eleitorais, a do PT e a da CS; portanto, é urgente para a convivência democrática e civilizada que a CS se constitua como partido político e mantenha uma relação com o PT como tal.<sup>61</sup>

Em carta redigida por Arcary (1992, p. 1-2), a Convergência Socialista deixava claro que não renunciaria à sua política de disputar por propostas dentro do PT:

A CS está convencida que a crise no PT é política (...) A CS sabe que esta crise do PT não se resolverá com a sua exclusão. Apelamos à CEN para que reconheça nossa corrente como tendência interna do PT para que possamos continuar ocupando nosso lugar, dentro do Partido, no combate por um PT socialista, democrático e revolucionário.<sup>62</sup>

No entanto, na reunião extraordinária da Comissão Executiva Nacional (CEN), em 25 de maio, as decisões do Diretório Nacional (DN) foram ratificadas, cancelando-se, assim, o registro da Convergência Socialista como tendência interna. A CEN, recorrendo às decisões da última reunião do DN, estabeleceu a cessão da legenda para candidatos da tendência trotskista que teriam sido escolhidos em Encontros anteriores à reunião do DN, para concorrerem às eleições municipais do ano de 1992. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992c).

Após a expulsão da CS e as denúncias de Pedro Collor, no final de maio de 1992, o PT fortaleceu seu posicionamento a favor da instauração de uma CPI para apurar os casos de

---

partido. As teses dessa tendência receberam a seguinte porcentagem de votos ao longo dos anos 80 e idos de 90: 65,8%, em 1984; 72,2%, em 1986; 59,4%, em 1987; 56%, em 1990; e 46,1%, em 1991. (PETIT, 1992)

<sup>61</sup> Ficava estabelecido que a Comissão Executiva Nacional (CEN) promoveria uma discussão com a Convergência Socialista e que levaria a discussão para a reunião do Diretório Nacional que se realizaria nos dias 8 e 9 de maio de 1992. Nesta reunião, ficou definido que essa tendência trotskista perdia o seu direito de tendência interna do PT e que teria o prazo até o dia 25 de maio para adequar-se à regulamentação de tendências.

corrupção que envolvia o governo. Como já foi observado, o PT foi o único partido, nesse momento, favorável à abertura da CPI do caso PC Farias, reunindo suas bancadas e apresentando, por meio dos seus líderes no Senado e na Câmara Federal, Eduardo Suplicy e José Dirceu, um projeto com o objetivo de instaurar o inquérito que era evitado ou combatido pela maioria dos parlamentares. Os petistas entendiam que a CPI poderia se transformar num grande trunfo político para o partido imprimir oposição ao Governo Collor e afastá-lo do poder federal sem riscos institucionais. Assim, orientava todas as suas direções a trabalharem com abaixo-assinados e a realizarem manifestações “exigindo a CPI, o fim da corrupção e, sempre que possível, o ‘impeachment’ de Collor”. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992d, p. 2-3)

As deliberações tomadas nessa mesma reunião constituem-se como evidências de que o PT, progressivamente, somou seus esforços na luta contra a corrupção no Governo Collor, em detrimento da luta contra a política econômica aplicada por esse governo:

O PT entende que o presidente Collor deveria renunciar, frente à gravidade das denúncias; se não o fizer, e, comprovadas as acusações, consideramos imperativo ético e político do PT propor o “impeachment” do presidente da República. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992d, p. 1)

Apenas no início de julho, após o depoimento de Francisco Eriberto Freire França, que relatou os depósitos feitos por empresas de PC Farias na conta bancária da secretária particular de Collor, Ana Acioli, as investigações tomaram novo impulso, e o PT decidiu colocar o *impeachment* como questão da ordem do dia. Nesse contexto político, o Diretório Nacional do PT definia as seguintes orientações políticas:

1. O PT considera fundamental a apuração rigorosa das denúncias de corrupção pela CPI do Congresso, e pela punição dos responsáveis. Para tanto, é essencial um amplo

---

<sup>62</sup> Essa carta foi redigida em nome da Convergência Socialista.

arco de alianças, que não pode submeter-se às imposições particulares de quaisquer das suas forças componentes.

2. Politicamente, já temos condições de defender o impeachment do Presidente.

3. A tradução do impeachment em palavras de ordem para sociedade expressa-se em “Fora Collor”, que, constitucionalmente, significa impeachment ou renúncia.

4. O afastamento e a sucessão do presidente devem dar-se nos marcos da Constituição.

5. A luta pelo impeachment pode desaguar na renúncia de Collor, renúncia que – se vier – será o resultado da mobilização popular pelo afastamento.

6. Fortalecer a vigília nacional com apoio popular através de um amplo movimento social de apoio à CPI e sua atuação. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1992e, p.1)

No decorrer do mês de julho, uma série de manifestações pró-*impeachment* propagou-se em diversas capitais do Brasil e, no dia final desse mês, o depoimento do assessor de Collor, Cláudio Vieira, revelou que a campanha eleitoral foi beneficiada pelo empréstimo, vindo do Uruguai, no valor de U\$ 3,73 milhões. Esse caso ficou conhecido pela CPI como *Operação Uruguai*. Diante dessa situação, o PT iniciou, em agosto, a discussão sobre a constituição do novo governo, no período pós-Collor.

É possível observar nessas duas primeiras fases um progressivo esvaziamento do debate em torno da política econômica do Governo Collor, em proveito do discurso contra a corrupção nesse governo e da defesa da ética na política. Essa postura alinha-se ao discurso hegemônico do movimento pelo *impeachment* de Collor, cujo potencial de mudança dos rumos da política brasileira era bastante reduzido, à medida que não atacava o bloco no poder neoliberal.

## **2.1 A polêmica interna do PT e a decisão sobre a conjuntura pós-Collor**

No mês de agosto, a polêmica interna sobre as tarefas a serem empreendidas na conjuntura reanimou-se. A proposta que recebeu maior adesão dos membros das instâncias de direção do PT era a de que esse partido não deveria participar do novo governo, caso ocorresse o *impeachment* de Collor. Apesar disso, havia, entre os membros da Comissão Executiva Nacional do PT,<sup>63</sup> aqueles que consideravam precipitado optar pela não-participação desde o início - entre eles, Eduardo Jorge e Ozéas Duarte.<sup>64</sup> Jorge sustentou, até mesmo, que o PT poderia “participar de um governo que incluía a Esquerda, o Centro-esquerda e até Centro-direita”. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992e, p. 3)

Outros consideravam necessária a garantia da “governabilidade democrática”, mesmo não participando do governo, como foi o caso de Aloizio Mercadante<sup>65</sup> – o que significava que a luta pelo *impeachment* deveria adequar-se aos trâmites constitucionais, que previa a substituição do presidente pelo vice. João Machado<sup>66</sup> sustentou que o PT deveria obter o *impeachment* e convocar eleições gerais, confrontando-se, portanto, com a opinião de Mercadante e colocando a luta pelo afastamento de Collor para além dos limites previstos pela “normalidade constitucional”, isto é, questionava-se a legitimidade das eleições de 1989. Marco Aurélio Garcia<sup>67</sup> opôs-se a Machado, arguindo que o PT não deveria dar ênfase à ilegitimidade dessas

---

<sup>63</sup> As intervenções dos membros da Comissão Executiva Nacional (Eduardo Jorge, Ozéas Duarte, Aloizio Mercadante, João Machado, Marco Aurélio Garcia), apresentadas a seguir, estão registradas sob a forma de ata da reunião realizada por essa instância política do PT entre os dias 1º e 3 de agosto. (Ver, em Anexos 1 e 2, a lista dos membros da Comissão Executiva Nacional)

<sup>64</sup> Ozéas Duarte era membro da tendência Democracia Radical. Eduardo Jorge era, nesse momento, líder da bancada do PT na Câmara Federal e membro da tendência Democracia Radical. Essa tendência foi formada, em 1991, por setores dissidentes da Articulação que, em 1987, criaram a corrente Vertente Socialista e tinham, entre seus membros, militantes da área de saúde da Zona Leste do município de São Paulo e da Pastoral Operária; e, por militantes da Nova Esquerda, denominação adotada por ex-integrantes do Partido Revolucionário Comunista (PRC), formado por dissidentes do PCdoB em 1984. O documento de fundação dessa tendência pode ser considerado a tese “Projeto para o Brasil”, apresentada no 1º Congresso Nacional do PT. (AZEVEDO, 1995)

<sup>65</sup> Aloizio Mercadante era membro da tendência Articulação.

<sup>66</sup> João Machado era membro da tendência Democracia Socialista.

<sup>67</sup> Marco Aurélio Garcia era membro da tendência Articulação.

eleições e aliou-se a José Genoíno<sup>68</sup> em defesa da proposta do caráter suprapartidário do pedido de impedimento. A intenção, nesse caso, era a de descaracterizar a CPI e o *impeachment* como um posicionamento estritamente petista. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992e) Nesse sentido, o campo hegemônico do PT tendeu a optar por soluções mais moderadas, como meio de não afetar negativamente a votação desse partido nas eleições municipais que ocorreriam no final de 1992.

Nessa reunião, a única decisão importante acertada foi a de o PT pedir o *impeachment* de Collor. A discussão do período pós-Collor seria matéria de outra reunião. No entanto, é possível traçar alguns delineamentos gerais da tática do PT, isto é, a proposta de eleições gerais havia sido descartada e o movimento *pró-impeachment* deveria ter um caráter suprapartidário. Via de regra, o PT não tinha como horizonte transformar a crise do governo numa crise do bloco no poder. Esse partido acenava para uma transição de governo sem rupturas com o modelo econômico que começara a ser implantado no Brasil.

No período marcado pela ampliação das manifestações *pró-impeachment* que levou milhares de pessoas às ruas para protestar, a Comissão Executiva Nacional, em reunião realizada em meados de agosto, debateu quatro propostas e tomou posição sobre a tática política petista para o período pós-Collor. Essas quatro propostas podem ser divididas em dois grupos: o primeiro grupo, constituído pelas teses apresentadas por José Genoíno e por Eduardo Jorge e o segundo grupo, composto pelas teses sustentadas por Joaquim Soriano e João Machado e por Jorge Almeida.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> José Genoíno era membro da tendência Democracia Radical.

<sup>69</sup> Joaquim Soriano era membro da tendência Democracia Socialista. Jorge Almeida era membro da tendência Força Socialista. Essa tendência surgiu do Movimento Comunista Revolucionário, criado, em 1985, por ex-militantes do PCdoB, do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) e da Organização Comunista Democracia-Proletária (OCDP), constituída a partir da Ação Popular (AP). (AZEVEDO, 1995) Em 2004, a Força Socialista uniu-se a outras correntes de esquerda do PT, formando a Ação Popular Socialista.

A proposta apresentada por Genoíno tinha como objetivo requerer o impedimento de Collor nos termos estabelecidos constitucionalmente, não comprometendo o país com riscos de ameaças de golpes institucionais, isto é, o afastamento de Collor pela via constitucional seria a antítese da tradição golpista no Brasil. Para ele, o processo de afastamento do presidente da República deveria dar-se nos termos previstos pelo regime político democrático, isto é, o afastamento de Collor traduzir-se-ia automaticamente na posse do vice, Itamar Franco. Dessa forma, assegurando a posse de Itamar Franco, o partido manteria uma relação amistosa com o novo governo, negociando alguns pontos programáticos, mas não chegando a formar com este um governo de “união nacional”. Ou seja, Genoíno propunha que o PT não participasse do novo governo, mas que realizasse negociações com amplos setores da sociedade, visando um fortalecimento da democracia no Brasil, e incluindo o combate à corrupção e a garantia de mudanças institucionais que respondessem a alguns problemas imediatos dos trabalhadores, tais como recessão, desemprego e inflação. Resumindo as suas posições, ele sustentava que:

(...) o PT não integrará o novo governo, mas se recusa a comportar-se como quem lava as mãos diante da nova realidade estabelecida pela posse de Itamar. A sua posição, nesta medida, será substancialmente distinta daquela que praticou até agora em face do governo. (GENOÍNO, 1992, p. 2)<sup>70</sup>

Já Eduardo Jorge via na destituição constitucional do presidente o melhor caminho para solucionar aquele processo de crise, não colocando em risco, portanto, a “consolidação democrática” no Brasil. Assim, ele defendia a posse “incondicional” do vice de Collor, mas negava a idéia de governo de “união nacional”, alegando que o PT deveria participar apenas do processo de discussão sobre o “governo de transição”. Jorge apontava, ainda, três problemas gravíssimos que o novo governo teria que enfrentar: corrupção, sonegação e clientelismo, e

sustentava que o enfrentamento desses problemas levaria à solução dos problemas econômicos no país. Isso significava que a luta pela ética na política seria a maneira de sanar os efeitos gerados pela política econômica de Collor, ou ainda, estariam dadas as condições para o estabelecimento de uma “verdadeira revolução cultural e ética no Brasil”. (JORGE, 1992)<sup>71</sup>

Ambas as propostas limitavam o significado político do *impeachment* de Collor a uma crise ética. Isso quer dizer que bastaria combater a corrupção e o fisiologismo para que o neoliberalismo fosse derrotado, ou, como Genoíno notava, “A saída de Collor é um golpe de morte no neoliberalismo. Tirar Collor e fazer assumir o Itamar é um grande passo”. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992f, p. 4)

Tudo se passava como se as raízes profundas dos problemas sociais existentes no Brasil pudessem ser solucionadas a partir da luta moralista contra a corrupção no governo. No entanto, ao enfatizar o combate moralista contra o governo, conferia-se uma suposta universalidade a essa luta e, com isso, mascarava-se o conteúdo de classe das propostas em confronto. No capitalismo, como já foi dito, não há espaço para a constituição de uma moral em geral, universal, porque a sociedade capitalista é cindida por conflitos de classe, isto é, pelo fato de os membros dessa sociedade ocuparem posições desiguais no processo de produção, estabelecem-se valores diferenciados no processo social. Nesse sentido, o uso do discurso contra a corrupção como meio de combater o neoliberalismo pode ser concebido como um discurso ideológico, uma vez que escamoteia as relações de dominação política e social que estão vinculadas à implementação da política neoliberal no Brasil. Enfim, as propostas mencionadas acima tinham como alcance máximo uma “correção de rota” do governo brasileiro, mas não a mudança de sua “direção fundamental”.

---

<sup>70</sup> Ver menção à proposta de Genoíno na parte “b” das referências bibliográficas.

<sup>71</sup> Ver menção à proposta de Jorge na parte “b” das referências bibliográficas.

A proposta apresentada por Soriano e Machado distinguia-se bastante das duas acima mencionadas. Eles recusavam-se a aceitar a tese da “governabilidade democrática”. Assim, a saída de Collor dependeria da mobilização popular para transformar-se numa saída positiva para a luta democrática. Soriano e Machado viam a necessidade de articular a luta pelo *impeachment* com a luta contra o projeto neoliberal:

Só poderemos nos credenciar como alternativa de governo caso fique evidente que temos também uma alternativa de orientação global para o país; que temos um projeto de nação distinto daquele hoje amplamente hegemônico entre as classes dominantes (mesmo nas facções anti-Collor). Este processo permite-nos mostrar todo o vínculo umbilical entre neoliberalismo, privatizações e corrupção, sair da defensiva e sustentar que Collor é o produto mais acabado do projeto neoliberal. (...) A luta pelo impeachment deve ser também a luta contra o projeto neoliberal. (SORIANO; MACHADO, 1992)<sup>72</sup>

Para esses membros da tendência Democracia Socialista, não havia sentido fazer concessões ao neoliberalismo nem à idéia de “governabilidade democrática”, ou mesmo, de “governo de união nacional”. Como eles sustentam: “Aprofundar a crise de governo até o afastamento de Collor e a transformação do atual processo em uma crise de regime é o rumo que buscamos (...)” (SORIANO; MACHADO, 1992, p.2)

Com isso, ao contrário de Genoíno e Jorge, Soriano e Machado defendem a articulação entre a luta pelo *impeachment*, a luta contra o neoliberalismo e a luta contra a corrupção, propondo como solução para o desfecho do impedimento de Collor, a convocação de eleições gerais, acompanhada de amplas reformas políticas; e colocando a luta do partido, para além dos regimentos constitucionais - daí advindo a importância da mobilização popular para alavancar

---

<sup>72</sup> Ver menção à proposta de Soriano e Machado na parte “b” das referências bibliográficas.

esse processo rumo a uma alternativa política de governo. Jorge Almeida expôs também uma proposta bem distinta das arroladas por Genoíno e Jorge, aproximando-se do eixo político da última tese acima apresentada. Almeida manifestou apoio ao *impeachment*, à convocação de eleições gerais e à negação de alianças com Itamar Franco, caso prevalecesse a sua posse, salientando, ainda, que apoiar a posse de Itamar não era aceitável nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista ético, sendo necessário o partido levar até as últimas conseqüências a luta pelo *impeachment*. (ALMEIDA, 1992)<sup>73</sup> O que diferencia essa proposta da anterior é o alcance do objetivo proposto, isto é, Almeida restringe-se a tratar de tarefas emergenciais. Nesse sentido, essa proposta não discorre sobre os objetivos de longo prazo.

Após a discussão interna das quatro propostas apresentadas acima, a resolução aprovada pela Comissão Executiva Nacional incorporou basicamente as propostas arroladas por Genoíno e Jorge. O PT apoiaria, assim, a ação da CPI e do Congresso Nacional e, em havendo provas suficientes para pedir o impedimento de Collor, deveria desenvolvê-lo de acordo com a Constituição, que prevê a posse do vice-presidente da República. A resolução aprovada assegurava, ainda, que: “A necessidade de concentrar esforços para concretizar o ‘Fora Collor’ – etapa ainda não vencida – tornava inoportunas outras palavras-de ordem como as de ‘eleições gerais’ ou definições mais específicas a respeito do futuro pós-Collor”. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992g, p. 1) Com isso, o PT definia-se pela defesa do *impeachment*, dando sustentação à “normalidade constitucional”, omitindo-se frente ao modelo econômico neoliberal e defendendo a “governabilidade” de Itamar Franco, ao mesmo tempo que definia a não participação nesse governo.

Os petistas não articularam uma proposta que se opusesse diretamente ao projeto neoliberal. Essa oposição era entendida como uma conseqüência do combate à corrupção, o que

---

<sup>73</sup> Ver menção à proposta de Almeida na parte “b” das referências bibliográficas.

resultou na difusão, em suas proposições políticas, do discurso de defesa de um “bom relatório da CPI”, da dignidade, da ética na política, da revolução cultural e ética, em vez da crítica aos efeitos da política neoliberal, a essa política ela própria e à sua orientação de classe. Esse posicionamento parece ter comprometido o PT com a forma de política dominante no capitalismo e pode ser tomado como um indicador do processo de aceitação passiva do projeto neoliberal, à medida que esse não era colocado no centro das preocupações desse partido.

Posteriormente, a Comissão Executiva Nacional aprovou uma resolução que reafirmava a não-participação do PT no governo Itamar e impedia seus filiados a participar, sob pena de sanções disciplinares. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 1992h)

Apenas em 24 de outubro, o PT conseguiu aprovar, em reunião realizada pelo Diretório Nacional, um conjunto de reivindicações imediatas a serem apresentadas ao governo Itamar. O documento intitulava-se “O Partido dos Trabalhadores, o *Impeachment* de Collor de Mello e o governo Itamar Franco”. O texto desse documento foi construído com o objetivo de realizar um balanço do processo de *impeachment* e da atuação do partido nesse processo, além de propor alternativas para o governo Itamar. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1992f)

No tocante ao balanço político realizado, o PT nada acrescentou ao que já se expôs neste trabalho. A novidade desse documento advinha da plataforma de reivindicações imediatas. Havia aqui uma retomada da discussão da política econômica do governo, mas num momento de refluxo das mobilizações sociais e quando o novo governo já estava constituído.<sup>74</sup> Ademais, o PT, enquanto uma das principais forças de oposição a Collor, através de sua tática, colaborou para restringir a radicalidade do movimento pró-*impeachment*, circunscrevendo-o nos limites de

---

<sup>74</sup> Como afirma Tatagiba (1998), o auge do Movimento pela Ética na Política ocorreu, sobretudo, entre os meses de junho e setembro, perdendo o fôlego posteriormente, quando a votação do impedimento de Collor foi para o Senado. Após a aprovação do afastamento do presidente, na Câmara Federal, em 29 de setembro, as manifestações de rua declinaram.

uma crise política funcional para as classes dominantes, ou seja, substituía-se o presidente, mas deixava-se “íntacto” o poder político do bloco no poder.

Logo, os pontos programáticos que se revelam, nesse documento, através da crítica ao neoliberalismo, parecem perder operacionalidade nesse cenário político, à medida que a correlação de forças políticas, engendrada pelo próprio movimento pró-*impeachment*, limitou a ação das lutas sociais à sustentação da legalidade burguesa, não impondo nenhuma crítica à orientação de classe da política governamental:

Rechaça (...) o sucateamento de nossa indústria [brasileira], o programa de privatizações que abriga corrupção, afeta setores estratégicos e utiliza “moedas podres”, a abertura indiscriminada para a economia internacional e o tipo de negociação levado a cabo sobre a dívida externa. (DIRETÓRIO NACIONAL, 1992f, p. 4)

O quadro, a seguir, resume as principais propostas do PT:

<b>Reivindicações imediatas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Modo de execução</b>
<b>Política antiinflacionária</b>	Estimular o crescimento econômico, a criação de emprego e forçar a queda dos preços nos setores altamente oligopolizados.	Controle social da inflação com negociação de preços nas câmaras setoriais e adoção de políticas protecionistas combinadas com políticas de abertura externa.
<b>Política de juros</b>	Retomada de investimentos nas grandes, médias e pequenas empresas.	Medidas de penalização ao capital financeiro.
<b>Reforma fiscal</b>	Combate à miséria e retomada de investimentos sociais nas áreas de saúde, educação, habitação e transporte.	Impostos diretos e progressividade tributária; combate à sonegação; impostos sobre o patrimônio e sobre grandes fortunas.
<b>Dívida externa</b>	Combate à inflação e à recessão.	Revisão do acordo.
<b>Empresas estatais</b>	Redefinição do papel do Estado na economia a partir da formulação de uma política industrial e do controle democrático das empresas estatais.	Suspensão e revisão do programa de privatizações; e eliminação de mecanismos de corrupção, envolvidos na venda das estatais.
<b>Programas sociais</b>	Desmorte da máquina fisiológica vinculada a esses programas.	Descentralização da aplicação de recursos às áreas sociais.
<b>Política salarial</b>	Conter a erosão salarial e iniciar plano de reposição das perdas salariais geradas no Governo Collor.	Vincular a reposição ao crescimento da economia e garantir mecanismos de indexação permanente do salário mínimo.
<b>Política de emprego</b>	Combate ao desemprego.	Investimentos públicos nas áreas capazes de absorver mão de obra; redução da jornada de trabalho; programas de capacitação e recapacitação da força de trabalho; programas de estímulo à criação de postos de trabalho nas pequenas e médias empresas; adoção de medidas de proteção ao desempregado.
<b>Contrato coletivo de trabalho</b>	Defesa efetiva dos salários e do emprego.	Adoção e generalização desses contratos.
<b>Política de segurança alimentar</b>	Combate à fome e redução do custo de vida da população.	Estímulo à produção de alimentos; recuperação da estrutura pública de armazenagem de alimentos e criação de canais de distribuição de alimentos.
<b>Política de reforma agrária</b>	Resolução dos conflitos mais agudos no campo.	Assentamentos de populações em áreas de litígio ou de confronto aberto; abertura de negociações com as partes envolvidas.
<b>Política científica e tecnológica</b>	Desenvolvimento tecnológico e científico com retomada do ritmo de pesquisa.	Elaboração de um projeto de desenvolvimento juntamente com a comunidade universitária e científica.

<b>Economia informal e política agrícola</b>	Fomentar o desenvolvimento, com regularização, das atividades do setor informal; estimular a produção e o abastecimento interno de produtos agrícolas com formação de estoques.	Adoção de programas de incentivo fiscal e creditício.
--	---	---

Ao apresentar essas propostas, os petistas procuravam articular uma política intervencionista do Estado na economia, por meio dos incentivos fiscais oferecidos às empresas brasileiras, da criação de emprego, da criação de políticas sociais, visando à superação das desigualdades mais agudas no país. Há nessas propostas, em certo sentido, um questionamento das propostas neoliberais, mas a tática do PT parece responder apenas aos seus efeitos. Além disso, durante boa parte do processo de investigações de corrupção no governo, a defesa da moralização da política foi a questão central assumida pelo PT, o que o levou a ocultar a existência de um bloco no poder neoliberal. Tratava-se, dessa forma, de combater o fisiologismo, as irregularidades que se contrapõem aos termos previstos pela Constituição de 1988, e não à política neoliberal e a orientação de classe desta.

Com o enquadramento constitucional da oposição ao governo federal e a crítica restrita aos efeitos da política neoliberal – e não às suas causas –, o PT deixava mostras de que a “política como negação” ou “como denúncia”, que defendeu durante os anos 80, começava a perder fôlego, em proveito da “política da construção” ou “da alternância”: sai Collor e entra Itamar!

## **Considerações finais**

Ao longo desta pesquisa, analisamos o quadro dinâmico e complexo das relações de classe vigentes na sociedade brasileira no início da década 1990, dando especial atenção à crise do governo Collor, em 1992, e à tática política adotada pelo Partido dos Trabalhadores naquela conjuntura. Dado o conjunto complexo de questões abordadas neste estudo, torna-se oportuno tecer algumas considerações finais sobre o que foi analisado. Vejamos.

No primeiro capítulo deste trabalho, realizamos um balanço crítico do governo Collor, abrangendo três questões específicas: a política econômica e social desse governo; os vínculos desta com os interesses de classe e fração de classe na sociedade brasileira; e a configuração do regime político nessa conjuntura. O tratamento dessas três questões colocou-nos numa posição diferenciada diante da bibliografia existente que tende a dar prioridade a uma ou outra questão. A combinação dessas três questões possibilitou-nos ter um conhecimento mais abrangente da crise do governo. Tratemos de explicitar cada uma delas.

A política econômica e social implementada pelo governo Collor, e baseada nas políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e supressão de gastos e direitos sociais, privatização de serviços e empresas estatais, e abertura comercial e financeira, deu início a aplicação de medidas neoliberais e resultou em efeitos diferenciados sobre os rendimentos das classes e frações de classe no Brasil. Enquanto boa parte das classes médias e o operariado brasileiros tiveram seus rendimentos e condições de vida deteriorados com a implantação das

medidas neoliberais, o mesmo não se pode dizer do bloco no poder que foi contemplado, ainda que de forma desigual, por essas medidas. Se a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de supressão dos gastos e direitos sociais contemplou os interesses de todos os setores da burguesia, a aplicação do conjunto de políticas neoliberais, nessa conjuntura, conferiu hegemonia a fração bancária e financeira no interior do bloco no poder.

A despeito de a política econômica do governo Collor colocar as classes e frações de classe dominantes na ofensiva política, as relações entre ambos foram marcadas por tensões. Isso ocorreu devido ao fato de esse governo não ter atendido às reivindicações desses setores por participação no processo de implementação da política neoliberal e ter ferido os interesses econômico-corporativos de determinadas frações do capital, quando, por exemplo, promoveu a abertura econômica acelerada, ou mesmo, retardou a desregulamentação da economia. No tocante às classes médias e ao operariado, podemos notar, nessa conjuntura, um recuo da luta reivindicativa desses setores sociais. Os efeitos deletérios da política neoliberal sobre os rendimentos desses setores e o progressivo alinhamento de suas entidades representativas a uma posição mais moderada ajudam-nos a explicar esse recuo.

As tensões surgidas entre o governo e as classes dominantes reproduziram-se principalmente no terreno dos partidos políticos. Durante todo o período em que esteve no poder, o governo Collor não logrou significativo apoio do legislativo. Ao centralizar acentuadamente o poder na esfera do executivo, concentrar poderes na área econômica, e não abrir acesso à participação de partidos do bloco no poder nas pastas ministeriais, esse governo aumentou progressivamente o seu isolamento político diante dos setores dominantes.

Em face dessas considerações, no segundo capítulo, afirmamos que os efeitos das políticas neoliberais e o progressivo isolamento político do governo Collor somados à ofensiva política das classes dominantes e ao recuo da luta reivindicativa dos trabalhadores são os aspectos

principais que se sobressaem no período anterior à crise desse governo. Assim, diferentemente de muitas análises, presas ao imediatismo, que procuram tomar as denúncias de corrupção nesse governo como o aspecto central dessa crise política e, por consequência, entender a luta pela ética na política como a manifestação mais pura desse processo, propusemo-nos a demonstrar a complexidade dos nexos constitutivos dessa conjuntura.

Sustentamos que apesar de as denúncias de corrupção aparecerem como o elemento detonador da crise do governo, não devemos considerá-las como o fator principal ou determinante desta, uma vez que, no plano conjuntural, essas denúncias não tiveram o alcance de uma crítica à estrutura parasitária do Estado burguês; e, no plano estrutural, a corrupção não é elemento gerador de instabilidades, como poderia se supor, mas sim elemento funcional para a dominação de classe da burguesia, ou ainda, uma característica imanente do Estado burguês. Além disso, devemos levar em conta que essas denúncias intensificaram-se em um momento político extremamente desfavorável para o governo federal: seja porque os efeitos sócio-econômicos da política neoliberal afetaram drasticamente a economia brasileira, gerando recessão, inflação, desemprego, desindustrialização, entre outros aspectos, potencializando o surgimento de insatisfações sociais em relação ao governo Collor; seja porque o progressivo isolamento político desse governo alijou setores das classes dominantes do processo de implementação da política econômica, causando, com isso, tensões entre o governo e os grandes empresários.

Dada à centralidade que os conflitos entre o executivo e o legislativo adquiriram no governo Collor, definimos a crise deflagrada em 1992 como uma crise de governo. Portanto, consideramos que, nessa conjuntura, não estava em questão a substituição do regime político vigente ou a substituição do bloco no poder neoliberal. Cabe destacar, no entanto, que esses conflitos não ocorrem num espaço vazio, mas devem ser entendidos a partir dos impactos sócio-

econômicos provocados pela implementação das políticas neoliberais. Assim, a combinação desses dois fatores configura o quadro dinâmico e complexo da crise do governo Collor e são as condições objetivas que tendem a produzir efeitos modestos sobre as mobilizações sociais, reduzindo, dessa maneira, o espaço para a crítica do caráter de classe da política econômica e do regime político vigentes.

A fim de oferecer uma caracterização ampla da crise do governo Collor, tratamos de analisar também as condições subjetivas dessa crise, isto é, os fatores associados à capacidade de determinadas classes e frações de classe de conduzir ações de massa para afastar Collor do poder. Para tanto, centramos o foco do estudo na principal categoria social presente nas mobilizações *pró-impeachment*: os estudantes. Aqui deparamo-nos com algumas dificuldades para desenvolver esse tema: os estudos sobre o movimento estudantil brasileiro concentram-se, quase que exclusivamente, nos episódios de 1968, não havendo, portanto, bibliografia que aborde de maneira sistemática esse tema no período posterior; as análises da conjuntura de crise de 1992 não tratam do significado da participação dos estudantes nas mobilizações *pró-impeachment*, a não ser de forma superficial, quando se afirma que os jovens da década de 1990, desvencilhando-se de “antigas ideologias”, ocuparam as ruas por causa do caráter festivo das manifestações *pró-impeachment*.

Para superar essas dificuldades, introduzimos o conceito de situação de classe para entender os fatores que conduziram o ressurgimento da atividade do movimento estudantil brasileiro na referida conjuntura. No Brasil, esse movimento possui um perfil de classe média. Isso significa que os elementos ativadores das insatisfações dos estudantes contra o governo Collor estão relacionados com as condições sócio-econômicas imediatas dessa camada social. Dito de outra maneira: é a partir da análise dos prejuízos causados pelo neoliberalismo de Collor

à grande parte da classe média que podemos entender o significado das mobilizações estudantis nesse período.

Tratamos de destacar ao longo desta pesquisa alguns fatores que potencializaram as insatisfações das classes médias, e em especial dos estudantes contra o governo: o confisco da poupança, que suprimiu um importante instrumento de defesa das classes médias, as altas taxas de desemprego e o congelamento dos salários, que degradaram as condições de vida dessa camada social, o processo inflacionário que atingiu os preços das mensalidades escolares, dificultando o acesso dos filhos das famílias de classes médias aos colégios e universidades privados. Com isso, apresentamos uma leitura diferenciada das mobilizações *pró-impeachment*, ou seja, ao contrário de muitas análises que se restringem a destacar as relações existentes entre essas mobilizações e o discurso da ética na política, a presente pesquisa procurou dar relevo ao caráter de classe dessas mobilizações e a apontar os fatores econômicos que levaram os estudantes às ruas contra o governo Collor. Assim, se o discurso da ética na política constitui-se como um ataque moralista ao governo, entendemos que esse discurso remete também a descontentamentos específicos e diversos causados, em diferentes setores sociais, pelo início da implantação do programa neoliberal.

Por fim, no terceiro capítulo, esta pesquisa tratou da tática adotada pelo PT na crise do governo Collor. Após uma rápida discussão interna, quando correntes minoritárias propuseram que se unisse a luta contra Collor com a luta contra o modelo neoliberal, a tese vitoriosa no partido foi a de defender a transição do governo Collor pela via constitucional, omitindo o combate ao neoliberalismo. Esse posicionamento é uma evidência da adequação do partido às normas vigentes na democracia representativa liberal e pode ser um indicador de aceitação passiva da política neoliberal, uma vez que o debate em torno desta foi secundarizado justamente no momento em que o governo neoliberal de Collor encontrava-se em crise.

Tais desdobramentos mostram-nos que no momento em que o PT foi chamado para desempenhar fins decisivos adotou uma tática que se absteve do questionamento da natureza de classe do regime político e da denúncia do conteúdo de classe da política neoliberal implementada pelo governo Collor. Posto a tomar posição na hora da verdade, o PT entregou-se ao jogo da “normalidade constitucional” – diga-se de passagem, burguesa!

Esta pesquisa finda aqui com questões ainda não resolvidas. As transformações ocorridas na política brasileira entre o final dos anos 80 e início dos anos 90 são bastante complexas e não foram exploradas neste trabalho com todo vigor. Talvez numa pesquisa futura, quando tivermos mais tempo para a reflexão, possamos alçar esse vôo e superar as possíveis lacunas e equívocos que permaneceram nas linhas que ficaram para trás.

## Referências bibliográficas

### a) Livros e artigos:

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil nos anos 80*. São Paulo, Edusp, 1996.

ALTHUSSER, Louis. *Montesquieu, a política e a história*. Lisboa, Editorial Presença, 1972.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANDREI, Cristian e SAMPAIO, Fernando Azevedo de Arruda Sampaio. “Política econômica” In: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)/Instituto de Economia do Setor Público (IESP). *Gestão estatal no Brasil: limites do liberalismo 1990-1992*. São Paulo, FUNDAP, 1995.

AVRITZER, Leonardo. “O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do *impeachment* de Fernando Collor de Mello” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo, Entrelinhas, 1995.

- BIANCHI MENDEZ, Alvaro Gabriel. *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2004.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado* (6ª. reimp.). São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOCCHI, Carmen Priscila. *Movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment: elementos para a análise da atuação da sociedade civil no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, USP, 1996.
- BOITO JR., Armando. “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê “Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil”, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- BRANDÃO, Marco Antônio. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo, AnnaBlume/Fapesp, 2003.
- CARVALHO, Rodrigo de. “Dez anos de *impeachment* de Collor” In: *Revista Princípios*, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, n. 66, 2002.
- CARVALHOSA, Modesto (coord.). *O livro negro da corrupção*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- COLETTI, Claudinei. “Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- COMPARATO, Fábio Konder. “O processo de impeachment e a importância constitucional do caso Collor” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma*

- política no Brasil: o impacto político do impeachment* de Collor. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. “O impeachment: uma crise singular” In: *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas, Coleção Trajetória, n. 3, Unicamp/IFCH, 1997.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. “Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas” In: BOSCHI, Renato Boschi; DINIZ, Eli; e SANTOS, Fabiano (orgs.). *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- DOBRY, Michel. *Sociologie des crises politiques: La dynamique des mobilisations multisectorielles* (2ª. ed.) Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.
- DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, Dominique. *Neoliberal dynamics – imperial dynamics: preliminary drafts*. Paris, mimeo, 2003.
- FARIAS, Lindbergh Farias. Entrevista: “Voltamos para ficar” In: *Revista Istoé*, n. 1126, 2 de setembro de 1992.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real* (1ª reimpressão). São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- FLORESTAN, Fernandes. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores* (Col. Polêmicas do nosso tempo). São Paulo, Autores Associados, v. 43, 1991.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Editora Nacional, 1965.

- GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2003.
- GALVÃO, Andréia. “A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê “Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil”, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- GEDDES, Bárbara Geddes e NETTO, Artur Ribeiro. “Fontes institucionais da corrupção no Brasil” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- GIANNOTTI, Vito. *Collor, a CUT e a pizza* (2a. ed.). São Paulo, Ed. Página aberta, 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, José. “Condicionantes para um modelo agrário e agrícola” In: Programa de Pesquisa e Formação Sindical Ires – CGIL/Desep – CUT. *A crise brasileira: anos oitenta e o governo Collor*. São Paulo, Instituto Cajamar.1993.
- GUERRERO GUTIERREZ, Andriei da Cunha. *O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho – uma análise das campanhas eleitorais de 1998-2002*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2004.
- GUTIERREZ, Andriei da Cunha Guerrero; MARTUSCELLI, Danilo Enrico e CORRÊA, Fernando Ferrone. “PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê “Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil”, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- HABERMAS, Jürgen; FRIEDEBURG, Ludwig von; OEHLER, Ch.; e WEITZ, Friedemann. “O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral” In: BRITO,

- Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- HENRIQUE, Wilnês. “As políticas sociais na crise” In: Programa de Pesquisa e Formação Sindical Ires – CGIL/Desep – CUT. *A crise brasileira: anos oitenta e o governo Collor*. São Paulo, Instituto Cajamar, 1993.
- IANNI, Otávio. “O jovem radical” In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- JÁCOME RODRIGUES, Iram. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997.
- LÊNIN, Vladimir I. U. *A falência da Segunda Internacional*. São Paulo, Kairós, 1979.
- LIMA, Luziano Pereira Mendes de. *A atuação da esquerda no processo constituinte: (1986-1988)*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2002.
- LIPSET, Seymour Martin. “O comportamento da juventude universitária” In: BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- MACHADO, Gustavo Viana. *A burguesia brasileira e a incorporação da agenda liberal nos anos 90*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Economia, Unicamp, 2002.
- MARRACH, Sonia. “O caso Collor ou a política na era dos meios de comunicação de massa” In: *Educação & sociedade*, ano XIV, n. 44, 1993.
- MARTINS FILHO, João Roberto. “Os estudantes e a política no Brasil (1962-1992)” In: *Teoria & pesquisa*, São Carlos, UFSCar, n. 10, 1994.
- MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: *Textos* (vol. 3). São Paulo, Edições Sociais, 1977.

- MÉDICI, André Cezar; MARQUES, Rosa Maria e SILVA, Sérgio Luiz Cerqueira da. “Política social” In: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)/Instituto de Economia do Setor Público (IESP). *Gestão estatal no Brasil: limites do liberalismo 1990-1992*. São Paulo, FUNDAP, 1995.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- MINELLA, Ary César. “O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros” In: <http://www.cfh.ufsc.br/~minella> <acessado em: 4 de maio de 2004>.
- \_\_\_\_\_. “Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90” In: DINIZ, Eli (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis, Ed. da UFSC, IDACON, 1993.
- MORAES, Reginaldo de. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* Série Ponto Futuro, n.6, São Paulo, Ed. Senac, 2001.
- NEVES, Newton J. de O. e FAGUNDES, Milton. *Collor, o artífice do caos*. São Paulo, Ícone, 1993.
- NOBRE, Marcos. “Pensando o impeachment” In: *Revista Novos Estudos - CEBRAP*. São Paulo, n. 34, nov. 1992.
- NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1992.
- NOVELLI, José Marcos Nayme. *Instituições, política e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1992.

- OZAÍ DA SILVA, Antonio. “A Democracia Socialista (DS)” In: *Revista Espaço Acadêmico*, Ano I, n.2, jul., 2001. (<http://www.espacoacademico.com.br/003/03trotskismo.htm> acessado em 16/11/2003).
- PETIT, Pedro. “Primer Congreso del PT: alianzas, hegemonías y divergencias” In: *Nueva Sociedad*, Caracas, Editorial Texto, n. 121, 1992.
- PETRAS, James. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, Editora da Furb, 1999.
- PIERUCCI, Antônio Flávio e LIMA, Marcelo Coutinho de. “São Paulo 92, a vitória da direita” In: *Revista Novos Estudos - CEBRAP*. São Paulo, n. 35, mar. 1993.
- POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, Contexto, 1999.
- POULANTZAS, Nicos. “Las transformaciones actuales del Estado: La crisis política y la crisis del Estado” In: POULANTZAS, Nicos (org.). *La crisis del Estado*. Barcelona, Editorial Fontanella, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Poder político e classes sociais*. Porto, Portucalense Editora, 1971.
- RODRIGUES, Vera Marisa de Souza. *Carapintadas: estudantes na festa e na política*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1997.
- RUIZ, Manoel. “A história do Plano Collor” In: <http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=114&item=4> <acessado em: 2 de julho de 2004>.
- SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- \_\_\_\_\_. “A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês” In: *Estado e democracia: ensaios teóricos (2ª. ed.)*. Campinas, IFCH-Unicamp, 1998.

- \_\_\_\_\_. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- \_\_\_\_\_. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil” In: *Cara a Cara* (Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias), Campinas, n. 2, 1978.
- SENRA, Stella. “Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor” In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *O Brasil não é mais aquele...: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo, Cortez, 2001.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. “A queda de Collor: uma perspectiva histórica” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- SOUZA, Amaury de. “O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (1ª. reimpressão). São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2000.
- TATAGIBA, Luciana Ferreira. *Dos significados da “ética na política”*: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1998.
- TOLEDO, Caio Navarro de. “A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?” In: *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Brasiliense, n. 1, 1994.
- TOSI RODRIGUES, Alberto. *O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2000.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. “A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê “Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil”, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.

TROTSKY, Leon. *Moral e revolução: a nossa moral e a deles*. São Paulo, Edições O Trabalho, s/d

**b) Documentos, publicações e textos de circulação interna do PT:**

ALMEIDA, Jorge. *Eleições diretas. Nenhum tipo de apoio a Itamar* (R/CEN – Anexo 3: proposta apresentada). São Paulo, mimeo, 17/08/1992.

ARCARY, Valério. *À CEN do PT*, mimeo, 24/05/1992.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL. *Circ. CEN/007/92 – Informes e decisões do Diretório Nacional* (reunião de 31/01, 1 e 2/02 de 1992). São Paulo, mimeo, 04/02/1992a.

\_\_\_\_\_. *Circ. CEN/008/92 – Informes e decisões da Comissão Executiva Nacional* (reunião de 17/02/1992). São Paulo, mimeo, 24/02/1992b.

\_\_\_\_\_. *Resolução sobre o governo Collor e o PSDB* (R/CEN – Anexo 1). São Paulo, mimeo, 6/04/1992c.

\_\_\_\_\_. *Circ. 047/CEN/92 – Decisões e informes de reunião extraordinária*. São Paulo, mimeo, 25/05/1992d.

\_\_\_\_\_. *Circ. CEN/060/92 – Decisões e informes da Comissão Executiva Nacional* (reuniões extraordinárias realizadas entre os dias 1º e 3/8/1992). São Paulo, mimeo, 03/08/1992e.

\_\_\_\_\_. *Circ. CEN/064/92 – Decisões e informações da Comissão Executiva Nacional* (reunião de 17/08/1992). São Paulo mimeo, 19/08/1992f.

\_\_\_\_\_. *Nota sobre apoio à CPI contra a corrupção* (R/CEN – Anexo 5: resolução aprovada). São Paulo, mimeo, 17/08/1992g.

\_\_\_\_\_. *Circ. CEN/080/92* — Informes e decisões da Comissão Executiva Nacional (reunião de 9/10/1992). São Paulo, mimeo, 13/10/1992h.

DIRCEU, José. *Representação ao DN do PT* (R/CEN – Anexo 4: Aprovada como proposta da CEN ao DN). São Paulo, mimeo, 6/04/1992.

DIRETÓRIO NACIONAL. *Plano de mobilização para os meses de fevereiro e março*. São Paulo, mimeo, 2/02/1992a.

\_\_\_\_\_. *Debate organizado sobre sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo* (Deliberações da R/DN de 14 e 15/03/1992 – Anexo 5). São Paulo, mimeo, 15/03/1992b.

\_\_\_\_\_. *Resolução sobre o momento político* (Deliberações da R/DN de 14 e 15/03/1992 – Anexo 3). São Paulo, mimeo, 15/03/1992c.

\_\_\_\_\_. *O momento político e as eleições de 92* (Deliberações da R/DN de 14 e 15/03/1992 – Anexo 4). São Paulo, mimeo, 1992d.

\_\_\_\_\_. *Resolução sobre a CPI da corrupção* (Deliberações da R/DN 4 e 5/07/1992 – Anexo 1). São Paulo, mimeo, 5/07/1992e.

\_\_\_\_\_. *Programa mínimo* (R/DN). São Paulo, mimeo, 24/10/1992f.

\_\_\_\_\_. *A transição e a crise*. São Paulo, mimeo, 14/10/1991.

GENOÍNO, José. *O PT em face do desdobramento da crise* (R/CEN - Anexo 1: proposta apresentada). São Paulo, mimeo, 17/08/1992.

JORGE, Eduardo. *Tirar o Collor é uma revolução cultural e ética e depende em grande parte da consequência da posição do PT* (R/CEN – Anexo 4: proposta apresentada). São Paulo, mimeo, 17/08/1992.

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS (1979-1998). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SORIANO, Joaquim e MACHADO, João. *Notas sobre a CPI e as perspectivas da conjuntura*

(R/CEN – Anexo 2: Proposta apresentada). São Paulo, mimeo, 17/08/1992.

## ANEXO 1

### COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Eleita na reunião do Diretório Nacional de 15 de julho de 1990.

<b>Cargo/Função</b>	<b>Membro</b>	<b>Estado</b>
<b>Presidente</b>	Luiz Inácio Lula da Silva	SP
<b>Líder/Senado Federal</b>	O PT não havia eleito nenhum senador até essa data	
<b>Líder/Câmara Federal</b>	Gumercindo Milhomem (1990) José Genoíno (1991)	SP
<b>1º. Vice-presidente e Secretário sindical</b>	Luiz Gushiken	SP
<b>2º. Vice-presidente e responsável pela relação com o Governo Paralelo</b>	José Genoíno	SP
<b>2º. Vice-presidente e Secretário de Movimentos Populares</b>	Benedita da Silva	RJ
<b>Secretário Geral</b>	José Dirceu	SP
<b>1º. Secretário e Secretário de Organização</b>	César Alvarez	RS
<b>2º. Secretário</b>	Augusto de Franco	GO
<b>1º. Tesoureiro</b>	Eurídes Mesculotto	SC
<b>2º. Tesoureiro</b>	Raul Pont	RS
<b>Secretário de Formação Política</b>	Gilberto Carvalho	PR
<b>Secretário Adjunto de Formação Política</b>	Valério Arcary	SP
<b>Secretário Agrário</b>	Hamilton Pereira	GO
<b>Secretário de Imprensa e Propaganda</b>	João Machado	SP

<b>Secretário Adjunto de Imprensa e Propaganda</b>	Markus Sokol	SP
<b>Secretário Adjunto de Movimentos Populares</b>	Eduardo Jorge	SP
<b>Secretário de Relações Internacionais</b>	Marco Aurélio Garcia	SP
<b>Secretário da Juventude</b>	Jorge Almeida	BA
<b>Secretário de Políticas Sociais</b>	Luiz Soares Dulce	MG
<b>Relações com o Governo Paralelo</b>	Perseu Abramo	SP

Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos, 1998.

## ANEXO 2

### COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Alterada em reunião do Diretório Nacional de 13 de julho de 1992.

<b>Cargo/Função</b>	<b>Membro</b>	<b>Estado</b>
<b>Presidente</b>	Luiz Inácio Lula da Silva	SP
<b>Líder/Senado Federal</b>	Eduardo Suplicy	SP
<b>Líder/Câmara Federal</b>	Eduardo Jorge	SP
<b>1º. Vice-presidente e Secretário sindical</b>	Luiz Gushiken	SP
<b>2º. Vice-presidente e responsável pelo Comitê Eleitoral de São Paulo</b>	José Genoíno	SP
<b>3º. Vice-presidente e Secretário de Movimentos Populares</b>	Benedita da Silva	RJ
<b>Secretário Geral e de Organização</b>	José Dirceu	SP
<b>1º. Secretário</b>	Aloízio Mercadante	SP
<b>2º. Secretário e Coordenador da Comissão de Estatuto</b>	Augusto de Franco	GO
<b>1º. Tesoureiro e Secretário de Finanças</b>	Joaquim Soriano	RJ
<b>2º. Tesoureiro</b>	Francisco Rocha	PE
<b>1º. Vogal e Secretário de Relações Internacionais</b>	Marco Aurélio Garcia	SP
<b>2º. Vogal e Secretário Adjunto de Relações Internacionais e Secretário de Comunicação</b>	João Machado	SP
<b>3º. Vogal, Secretário de assuntos Institucionais e Coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral de 1992</b>	Jorge Bittar	RJ
<b>4º. Vogal e Secretário Agrário</b>	Hamilton Pereira	GO

<b>1º. Suplente</b>	Vitor Salazar	RS
<b>2º. Suplente e Secretário da Juventude</b>	Jorge Almeida	BA
<b>3º. Suplente e Secretário adjunto de Comunicação</b>	Markus Sokol	SP
<b>4º. Suplente</b>	Ozéas Duarte	SP
<b>5º. Suplente</b>	Perseu Abramo	SP

Fonte: Resoluções de Encontros e Congressos, 1998.

